

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES – INEAF
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA
ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Luiz Felipe Nazaré Vilhena

REFORMA AGRÁRIA POPULAR E AGROECOLÓGICA DO MST:
EXPERIÊNCIAS DE ASSENTADOS DO PA ABRIL VERMELHO, SANTA
BÁRBARA-PA.

Belém
2018

Luiz Felipe Nazaré Vilhena

**REFORMA AGRÁRIA POPULAR E AGROECOLÓGICA DO MST:
EXPERIÊNCIAS DE ASSENTADOS DO PA ABRIL VERMELHO, SANTA
BÁRBARA-PA.**

Dissertação apresentada para obtenção de grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. – MAFDS 2016, do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF, da Universidade Federal do Pará – Embrapa Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof^a Dr^a Laura Angélica Ferreira Darnet.

**Belém
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

V711r Vilhena, Luiz Felipe Nazaré
Reforma Agrária Popular e Agroecológica do MST :
Experiências de assentados do PA Abril Vermelho, Santa
Bárbara-PA / Luiz Felipe Nazaré Vilhena. — 2018.
123 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Laura Angélica Ferreira
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de
Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2018.

1. Campesinato. 2. Agroecologia. 3. PA Abril
Vermelho. 4. Santa Barbara-PA. 5. MST. I. Título.

CDD 301.35

Luiz Felipe Nazaré Vilhena

**REFORMA AGRÁRIA POPULAR E AGROECOLÓGICA DO MST:
EXPERIÊNCIAS DE ASSENTADOS DO PA ABRIL VERMELHO, SANTA
BÁRBARA-PA.**

Dissertação apresentada para
obtenção de grau de Mestre em
Agriculturas Familiares e
Desenvolvimento Sustentável. –
MAFDS 2016, do Programa de Pós-
Graduação em Agriculturas
Amazônicas – PPGAA, do Instituto
Amazônico de Agriculturas Familiares –
INEAF, da Universidade Federal do
Pará – Embrapa Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas
Familiares e Desenvolvimento
Sustentável.

Data da aprovação. Belém – PA: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Laura Angélica Ferreira Darnet (Orientadora).

Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel – UEPA (Membro titular – Examinador externo).

Prof. Dr. Carla Giovana Souza Rocha – UFPA (Membro Titular – Examinadora Interna).

Prof. Dr. Soraya Abreu de Carvalho – UFPA (Membro Suplente).

*Dedicado as minhas avós:
Flaviana e Marieta, que se
orgulhavam muito deste
neto que ia se tornar
mestre.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará – UFPA, a Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas – PPGAA do Instituto Amazônico de Agricultras Familiares – INEAF, pela oportunidade de cursar um mestrado em sua instituição e assim poder qualificar minha formação acadêmica e profissional, e em especial a minha orientadora Laura Angélica Ferreira Darnet, que por tantas vezes soube guiar esse processo de orientação e pesquisa com tamanha maestria e dedicação, que raramente encontramos em uma relação acadêmica, tão rodeada de pressões e cobranças. Sem ela, esta dissertação não existiria. E ao professor Heribert Schmitz pelo apoio a minha pesquisa.

Agradeço aos meus pais Manoel Vilhena e Rosileide Leão pelo suporte, paciência e incentivo para que esta etapa pudesse ser concluída. Cada esforço e vitória alçada em prol da felicidade deles, para retribuir os anos e anos de dedicação, amor e carinho com este filho.

Aos meus amigos de escola e graduação que até hoje permeiam minha vida com suas amizades e companheirismos. A minha companheira Alessandra Bastos, que desde a graduação vem sendo uma grande inspiração para conquistar meus objetivos. Aos amigos que pude fazer no mestrado, e que vou levar comigo para toda vida, em especial a Cássia Ferreira, Ana Júlia, Ana Carolina, Renan Carneiro, Rodrigo Leal, Lídia Lacerda e Rosiléia Carvalho. E a todas as pessoas que me deram força para chegar até aqui.

Agradeço aos funcionários do INEAF pelo suporte durante todo o período do mestrado. Agradeço a Professora Lívia, que sempre esteve disponível para ajudar todos os alunos. Agradeço também ao professor Flávio Bezerra Barros pela dedicação na coordenação de nossa bolsa, sendo também uma pessoa extremamente dedicada em ajudar seus alunos.

Agradeço ao MST, a seu Sabá e em especial a Raimundo Filho, Valéria Lopes e seus Filhos Mayah e Sérgio, que me acolheram em sua casa durante todo período da pesquisa! Agradeço ao Governo do Estado do Pará e a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, pelo financiamento desta pesquisa, sem o qual esta dissertação não seria viável.

“E aí em 2003 quando eu entrei pro movimento eu vi que a minha história era diferente, minha história mudou. Eu já fui aprender que eu tinha direitos, que eu era cidadã. Que eu tinha direito a escola, a saúde, eu era analfabeta até então. Até 2003 eu não tinha nenhum documento que comprovasse que eu tinha alguma leitura, então eu era analfabeta. E esse movimento me proporcionou estudar. Estudei, concluí meu ensino médio. Eu estou fazendo um curso técnico já. E dentro do acampamento eu aprendi que a gente é a unidade, companheirismo. As outras pessoas já te olhavam com mais carinho, como ser humano e um ajudando o outro. E isso foi me incentivando a ficar”.

Anália Alves da Silva Magalhães, 42 anos.
Assentada do PA Abril Vermelho.

RESUMO

Desde sua formação o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST se destaca na luta pela reforma agrária, sendo no cenário nacional, a principal organização camponesa no combate ao latifúndio, exploração da mão de obra, pobreza e concentração de renda no campo. Seu método de ocupação de terras para reforma agrária tornou-se a materialização de sua existência, consolidando o sentido de sua organização e formação na espacialização e territorialização de seus assentamentos, realizando processos de campesinação e recampesinação. Este trabalho objetiva analisar e refletir sobre as estratégias de produção em áreas com histórico de monocultivo, a partir da experiência de assentados do Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA, incentivados pela proposta agroecológica do MST. Para alcançar o objetivo proposto, foi necessário caracterizar como o MST pensa e organiza sua proposta agroecológica de produção, identificar junto aos assentados do Abril Vermelho, as suas estratégias produtivas, e analisar a influência da proposta agroecológica do MST no desenvolvimento dos seus sistemas produtivos. Para isso, usou-se uma abordagem metodológica interdisciplinar com elementos teóricos das ciências agrárias e sociais, partindo de um referencial teórico fundamentado nos conceitos de campesinato, movimentos sociais e agroecologia, utilizando-se das técnicas de pesquisa: documentação indireta (pesquisa documental); a observação participante (pesquisa de campo); passando pela análise histórica, caracterização das práticas produtivas, entrevistas semiestruturadas, caminhada transversal (nos lotes) e registros fotográficos. Como resultado do trabalho, constatamos que no abril vermelho a proposta agroecológica do MST tem contribuído para a consolidação dos sistemas produtivos na linha orgânica, sustentável. Concluímos a partir dos apontamentos do setor de produção do MST e das estratégias produtivas dos assentados do Abril Vermelho, que a Reforma Agrária Popular de base agroecológica do MST tem sido imprescindível para consolidar sistemas produtivos de base ecológica e sustentável, enriquecendo suas autonomias produtivas, valorizando seus conhecimentos tradicionais, sendo, nessa escala de análise, um eficiente modelo contra hegemônico de produção.

Palavras-chave: MST; Campesinato; Agroecologia; PA Abril Vermelho; Santa Barbara-PA; Reforma Agrária Popular.

ABSTRACT

Since its formation, the Brazil's Landless Workers Movement (MST in Portuguese) fights for land reform. On national scenario, it is the main campesine organization against "latifúndios" (large landed estates), rural workers exploitation, poverty and income concentration in rural areas. It materializes its existence through the method of occupying land for reform. This consolidates how they organize and form the encampments spatialization and territorialization, doing process of "campesinação" (making common urban people into farmers) and "recampesinação" (making urban people who came from rural areas back to being farmers). This work intends to analyze and reflect MST's agro-ecological production strategies for areas previously under monoculture production. The research field was Abril Vermelho settlement in Santa Bárbara-PA. Therefore, we characterized how MST thinks and organizes its proposal for an agro-ecological production and identified along with Abril Vermelho settlers, their production strategies, trying to analyze the MST influence within it. The interdisciplinary methodological approach consisted in theoretical framework from agrarian and social sciences, funded in campesine, social movements and agroecology concepts. The research techniques were indirect documentation and field research with participative observation. The research procedures consisted in historical analysis, production practices characterization, semi-structured interviews, transverse walks and photographic registers on land plots. The research results shows that in Abril Vermelho settlement, the MST agro-ecological proposal has contributed on consolidating organic and sustainable production systems. Thus, in this analysis scale, the agro-ecological basis for MST's Agrarian Reform is indispensable to the construction of an efficient counter-hegemonic production system that values traditional knowledge and autonomy of small farmers.

Keywords: MST; Campesinate; Agroecology; PA Abril Vermelho; Santa Bárbara-PA; Popular Agrarian Reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1:	Área do assentamento Abril Vermelho.	P.38
FOTOGRAFIA 01:	Entrada do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO.	P.55
FOTOGRAFIA 02:	Seu Sabá numa área de roçado preparada para lavoura branca.	P.57
GRÁFICO 1:	A origem campesina dos assentados entrevistados.	P.62
FOTOGRAFIA 03:	Seu Coronel em área consorciada de açaí com cupuaçu.	P.63
FOTOGRAFIA 04:	Seu Mizelias em frente do seu lote.	P.64
FOTOGRAFIA 05:	Eciléa em frente de sua casa no lote.	P.66
FOTOGRAFIA 06:	Filho na área de açailal mais antiga do seu lote.	P.68
FOTOGRAFIA 07:	Seu Manoel em área consorciada de açaí com maniva.	P.70
FOTOGRAFIA 08:	Seu Davi em sua área com tarefa de maniva e dendês mortos.	P.71
FOTOGRAFIA 09:	Tio Chico no lote em frente a um urucum plantado sem queima.	P.72
FOTOGRAFIA 10:	Anália e pés de pimenta de cheiro.	P.74
FOTOGRAFIA 11:	Neuza e suas hortaliças.	P.76
FOTOGRAFIA 12:	Dona Maria Baixinha em frente do seu lote.	P.77
FOTOGRAFIA 13:	Mizelias em área de maniva (último ano de plantio).	P.79
FOTOGRAFIA 14:	Mudas de cupuaçu de Anália, que não são afetadas por vassoura de bruxa.	P.81
FOTOGRAFIA 15:	Neuza em área de puerária roçada para servir de adubação orgânica.	P.84
FOTOGRAFIA 16:	Tanques do seu Manoel para criação de tilápia.	P.85
FOTOGRAFIA 17:	Tanque desativado por Filho.	P.86
FOTOGRAFIA 18:	Criação de porcos do seu Coronel.	P.87
FOTOGRAFIA 19:	Matadouro artesanal de frango de Anália.	P.88
QUADRO 1:	Conjunto de estratégias produtivas identificadas com as 10 famílias pesquisadas no Abril Vermelho.	P.89
FOTOGRAFIA 20:	Dendê morto pelo filho da Neuza.	P.92
FOTOGRAFIA 21:	Área consorciada de maniva com cupuaçu.	P.94
FOTOGRAFIA 22:	Dendês mortos no lote do seu Mizelias.	P.96
FOTOGRAFIA 23:	Área de roçado de lavoura branca, sendo adubada com material orgânico.	P.102
FOTOGRAFIA 24:	Bananal de seu Davi adubado com casca de mandioca e esterco de galinha.	P.104
FOTOGRAFIA 25:	Área consorciada com coco de praia e abacaxi.	P.106
FOTOGRAFIA 26:	Tio Chico com a maniva virada (mandioca apodrecida).	P.107
FOTOGRAFIA 27:	Dendês vivos no lote de Anália.	P.111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF - Amarelecimento Fatal

APRODEN - A Associação dos Produtores de Dendê do Pará e Amapá

BASA - Banco da Amazônia

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CIRAD - Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement

COACARÁ - Projeto Companhia Agrícola do Acará

CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuárias

CRC - Coletivos de Resistências Camponesas

DENPASA S.A. - Dendê do Pará S/A - Óleo de Palma

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

IALA - Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Ideflor-Bio - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRHO - Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux

LAPO - Lote Agroecológico de Produção Orgânica

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTU - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Urbanos

PAIS - Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PPSOP - Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SAF's - Sistemas Agroflorestais

SAPO - Sistema Agroecológico de Produção Orgânica

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTAM - Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TMR - Teoria de Mobilização de Recursos

TPP - Teoria do Processo Político

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

LISTA DE ENTREVISTADOS

João Batista II, Castanhal-PA:

Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO: Sebastião Lopes (Seu Sabá).

PA Abril Vermelho, Santa Bárbara-PA:

POLO 1: Manoel de Jesus Rosendo da Silva

POLO 1: Nelzina Santos Sales

POLO 2: Mizelias Chermont Gonçalves

POLO 2: Maria do Livramento (Maria Baixinha)

POLO 2: Wilson Ferreira de Almeida (Seu Coronel)

POLO 3: Davi Oliveira de Lima

POLO 3: Edvaldo Rodrigues Ramos (Tio Chico)

POLO 3: Raimundo Nonato Pereira dos Santos Filho

POLO 4: Anália Alves da Silva Magalhães

POLO 4: Eciléia Chermont Gonçalves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO, BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA.	13
1.1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA:	13
1.2. REFERENCIAL TEÓRICO:	22
1.2.1. De quem estamos falando? A atualidade do conceito de campesinato:	22
1.2.2. Agroecologia: uma abordagem teórica, metodológica e política: ...	28
1.2.3. Os movimentos sociais e a gênese do MST na luta contra a modernização conservadora:	32
1.3. METODOLOGIA:	37
1.3.1. Área de estudo:	37
1.3.2. Histórico da área:	38
1.3.3. Ocupação e resistência. O início do PA Abril Vermelho:	41
1.3.4. Procedimento metodológico:	44
CAPÍTULO 2: A REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST E SUA MATRIZ AGROECOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA PARAENSE A PARTIR DO SAPO.	47
2.1. A REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST:	47
2.2. O SAPO COMO LABORATÓRIO DE IDEIAS E AÇÕES PRÁTICAS:	54
CAPÍTULO 3: PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA: AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DO MST NO PA ABRIL VERMELHO EM SANTA BÁRBARA-PA. ...	62
3.1. OS CAMPONESES DO ABRIL VERMELHO E SUA RELAÇÃO COM O MST:	62
3.2. AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS:	78
3.3. A PROPOSTA AGROECOLÓGICA DO MST E SEUS RESULTADOS:	91
CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS.	111
REFERÊNCIAS:	118

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO, BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA.

Esta dissertação trabalha o tema da produção agroecológica em áreas com histórico de produção monocultora, a partir da experiência de assentados do Projeto de Assentamento Abril Vermelho, Santa Bárbara-PA, que estão consolidando seus sistemas de produção a partir da proposta agroecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

O primeiro capítulo é o mais denso e comporta uma contextualização em que esta pesquisa está inserida, sua problemática, pergunta de pesquisa e os objetivos; apresenta os pressupostos teóricos que substanciam a realidade observada e a discussão produzida, trabalhando conceitos como campesinato, agroecologia e movimentos sociais; finalizando com a metodologia, tópico que envolve a delimitação da área de estudo, seu histórico e o procedimento metodológico executado com fins de cumprir com objetivos estabelecidos.

O segundo e terceiro capítulos são destinados à apresentação dos resultados. No segundo apresentamos este novo modelo de reforma agrária proposto pelo MST, assim como os militantes do MST aqui no Pará, mais precisamente os que compõem o Setor de Produção do MST (Regional Cabanos), e os assentados do Abril Vermelho que fazem parte ou são próximos do MST, a têm compreendido, contextualizando também o processo de ocupação e consolidação da área da DENPASA enquanto assentamento rural.

No capítulo três, trataremos das estratégias produtivas do MST no PA Abril Vermelho, a partir de uma leitura de quem são os camponeses aqui analisados, seus processos de recampesinização, as estratégias produtivas implementadas em seus lotes, assim como a contribuição da proposta agroecológica do MST para o desenvolvimento dos sistemas produtivos. O quarto e último capítulo desta dissertação se delimita a concluir os esforços aqui propostos, sem considerar todas as problemáticas discutidas como esgotadas, apenas identificando o que se pôde avançar cientificamente com esta produção.

1.1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA:

A agricultura brasileira passou por um primeiro período de crescimento e modernização técnica entre os anos de 1965 e 1981. Tal período ficou conhecido como “modernização conservadora”, chamada assim por não resolver as contradições do meio rural, apenas alterando sua base técnica produtiva, tornando-a mais dependente de insumos químicos que recursos naturais, aumentando de um lado as áreas de monocultivo (soja, cana-de-açúcar, laranja etc.), e por outro o processo de assalariamento do campesinato, expulsando mais de 30 milhões de camponeses¹ de suas áreas rurais (FERNANDES, 2000), o que levou ao contexto de surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no final da década de 1980. Este período de crescimento foi interrompido pela crise econômica de 1982 onde a economia nacional encontrava-se estagnada devido ao ajustamento à crise do endividamento externo.

O desenvolvimento da agricultura via industrialização tem revelado um contexto contraditório. O capitalismo está unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. O capital desenvolveu formas de sujeitar o campesinato à sua produção industrial. Isto ocorre pelo fato do capitalista tornar-se proprietário das terras, ou seja, latifundiário, através de um processo de territorialização do capital monopolista na agricultura e pela monopolização do território por esse capital (OLIVEIRA, 2013).

Podemos afirmar a partir de Oliveira (2001) que esse processo é uma moeda de dupla face, pois ao mesmo tempo em que expande o trabalho assalariado no campo, também o faz com o familiar. Logicamente que esse processo não ocorre pela funcionalidade do trabalho familiar, e sim pelas próprias contradições internas geradas pelo capitalismo.

Oliveira (2013) explica que ao se territorializar, o capital expulsa os camponeses de suas terras para as grandes cidades, para trabalharem nas grandes indústrias, comércios ou serviços, ou torna-os assalariados no campo. Nesta etapa, o processo é estritamente capitalista. O capitalista/proprietário de terra obtém simultaneamente o lucro da atividade industrial e agrícola, e a renda da terra gerada pela atividade agrícola. É instalada uma monocultura (soja, laranja, cana de açúcar,

¹As migrações foram fundamentais para a formação do MST, pois quando o ciclo econômico dos militares entraram em crise, os grandes centros urbanos não ofereciam condições para abrigar este contingente, que se tendo que resistir em seus campos, pensando em novas formas de lutar pelos mesmos (FERNANDES, 2000).

pastagem, etc.) que predomina sobre o campo, possibilitando o desenvolvimento da reprodução ampliada do capital (que não depende apenas das relações sociais capitalistas).

E ao monopolizar o território, o capital abre espaço para a produção camponesa se desenvolver, redefinindo suas relações de produção, transformando-os em camponês proprietário, rendeiros, parceiros ou posseiros, criando condições para o campesinato produzir matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou consumirem seus produtos (como são os casos das rações na avicultura e suinocultura), ou seja, mesmo a renda camponesa está sujeita à lógica capitalista; o que em outras palavras nada mais é que a transformação da renda da terra em capital (OLIVEIRA, 2013).

Esses dois processos descritos revelam uma produção de capital que não se dá por relações especificamente capitalistas de produção, e que este processo contraditório, apesar de expandir o trabalho familiar camponês, o sujeita a sua lógica, utilizando-se dos mesmos para produzir capital, e é no interior dessa lógica que o Brasil tem se inserido ao submeter-se ao agronegócio, que transforma a agricultura num negócio lucrativo regulado pelo mercado mundial (OLIVEIRA, 2013).

Devemos compreender que o campo no Brasil, atualmente, com seus conflitos e luta pela terra, está diretamente integrado a processo de internacionalização da economia brasileira, que para pagar a dívida externa do país, precisa ampliar sua produção de *commodities* e exportar, sujeitando-se aos preços internacionais; com esses preços em baixa nas últimas décadas, o país precisou ampliar sua produção para continuar pagando a dívida, e para tal, fez novos empréstimos, o que torna a aumentar as dívidas. Isso resultou em uma expansão dos produtos de exportação, em detrimento aos destinados ao mercado interno, que alimentam a população brasileira (OLIVEIRA, 2001).

Essa condição prejudica a nossa soberania alimentar, pois nos transformamos no país que produz e exporta a comida que falta no prato de muitos brasileiros:

Como as *commodities* (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o estado financia mais as “ditas cujas”. Então, mais agricultores capitalistas tentarão produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial

que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo (OLIVEIRA, 2013, p. 133).

Como exemplo do referido contexto acima, temos as políticas públicas de produção de biodiesel, a partir de oleaginosas como a mamona, dendê, girassol, canola, soja, sebo bovino, gordura suína e outras; através do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB, lançado em 2004 a nível nacional, e o “Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma – PPSOP”, lançado em 2010 no Pará.

A promessa era de diversificação da matriz energética, geração de emprego, renda e inclusão social no campo, a partir da integração entre agricultura familiar e agroindústrias, por meio de um contrato entre ambas, com duração de 25 anos para produção de dendê financiada pelo Estado com crédito de 80 mil reais, através do Pronaf-eco Dendê, e incentivos fiscais para as agroindústrias participantes. O processo de integração do agricultor com a agroindústria por contrato de produção é de extrema vantagem para a segunda, que não paga tributos como direitos trabalhistas ao agricultor, por exemplo.

No entanto, o que se tem constatado através de relatórios como o do “I Workshop do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil” produzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA em 2013, e diversas produções acadêmicas é um cenário de acelerada expansão do monocultivo de dendê e consequências negativas a agricultura familiar integrada.

Carvalho (2003) mostra o avanço das agroindústrias do dendê que chegaram a ocupar 19 municípios (17 a mais que na década de 60). De acordo com Elielson Silva (2015) técnicos do INCRA/SR 01 e representantes da empresa AGROPALMA buscaram construir em 2004, logo após o lançamento do PNPB, um arranjo institucional para incentivar a integração produtiva que esta política pública visava, em áreas de assentamentos da reforma agrária. Em 2005 foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre MDA, INCRA, IBAMA, BASA, SECTAM, FETAGRI e AGROPALMA para impulsionar a produção de dendê nos assentamentos Calmaria I e Calmaria II nos municípios do Acará e Moju, no nordeste paraense. Porém, os plantios ocorreram apenas no PA Calmaria II, com 35 famílias.

Ainda de acordo com Elielson Silva (2015), foi a partir de 2008 que as estratégias do agronegócio miraram as terras de reforma agrária como alvo do avanço da dendeicultura. A disponibilidade de terras, a regularidade fundiária dos lotes, a disponibilidade de mão-de-obra familiar, a baixa inadimplência dos assentados, e a infraestrutura viária garantida pelo INCRA seriam os fatores determinantes para a cooptação dos assentados pelas agroindústrias.

Essa cooptação era realizada por iniciativa das empresas e agentes públicos locais (prefeitos, vereadores, lideranças políticas) que propagavam o discurso da palma de óleo como redentora econômica da região, que dinamizaria a economia local, promovendo a inclusão social de forma sustentável. Estas ações ganharam mais força com o lançamento do PPSOP em 2010 no Pará, quando seis assentamentos foram incorporados em 2012, um crescimento de 102% em dois anos, e mais 12 PA's em 2013, integrando 90 famílias. Até 2015, existiam 23 projetos de assentamentos com 229 famílias integradas a dendeicultura na Amazônia paraense, em uma área somada de 1.994,00 hectares (SILVA, 2015).

Elielson Silva (2015) afirma que esta expansão da dendeicultura se configura dentro de um novo ciclo de grandes projetos na Amazônia: o investimento na produção em larga escala de *commodities* agrícolas visando à exportação, e que essas ações seriam uma transferência, que chama de “silenciosa”, das terras de assentamento da reforma agrária, para as agroindústrias, a partir desses contratos de integração com os agricultores assentados.

Irã Sampaio (2014) afirma que a presença desses monocultivos agroindustriais próximos aos estabelecimentos familiares integrados ou não, tem alterado as relações de trabalho nesses estabelecimentos, pois essas empresas têm contratado e assalariado a mão de obra que outrora se fazia disponível para auxiliar essas famílias, tornando-a insuficiente para as demandas dos agricultores familiares locais. Esse fenômeno é chamado por Nahum e Bastos (2014) de descampesinização, que vem resultando na formação de um campo sem camponeses.

Para Bastos e Nahum (2014) é a ausência de políticas públicas efetivas para o campesinato que demonstra a real motivação para o fenômeno da descampesinização e que a expansão do Dendê na Amazônia encontrou para além

de condições climáticas propícias, um território rural historicamente esquecido pelo Estado, caracterizado por baixos IDH, IDEB, com acesso precário a educação, saúde, transporte, saneamento, tornando as políticas de integração, atrativas econômica e produtivamente, já que tanto PNPB quanto PPSOP prometiam um desenvolvimento regional sustentável, incluído, geração de renda e garantias de uma produção de qualidade (BASTOS; NAHUM, 2014).

Os camponeses que não perderam suas terras para as grandes empresas e realizam a produção consorciada com as agroindústrias, precisam lidar com o trato do dendê, que é extremamente exaustivo, desde a aquisição e preparo das mudas, da área, plantio, dos tratos culturais, colheita, até serem transportadas à agroindústria para processamento, lhe faltando energia para dedicar as outras atividades. O agricultor só pode plantar suas outras espécies durante o primeiro ano da palma onde as raízes não estão tão fundas na terra, mas com o passar do tempo, o enraizamento e desgaste físico tendem a reduzir a pluriatividade de sua produção (BASTOS; NAHUM, 2014).

De acordo com Bastos e Nahum (2014) o camponês que assina o contrato de produção integrada não perde a propriedade jurídica da terra, nem viram os assalariados, porém, perdem sua autonomia, pois quem passa a comandar o seu uso da terra são as empresas. Todo apoio à produção é apenas para essa espécie. Com isso, o campo acaba sendo tomado pelo Estado e pelo capital como um espaço estritamente econômico e produtivo, e não como um espaço para viver.

Estevam e Stédile (2013) apontam uma outra dimensão da análise do atual contexto do campo brasileiro, que perpassa pela reinvenção do campo no Brasil e se materializa nas lutas dos sem-terras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, faxinalenses, extrativistas e demais populações tradicionais contra as atuais agroestratégias do capital, reafirmando a necessidade de não se restringir a terra apenas a dimensão econômica e produtiva, e sim compreendê-la como um território e espaço onde se também produz existência, identidade, interpelações e pluralidades.

Dois projetos de reforma agrária para a agricultura brasileira foram lançados nessa primeira década do século XX. O primeiro é a “Plataforma política que defendemos”, síntese das propostas de diversos movimentos e organizações sociais

ligados a Via Campesina. A segunda proposta, consolidada pelo MST em 2007, é a “Proposta de reforma agrária popular do MST” (ESTEVAM; STÉDILE, 2013), onde se fazem presentes, diretrizes para formação e adoção da Agroecologia como matriz tecnológica de produção (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013).

Em resumo, na primeira década do século XXI se intensificam os investimentos no modelo de capital para a agricultura, chamado de agronegócio, onde capitalistas latifundiários, bancos, empresas nacionais e transnacionais organizam a produção agrícola na forma de monocultivo (produção de um produto) em grandes hectares de terra, utilizando intensivamente: maquinários, venenos agrícolas, agrotóxicos, que destroem o potencial fertilizante dos solos, contaminam lençóis freáticos e os alimentos produzidos, afetando a saúde de quem os consome, expulsando o campesinato do campo, praticando uma agricultura sem agricultores, bloqueando a obtenção de terras para a reforma agrária (STÉDILE, 2013).

O MST encontrou na Agroecologia bases para uma produção ecológica que se desenvolve de maneira diversificada, sem agrotóxicos e transgênicos, produzindo alimentos saudáveis de modo equilibrado e adequado com o ecossistema e a cultura local, e que ao mesmo tempo contrapõe a lógica capitalista de produção encabeçada pelo agronegócio (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013). Diversas experiências e ações agroecológicas foram realizadas pelo país. Algumas podem ser conferidas no caderno de estudos: “Sistematização de experiências agroecológicas do MST Volume 1” .

No Pará, sua adoção tem sido incentivada pelo Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico², conhecido por “IALA Amazônico”, fundado em 2009, que dentro da perspectiva da Via Campesina, busca constituir escolas (ou Institutos) de Agroecologia na América do Sul, onde se realizam processos de formação/educação política e técnica dos camponeses que a integram, com base nos princípios da Agroecologia e como forma de resistência à hegemonia do capital.

A Agroecologia já se fazia presente também nas conquistas mais recentes do movimento no Estado do Pará. Começando pelo Assentamento Mártires de Abril em

²Para mais informações a respeito do IALA, acessar: <http://ialamazonico.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>

1999, na área da fazenda TABA, região da ilha de Mosqueiro (distrito de Belém), onde está localizado o Lote Agroecológico de Produção Orgânica – LAPO idealizado pelo falecido Seu Mamede³ e mantido até hoje por sua esposa Dona Téó, servindo de inspiração para a criação do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO, assim como para sua implementação no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA, lócus desta pesquisa.

Inaugurada em 1976 em meio às ações de modernização conservadora da época, a área do PA Abril Vermelho pertenceu à empresa DENPASA S.A. por quase 30 anos. Sua área era destinada à produção de dendê e foi a primeira a beneficiar seu óleo na Amazônia. Porém, uma doença chamada Amarelecimento Fatal (AF), ocasionou grandes perdas de seu cultivo, assim como sua falência em 2001 (HOMMA, 2001). De acordo com o “Diagnóstico Agrossocioambiental do Assentamento Abril Vermelho Santa Bárbara-Pará” (PIRES et. al., 2015)⁴ três anos após a falência, sua área tornou-se um local marginalizado, perdendo sua função social, o que possibilitou sua ocupação em abril de 2004 pelo MST, em meio as jornadas de abril do referido ano.

Os camponeses do PA Abril Vermelho enfrentaram ao longo da sua história, dificuldades para lidar com a herança dos anos de monocultivos de dendê pela DENPASA S.A.. O plantio em escala industrial resultou em grandes transformações ambientais, como: supressão vegetal, soterramento de nascentes, usos de grandes quantidades de adubos e insumos químicos, drenagem artificial e abertura de estradas; que resultou em uma área com drenagem natural deficiente, solo afetado pelos constantes usos de máquinas pesadas e retiradas de horizontes do solo, que dificulta o cultivo de espécies anuais como a mandioca (PIRES et. al., 2015).

De acordo com Filho⁵, um dos assentados do Abril Vermelho e principais lideranças do MST no mesmo, existem, cerca de 600 famílias presentes no assentamento e, a julgar pela extensão do mesmo, e pelo fato do MST não ser mais

³Que foi uma das principais lideranças camponesas do MST nesse período. Assassinado em 2012 dentro do seu lote por um jovem dependente químico da região.

⁴Pesquisa de campo realizada por estudantes do curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia – DAZ Do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

⁵Entrevista realizada dia 15 de fevereiro de 2017 no PA Abril Vermelho pelo Estágio Docente junto à disciplina Sociologia Rural, ministrada pelo Professor Heribert Schmitz no curso de graduação em Ciências Sociais.

o único movimento presente neste PA, denota-se uma realidade diversificada neste local, o que de acordo com Filho, dificulta a prevenção de lógicas (sociais e produtivas⁶) não camponesas nessa área. No entanto, ainda se fazem presentes estratégias de introdução de agroindústrias por contrato de integração. A produção por projeto de dendê representa 9% dos cultivos produzidos e comercializados dentro do assentamento (quase não consumidos pelos mesmos) (PIRES et. al., 2015).

Filho também afirma que a produção agroecológica realizada e incentivada pelo MST se faz de maneira diversificada e sem venenos, para que se produzam alimentos saudáveis. Busca-se também um aumento de renda e valorização dos conhecimentos tradicionais do agricultor, sendo sua matriz tecnológica mais acessível ao mesmo. Para ele plantar agroecologicamente é não ferir a autonomia do indivíduo, como fazem as agroindústrias ao integrarem os agricultores na produção de dendê.

Portanto, a experiência produtiva dos assentados do Abril Vermelho apresenta uma realidade muito conveniente ao ir na “contramão” do avanço da dendeicultura no estado, recuperando uma área de quase 10 mil hectares, onde houve produção de dendê por quase 30 anos, através de uma proposta de agricultura de base ecológica, diversificada, sem agrotóxicos e transgênicos, produzindo alimentos saudáveis de modo equilibrado e adequado com o ecossistema e a cultura local, incentivada pelo MST.

Justifica-se a importância de compreendermos as estratégias produtivas realizadas nesse assentamento para que estas experiências sejam refletidas sobre as terras, hoje, utilizadas para a dendeicultura, ao voltarem para as mãos do campesinato – seja pelo término do contrato de integração (25 anos), fracasso do plantio integrado ou mesmo falência das empresas – possam ser reutilizadas para plantio de outras espécies. A proposta aqui é que o Abril Vermelho possa servir de espelho para uma recuperação produtiva dessas áreas.

A partir deste contexto, esta dissertação se direciona ao processo de ocupação e consolidação do Projeto de Assentamento Abril Vermelho, em Santa

⁶O mesmo afirma que pelo Abril Vermelho se localizar numa região metropolitana, acaba por sofrer com problemas urbanos, como violência, tráfico de drogas etc.

Bárbara-PA, questionando: quais as estratégias produtivas usadas por famílias assentadas do PA Abril Vermelho? E qual a contribuição da proposta agroecológica do MST para as suas produções?

O objetivo geral desta pesquisa é de analisar e refletir sobre as estratégias de produção em áreas com histórico de monocultivo, a partir da experiência de assentados do Abril Vermelho, incentivados pela proposta agroecológica do MST. E para tal, precisamos caracterizar como o MST pensa e organiza sua proposta agroecológica de produção, identificar as estratégias produtivas de famílias do PA Abril Vermelho, e analisar a influência dessa proposta agroecológica do MST no desenvolvimento dos seus sistemas produtivos.

1.2. REFERENCIAL TEÓRICO:

1.2.1. De quem estamos falando? A atualidade do conceito de campesinato:

A abordagem clássica do conceito de campesinato, com base no marxismo ortodoxo, considerava que o avanço das forças produtivas sobre o campo resultaria no fim da autonomia camponesa, que estaria fadada a transformar-se em proletários absorvidos pelo latifúndio capitalista no campo. Essa contribuição acabou ganhando status de ideologia, orientou produções científicas e converteu-se em política de Estado (GUZMÁN; MOLINA, 2013).

Contudo, partimos do conceito de campesinato dentro da linha de pensamento do narodnismo marxista, tendo como principal teórico Teodor Shanin (1930 – atualmente), onde definimos como: uma classe social heterogênea, historicamente determinada, que se constitui socialmente a partir do papel familiar na organização da produção e modo de vida, subordinada e – ao mesmo tempo – estranha à sociedade capitalista, cuja compreensão, depende do seu valor explicativo sobre situações concretas. (SHANIN, 2005; 2008; MARQUES, 2008; VELHO, 2009).

O Narodnismo marxista é uma corrente herdeira das considerações do narodnismo russo, o qual, no século 19, buscou através de diversas práxis e políticas, um modelo de desenvolvimento econômico não capitalista, onde o

campesinato pudesse ocupar o papel central desse modelo⁷, defendendo o direito consuetudinário do camponês⁸. Alexander Chayanov foi um dos principais expoentes dessa corrente⁹. (GUZMÁN; MOLINA, 2013).

O Narodnismo marxista nasce da reinterpretação do próprio Marx sobre sua teoria do processo histórico¹⁰, motivado pela experiência do socialismo soviético e as políticas públicas voltadas para este campesinato. Nos últimos 10 anos de sua vida, Marx passou a aceitar um evolucionismo multilinear do processo histórico, assim como a coexistência de várias formas de exploração dentro de uma estrutura socioeconômica da sociedade. Portanto, o narodnismo marxista segue essa linha de pensamento que lhe abriu imensas possibilidades para os estudos sobre o lugar da agricultura (GUZMÁN; MOLINA, 2013).

Partindo da linha do narodnismo marxista, Shanin (2005, p. 1) afirma que o conceito de camponês é uma mistificação, pois um camponês “não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico”, isso porque em qualquer lugar o campesinato difere de maneira tão rica, quanto qualquer outro segmento social. Mesmo num processo histórico pode haver diversidade, pois este grupo modifica-se com o passar dos anos, décadas, séculos.

Em seu exercício de análise sobre a validade conceitual do campesinato, Shanin (2005) afirma que durante o século XX o debate político e acadêmico sobre a especificidade do camponês trouxe um cenário onde esta especificidade poderia ser refletida em processos de generalizações sobre suas características, sem que a interdependência de seus elementos básicos pudesse ser reduzida a esses processos. Ao mesmo tempo, reconhece que suas características mais

⁷O narodnismo russo teve três fases: sua gênese através dos escritos de Alexandre Herzen (1812 – 1870) e Nikolay Chernychevsky (1828 – 1889); uma etapa clássica de Pyotr Takchev (1844 – 1886); Piort Lavrov (1823 – 1900), Nikolay Mikhailovsky (1842 – 1904) e Bervi-Flerovsky (1829 – 1918); e uma breve fase revolucionária, que foi acompanhada por outro movimento semelhante, o Anarquismo Agrário de Mikhail Bakunin (1814 – 1876) e Piotr Kropotkin (1842 – 1921) (GUZMÁN; MOLINA, 2013).

⁸Se contrapondo ao Marxismo Ortodoxo que via no avanço das forças produtivas capitalistas o fim do campesinato.

⁹Chayanov ao analisar o campesinato, não estava preocupado em encontrar leis que fundamentassem uma ciência em geral, mas considerava importante que cada modo de produção não capitalista tivesse sua própria teoria regional, contemplando o que ele designava como coexistência entre diferentes sistemas econômicos, que posteriormente ficou conhecido como articulação dos modos de produção (PONTES, 2005; CHAYANOV, 1981).

¹⁰Onde a produção e reprodução dos meios de existência e da própria espécie implicariam na mudança dos modos de produção através do movimento econômico das sociedades (GUZMÁN; MOLINA, 2013).

determinantes indicaram que “a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade” (SHANIN, 2005, p. 5). Sendo assim, nessa perspectiva o camponês deveria ser compreendido:

através da investigação das características do estabelecimento rural camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas experiências “ocidentais”, é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção (SHANIN, 2005, p. 5).

Shanin (2005), ainda complementa dizendo que nesta abordagem, por mais que se debatessem o futuro do campesinato, não se tinham dúvidas quanto a sua raiz (a unidade familiar de produção). Apesar de não duvidar da força motriz do capitalismo de explorar tudo ao seu redor, considerava que o poder de transformação socioeconômico do capital, não o era. E os próprios camponeses são um exemplo disso. “Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que permeia suas vidas” (SHANIN, 2005, p. 9).

Dentre as previsões sobre o futuro do campesinato, a que anteviu a redução da participação do mesmo no conjunto da população, assim como que boa parte dos camponeses precisaria recorrer a trabalhos alternativos, denominado por Shanin (2005) como marginalização, acabou se concretizando. O que expressa outra característica do campesinato: sua capacidade e flexibilidade para ajustar-se a novas condições de vida. Em alguns lugares os camponeses utilizam métodos novos de produção, em outros combinam sua atividade camponesa com não-camponesa (SHANIN, 2008).

Para Marques (2008, p. 60), o campesinato “se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso a terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc.”. Ainda de acordo com a autora, há dois elementos que constituem as formas sociais do campesinato: a centralidade do papel familiar na organização da produção e no modo de vida; conjuntamente com o trabalho na terra.

Essa centralidade do papel familiar é de certa forma apontada por Shanin (2008) ao analisar a economia familiar. Ele considera este tipo de economia tão

poderosa e relevante quanto a economia de mercado (capitalista), e a economia estatal (socialista). Logo o comportamento econômico familiar pode ajudar a explicar a capacidade de sobrevivência do campesinato, principalmente nas condições em que se espera o seu fim:

Nenhuma economia estatal conseguiu, até o momento, resolver o problema de cuidar das crianças de forma tão eficiente quanto a economia familiar. Na União Soviética, houve algumas tentativas nesse sentido, mas, sem sucesso. Do mesmo modo que não há economia de mercado que funcione de forma tão eficiente e barata como ocorre em /algumas situações em que se dá a junção da união da família com a economia familiar em suas especificidades (SHANIN, 2008, p. 27).

A economia familiar tem seus próprios modelos, estruturas e significados que não desaparecem. Isso faz da economia camponesa mais eficiente que as não-camponesas, pois os membros de uma família, organizados em seu modelo familiar básico de bem-estar econômico, estão envolvidos de forma particular em um sistema onde o uso do trabalho não se faz de maneira assalariada, mas sim familiar, que é capaz de resolver problemas de modo mais eficaz que outros tipos de economia (SHANIN, 2008).

Para Shanin (2005) os camponeses são uma classe, mesmo dentro de uma sociedade capitalista, pois são sujeitos de sua história social, detentores de autonomia analítica relativa quando relacionados às sociedades a que se vinculam, possuem economia e também se caracterizam – aqui concordando com Alfred Kroeber¹¹ (1876 – 1960) como uma *part-society*. E apesar de serem definitivamente rurais, possuem relações mercantis com centros urbanos, inserindo-se como um segmento de classe dentro de uma população maior.

Portanto, Shanin (2005) não nega, em momento algum, a existência do campesinato, abordando este segmento social no âmbito da realidade. Ele busca o valor da sua teorização, entendendo este conceito como seletivo, questionando: o que podemos aprender com ele? Quais os seus esclarecimentos? O que ainda está obscuro?

¹¹Kroeber caracterizou a sociedade camponesa como organização social com estruturas rurais, mas que ao mesmo tempo relaciona-se com o mercado das cidades. São tidas como sociedades parciais (*part-societies*) e que possuem culturas parciais (*part-cultures*), necessitam de isolamento, autonomia política, autarquia, conservam suas identidades e possui apego a terra e aos cultivos (GUZMÁN; MOLINA, 2013).

Marques (2008) entende o campesinato como uma classe social e não só como um setor da economia, uma forma de organizar a produção, ou modo de vida. Caracteriza-se por ser uma organização social peculiar que ora pode servir aos interesses capitalistas (a exemplo dos contratos de integração dos camponeses com a agroindústria da dendeicultura), ora pode lhe ser uma contradição (como o MST). Isso denota um estado de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista, podendo estar subordinado de diversas formas, utilizando diversas estratégias que podem transparecer uma caminhada em direção ao “descampesinamento” e/ou a sua reprodução enquanto camponês.

Velho (2009) afirma que o camponês seria o pequeno agricultor e ao mesmo tempo o empresário de sua própria produção. Sua conceituação refere-se a um fato bem localizado, determinado estrutural e historicamente, não sendo pensado por cientistas sociais, e sim apropriado pelos mesmos. O que lembra a mistificação apontada por Shanin (2005) anteriormente. As variações no alargamento de seu uso dependem do seu valor explicativo sobre as diversas situações concretas.

Em resumo, em Shanin (2005) o campesinato não produz uma semelhança total entre os indivíduos que permita ser considerada global. Ele se difere tanto de uma sociedade para outra, quanto na mesma sociedade, possuindo características gerais e específicas. Os camponeses se relacionam e interagem com sociedades não-camponesas, refletindo sua autonomia parcial, do seu ser social. É um processo e parte impreterível de uma história social mais ampla, devido às suas especificidades, padrões de desenvolvimento, do seu contexto histórico e das estratégias de rupturas realizadas pelos próprios camponeses.

A atualidade do conceito de campesinato também perpassa por outros fenômenos, não previstos, estão acontecendo em vários países, dentre eles o Brasil, como é o caso da “criação e recriação do campesinato”, onde não-camponeses e “sem-terra” recebem terra por meio de políticas públicas de redistribuição fundiária, com o MST (que é o caso desta pesquisa), e da região da antiga União Soviética¹² onde está acontecendo um restabelecimento campesino com bases em razões étnicas, (SHANIN, 2008).

¹²Quando camponeses russos retornam a vilas abandonadas de regiões onde sua etnia prevalecia.

Van der Ploeg (2009) também trabalha essa questão com o conceito de recampesinização, entendida por ele como a transformação de pessoas oriundas de outras condições, em camponeses. Para ele, tornar-se camponês é um processo contínuo e flutuante que ocorre ao longo do tempo.

A recampesinização é apontada por Ploeg (2009) como a segunda maior tendência histórica campesina, e vai para além do dualismo entre capitalismo e campesinato, não sendo o camponês desta vez, um segmento social fadado ao desaparecimento. O MST é apontado por ele como um ótimo exemplo deste fenômeno.

Marques (2008) vai chamar de recampesinização o processo de assentamento da família sem-terra a partir dos projetos de assentamentos rurais, que acaba se tornando oposição ao processo de proletarização, expropriação e migração, causados pelo avanço do capital no campo, deixando claro que há a possibilidade de renovação para o campesinato, reafirmando a capacidade e flexibilidade que Shanin (2008) afirmara anteriormente. Essa campesinidade:

É recriada em novas condições no contexto dos assentamentos, com base em novas experiências adquiridas por estes trabalhadores em sua passagem pela cidade, na vivência da luta, bem como, em certos casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas por movimentos sociais ou organizações não-governamentais, etc. (MARQUES, 2008, p. 66).

Podemos afirmar a vida e a existência camponesa são também definidas por fatores externos, como decisões governamentais, movimentos de fronteiras, mudança de regimes políticos, e ao mesmo tempo, concluir que a sua capacidade de responder às situações de crise se dá de forma complexa e sem esperar pela solução de terceiros, provando sua resiliência e criatividade para superar situações de crise (SHANIN, 2008).

O campesinato brasileiro vive pela luta da terra mais um capítulo de sua história, que se concentra no conflito entre a territorialidade capitalista (que vê a terra como mercadoria) e a territorialidade camponesa (que tem a terra como base para a reprodução social e de seu modo de vida específico) (MARQUES, 2008).

O contexto atual da luta campesina pela conquista da terra em projetos de assentamento apresenta suas próprias contradições. Movimentos sociais como o MST enfrentam dificuldades em terras de assentamento para fazer os próprios

assentados aderirem à lógica da divisão do trabalho, comportamentos éticos e por sistemas de cooperação. Por outro lado, os assentados, mesmo estando ainda subordinados a uma lógica do capital, estão buscando alternativas para essa lógica, procurando construir uma sociedade de acordo com os seus valores (MARQUES, 2008), sendo a agroecologia a aposta do momento para essa realidade.

Portanto, entender o campesinato dentro de uma lógica que não anteveja seu fim, e que, pelo contrário, compreenda sua flexibilidade frente a fatores externos, internos, e a capacidade que tem de dar continuidade a sua existência, é de extrema importância para lidar com a realidade observada no Abril Vermelho.

Usamos esse conceito também, por considerar, com base em todos os autores aqui apresentados, que ele nos permite fazer uma leitura mais coerente com a realidade observada no PA Abril Vermelho, onde estamos lidando com pessoas que fizeram parte da realidade camponesa no passado e tiveram a oportunidade de retornar via MST, e também pessoas que nunca tiveram a experiência do trabalho campesino, hoje todas produzindo e reproduzindo no trabalho na terra.

1.2.2. Agroecologia: uma abordagem teórica, metodológica e política:

A agroecologia surge no contexto dos impactos negativos da Revolução Verde sobre a agricultura, sejam nos aspectos produtivos, quanto socioeconômicos e ambientais. As críticas impulsionaram a busca por uma produção ecológica e sustentável, dando origem a diversos tipos de agriculturas alternativas como a: orgânica, a biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura e outras. Cada uma dessas visões possuem sua própria filosofia, princípios, tecnologias, normas e correntes próprias. Entretanto, na maioria das vezes, acabaram sendo insuficientes para superar problemas socioambientais provenientes do modelo produtivista que contestavam (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Era necessário, portanto, o surgimento de uma proposta que fosse maior que uma simples alternativa produtiva, e é assim que emerge a Agroecologia enquanto nova e dinâmica ciência, que, através de uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas, representou um grande salto na busca por uma agricultura realmente sustentável. Sua estrutura metodológica possibilita o entendimento tanto da natureza dos ecossistemas, quanto dos princípios que regem

seu funcionamento, agregando em sua abordagem elementos agrônômicos, ecológicos, socioeconômicos à avaliação dos efeitos de tecnologias nos sistemas agrícolas e a sociedade em geral (ALTIERI, 2008).

A agroecologia incentiva pesquisadores a se aprofundarem no conhecimento e nas técnicas dos agricultores, em prol de um desenvolvimento de sistemas de produção, aqui considerados como agroecossistemas, com mínima dependência de insumos químicos e energéticos externos, com o objetivo de que em seus sistemas agrícolas se criem, a partir de suas próprias interações ecológicas e sinergismos de seus componentes biológicos, o equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar e demais organismos coexistentes, o que leva ao fortalecimento do solo, aumento da produtividade, e proteção de suas culturas contra pragas e degradações. Logo, tomemos a preservação e a ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas como princípio agroecológico em busca da auto-regulação e sustentabilidade (ALTIERI, 2008).

Caporal e Costabeber (2004) afirmam que não basta para ser agroecológica uma agricultura que não utiliza agrotóxicos e fertilizantes químicos. Talvez esse agricultor não o faça por não ter condições econômicas necessárias, ou então para acessar determinado nicho mercadológico de pessoas privilegiadas que possuem informação dos malefícios sobre produtos à base de insumos químicos. Esse tipo de mercado valoriza economicamente o preço dos produtos por conterem rótulos “ecológicos”, “orgânicos” ou “limpos”. Rótulos esses que por vezes promovem relações de subordinações do agricultor a regras e normas de certificadoras internacionais de transnacionais que o fazem com a intenção de expandir seus lucros.

Para ser agroecológica é necessário que se valorize o conhecimento tradicional dos camponeses sobre os seus ecossistemas, suas estratégias produtivas, as práticas agrícolas, seus ambientes físicos e o uso de tecnologias de baixo insumo, obtendo a partir da agricultura tradicional, informações importantes para o desenvolvimento de estratégias agrícolas adequadas à realidade do camponês, e assim construir uma produção sustentável onde haja uma organização social que proteja sua integridade e incentive uma interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente (ALTIERI, 2008):

Ademais, faz-se necessário considerar, também, que a prática da agricultura envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos e que, portanto, qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança da base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 10/11).

Para Caporal e Azevedo (2011) agroecologia não se propõe a resolver todos os problemas gerados pelas ações antrópicas, seja pelos modos de produção e consumos adotados, ou decisões ambientais equivocadas. É preciso compreendê-la também, como um novo enfoque científico, uma nova matriz disciplinar que está inserida em um novo paradigma, atualmente em desenvolvimento através de especialistas de diversos ramos do conhecimento e de agricultores de todos os cantos do mundo. Portanto:

A Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural, e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (CAPORAL; AZEVEDO, 2011, p. 88).

A agroecologia entendida enquanto enfoque científico, transdisciplinar e holístico está destinada a apoiar a transição do atual modelo de agricultura convencional para agriculturas mais sustentáveis, através de uma ação dialética transformadora, partindo do conhecimento local, incorporando-o ao científico, para construir e expandir novos saberes socioambientais. Trata-se, portanto, de uma mudança para além das práticas agrícolas, mas também política, econômica e cultural (CAPORAL; AZEVEDO, 2011).

Agroecologia é então: um campo de conhecimento que agrega várias reflexões teóricas e avanços científicos de diversas áreas, e constitui-se enquanto ciência transdisciplinar, de caráter holístico, que utiliza metodologia sistêmica, e dá suporte para construção de agriculturas que promovam o desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; ALTIERI, 2008).

O MST encontrou na agroecologia tanto uma forma de combater os avanços do agronegócio, quanto a superação de suas próprias contradições e impasses internos. Sua primeira proposta produtiva e organizativa, influenciada pelo marxismo ortodoxo, difundida desde o início da década de 1990, tinha na cooperação, a

viabilidade para o desenvolvimento econômico dos assentamentos. As Cooperativas de Produção Agropecuárias – CPAs acabaram tornando-se modelo uniforme incentivado pelo movimento para os assentamentos (BORSATTO; CARMO, 2013).

Borsatto e Carmo (2013) afirmam que esse modelo sofreu muitas críticas, por não considerar as características do campesinato (autonomia e autossuficiência), ser homogeneizador, desconsiderando as especificidades regionais de cada assentamento, além de se basear na matriz tecnológica da revolução verde que, além de manterem os assentados dependentes de um mercado alheio a sua realidade (para adquirirem os insumos para produção), fazia do MST um movimento contraditório por difundir em seus territórios, um modelo de produção que na década de 80 expropriava os próprios camponeses.

Essas críticas, somadas ao avanço do agronegócio no final da década de 90, e a necessidade de uma agricultura de base ecológica, começaram a abrir os espaços do MST para novas formas de organização e produção. O IV Congresso Nacional realizado em 2000 debateu a organização dos assentamentos¹³ e definiu ações de fomento a agroecologia nos assentamentos rurais. O agricultor e seu conhecimento ganham mais destaque nas ações do movimento, sendo agora sujeito criador da sua própria existência, e a terra passa a ganhar aspecto não apenas social (e político, acrescentamos), mas também ambiental (BORSATTO; CARMO, 2013).

A agroecologia se difundiu dentro do movimento consolidando-se no discurso de soberania alimentar e luta contra o agronegócio, aproximando o movimento em si de seus agentes e suas demandas, propagando ideias que sempre estiveram de acordo com o modo de produção camponês. Não é a toa que se consolida como caminho para a Reforma Agrária no V Congresso Nacional do MST realizado em 2007, compondo sua nova proposta denominada “Reforma Agrária Popular” (BORSATTO; CARMO, 2013).

Em resumo, um agroecossistema para estar de acordo com os princípios agroecológicos deve buscar construir agriculturas sustentáveis a médio e longo

¹³O MST percebeu que era necessário aprimorar os seus modelos de assentamento, antes centradas apenas na questão do trabalho e produção, e que relegava outros aspectos da vida (BORSATTO; CARMO, 2013), construindo uma “nova organicidade” que ampliasse a participação dos próprios militantes, assentados ou acampados na estrutura organizativa do movimento (BERNAT, 2012).

prazo, atendendo a requisitos sociais, aspectos culturais, preservação de recursos ambientais, possibilitar a participação política, e fomentar o empoderamento dos seus atores, além de obter resultados econômicos em consonância com o conjunto da sociedade. A construção de uma agricultura de base ecológica é um ato de solidariedade da geração atual para com as futuras. É a chamada “ética da solidariedade” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Além de vincular questões ambientais e sociais, a Agroecologia resgata princípios do saber tradicional camponês e indígena, marginalizados pelo produtivismo e rentabilidade econômica da economia moderna, para construir conjuntamente com o avanço científico atual, novos conhecimentos. Portanto, se apresenta como uma qualificada alternativa de transição da agricultura moderna, produtivista (lógica na qual a atual expansão da dendeicultura está inserida), para uma agricultura de princípios sustentáveis (BORGES, 2009).

1.2.3. Os movimentos sociais e a gênese do MST na luta contra a modernização conservadora:

Nas décadas de 60 e 70, dois paradigmas emergiram e se consolidaram a respeito dos estudos sobre movimentos sociais, o primeiro norte americano onde temos a Teoria da Mobilização de Recursos – TMR e a Teoria do Processo Político – TPP que tem como berço as contestações sociais e políticas do movimento dos negros por direitos civis nos EUA. O segundo paradigma surge influenciado pelas mobilizações de Maio de 68, conduzindo a análise dos chamados novos movimentos sociais, dando título a sua corrente teórica: a Teoria dos Novos Movimentos Sociais - TNMS (NUNES, 2014).

Para a TMR o sucesso dos movimentos depende diretamente dos recursos econômicos e humanos que conseguem captar. Outros recursos podem também fomentar a conquista do seu objetivo, como: conhecimento, acesso a mídia, legitimidade pela população, etc.. Já a TPP se direciona ao ambiente político que rodeia os movimentos, para assim compreender os fatores que permitem ou dificultam sua expansão. O paradigma europeu por sua vez enfatiza uma novidade identitária e cultural, e não objetiva mais a conquista do Estado (como os movimentos revolucionários dos séculos anteriores), voltando-se para a sociedade civil (NUNES, 2014; ALONSO, 2009).

Apesar das suas diferenças, todas essas abordagens sobre o conceito de movimento social, convergem em alguns pontos: a noção de conflito, o antagonismo entre dois grupos, identidade partilhada entre os indivíduos, e ações contínuas e coerentes que vão para além de um protesto ou manifestações isoladas. Este é o caso do MST, que tem como grupo antagonista o capitalismo e seu modelo de desenvolvimento para o campo, disseminando sua luta para além da bandeira sobre a posse da terra (reforma agrária), buscando em outros temas como gênero, educação, saúde, diversidade étnica etc., caminhos para uma transformação social justa e igualitária.

No entanto, definir o que é movimento social não é mais um elemento central das análises contemporâneas sobre movimentos sociais. De acordo com Cristina Nunes (2014) a tendência atual é analisar as dinâmicas internas das organizações dos grupos, ou explicar as formas intrínsecas de seus fundamentos político e social. Os novos grupos têm sido compreendidos como redes fluidas, horizontais e descentralizadas, onde a subjetividade identitária é fundamental para o envolvimento do indivíduo.

Mesmo que as correntes teóricas sobre movimentos sociais não busquem uma definição conceitual, ficamos com os apontamentos de Maria da Glória Gohn, a qual sintetiza a atualidade desta discussão. Para ela movimentos sociais são: “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335). Os movimentos adotam diferentes estratégias para atuarem, podendo variar de uma denúncia simples ou mobilização direta e indireta (protestos, mobilizações, marchas, negociações etc.), por meio de redes sociais, locais, ou mesmo internacionais, com o auxílio da tecnologia atual.

Ela ainda lista algumas características atribuídas aos movimentos sociais:

possuem identidade, têm opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência (GOHN, 2011, p. 335).

Atualmente, os movimentos sociais buscam a construção de uma sociedade democrática, sustentável, cada vez menos excludente (através de políticas de inclusão social), e que reconheça a diversidade cultural. Procuram tematizar a esfera pública, construir parcerias com outras entidades da sociedade civil e política (a exemplo no contexto aqui pesquisado, a relação MST e INCRA, para desapropriação da terra e criação do PA Abril Vermelho), possuem um grande poder de controle social e influenciam a construção de modelos de inovação social (GOHN, 2011).

Para Fabrini (2008, p. 240) os movimentos sociais se caracterizam por serem “manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada.”. Esses movimentos se fazem presentes nas lutas por transformações sociais, econômicas, no modo de produção, além de demandas ligadas a cidadania e à garantia de direitos. Variam desde lutas por melhores condições salariais e de trabalho nas cidades, até a luta pela terra dos camponeses. A organização dos camponeses enquanto movimento social possibilitou grandes conquistas para esse segmento, tornando esta forma de organização um modelo paradigmático de luta e resistência camponesa.

Fabrini (2008) identifica na produção para autoconsumo, autonomia e controle do processo produtivo, nas relações de solidariedade, vizinhança, vínculos locais, etc. aspectos das demais formas de resistências no campo. Mas são pelos movimentos sociais que os camponeses se comunicam e mundializam suas demandas, reivindicações e suas lutas pelo seu modo de vida. Ao mesmo tempo em que o capital se internacionaliza pela produção de *commodities*, os movimentos camponeses desenvolvem um conjunto de ações políticas em escala global, ampliando suas lutas, conquistas e concepções de produção.

O MST é exemplo de movimento social camponês, que em escala nacional propicia uma maior resistência à opressão produtivista capitalista (FABRINI, 2008). Desde sua formação, o MST tem se destacado como a principal organização na conquista de novas terras e criações de assentamentos rurais. Sua gênese está ligada a ocupação de terra como forma de luta no campo. Ocupar terras para reforma agrária tornou-se a materialização de sua existência, permitindo desenvolver sua forma de organização dimensionada no espaço conquistado, ou

seja, o sentido de sua formação está na sua espacialização e territorialização (FERNANDES, 2000).

Seu surgimento é diretamente influenciado pelas consequências do processo de modernização conservadora realizado pelos militares entre os anos de 1965 até 1982, quando esse regime ditatorial encerrou o debate político sobre a reforma agrária, submetendo o pensamento econômico hegemônico brasileiro, ao funcionalista norte-americano, onde o papel da agricultura no desenvolvimento econômico da época seria o de cumprir cinco funções: liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para a indústria; elevar as exportações agrícolas; e transferir renda real para o setor urbano (DELGADO, 2005).

Essa modernização está dentro do paradigma de produção da chamada Revolução Verde, que emerge após a segunda guerra mundial a partir de um número reduzido de tecnologias, as quais permitiram um processo de homogeneização das produções agrícolas, declinando a influência das forças biofísicas na determinação das práticas agrícolas (CAPORAL; COSTABEBER, 2004a).

A modernização da agricultura (integrada com a indústria) é incentivada pela mudança na base técnica dos meios de produção deste período, quando a utilização de insumos industriais como fertilizantes, corretivos de solo, sementes melhoradas geneticamente, combustíveis líquidos e maquinários industriais, passam a configurar a produção agrícola (DELGADO, 2005).

O processo de modernização conservadora realizado pelos militares resultou na alteração da base técnica produtiva do meio rural, tornando-a mais dependente de insumos químicos que recursos naturais, aumentando de um lado as áreas de monocultivo (soja, cana-de-açúcar, laranja etc.), e de outro o processo de assalariamento do campesinato. Ao mesmo tempo reduziram-se os incentivos fiscais e subsídios de pequenos proprietários, meeiros, rendeiros, etc.. Apesar do crescimento econômico pela produção agrícola através dessas políticas, aumentou-

se a concentração de terras, expulsando mais de 30 milhões de camponeses¹⁴ de suas áreas rurais (FERNANDES, 2000).

Portanto, o MST é fruto do processo de resistência camponesa a essas ações modernizadoras da produção agrícola e demais projetos desenvolvimentistas que causaram grandes impactos à sua população rural. Ele nasce de um conjunto de ações campesinas em vários estados do Brasil, na região do Centro-Sul em setembro de 1979 quando aconteceu a ocupação da Gleba Macali, em Ronda Alta - RS (FERNANDES, 2000). Além dessas, outras aconteceram em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Até ser formalmente criado – em meio ao período de redemocratização político-social do país – no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel-PR, em 1984 (BARCELLOS, 2010).

Com o fim do regime militar em 1985 encerra-se o crescimento econômico, submergindo o país em contexto de crise econômica, que também se reflete sobre a questão agrária. Neste período o MST e outros movimentos sociais¹⁵ recolocam a reforma agrária na agenda política do Estado, motivados pela Constituição de 1988, e pela necessidade de se lutar contra o ajustamento econômico do país, o qual promovia um novo ciclo econômico de caráter privatista e desregulamentador (neoliberal).

Neste ciclo, se retira do Estado o papel de fazer valer direitos sociais agrários previstos na nova constituição brasileira (DELGADO, 2005), tornando o crédito escasso e seletivo, esgotando as políticas agrícolas deste período. Esse cenário somado à expansão do número de assentamentos criados no fim da década de 80 e início da de 90, levou o MST a debater sobre que organização produtiva deveria implementar para viabilizar econômica e socialmente esses territórios conquistados. Pensar e organizar seus sistemas de produção era visar a permanência do trabalhador assentado na terra (BARCELLOS, 2010).

¹⁴Apesar de ser um fato negativo, as migrações foram fundamentais para a formação do MST, pois quando o ciclo econômico dos militares entraram em crise, os grandes centros urbanos não ofereciam condições para abrigar este contingente, que se tendo que resistir em seus campos, pensando em novas formas de lutar pelos mesmos (FERNANDES, 2000).

¹⁵Como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1979, que se fortalece, além de surgirem organizações não governamentais (ONGs) que apoiam o “Fórum Nacional pela Reforma Agrária” (DELGADO, 2005).

Outro e não menos importante obstáculo foi o fortalecimento do agronegócio como pauta de exportação do Brasil no final da década de 90 e início da década de 2000, recebendo estímulos do governo para expandir suas atividades, moldando uma conjuntura socioeconômica que levou o MST a repensar sua organização produtiva durante a primeira década do século XXI (BARCELLOS, 2010).

E como vimos anteriormente, dentre as novas propostas de organização produtiva, a que ganhou mais força a partir dos anos 2000 foi a agroecológica. Por meio dela o MST encontrou bases políticas, sociais, produtivas e econômicas, para fazer frente a um cenário não favorável ao campesinato nacional, onde o governo federal estimulava apenas a agricultura de grandes fazendas produtoras de grãos destinados à exportação, oligopolização, controle do mercado interno agrícola pelas empresas agroindustriais multinacionais (como podemos ver nos efeitos do PNPB e PPSOP), e integração seletiva de pequenos agricultores a essas agroindústrias, o que causava desaparecimento da agricultura de subsistência (COSTA NETO; CANAVESI, 2002).

Crescem dentro do MST, a partir dos anos 2000, o número de experiências agroecológicas. Esse crescimento faz com que os princípios do modelo de produção agroecológico passem a integrar a “Proposta de Reforma Agrária Popular” lançado em 2012, onde se fazem presentes, diretrizes para formação e adoção da Agroecologia como matriz tecnológica de produção (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013).

No geral, essas diretrizes preveem: programas de formação agroecológica; intercâmbio de experiências entre seus agricultores; desenvolvimento de tecnologias agroecológicas adequadas aos agroecossistemas; infraestrutura para seu manejo; criação de sistemas florestais e preservação de coberturas nativas; e por fim, produção de máquinas e equipamentos adequados à produção camponesa (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013).

1.3. METODOLOGIA:

1.3.1. Área de estudo:

Minha posição enquanto pesquisador do PA Abril Vermelho é privilegiada pelo histórico que o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF (ex Núcleo

de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR) possui com agricultores familiares, e com o viés de luta camponesa ao lado de movimentos sociais como o MST, que já renderam muitos trabalhos entre seus sujeitos. Como exemplo, temos a realização do “Diagnóstico Agrossocioambiental do Assentamento Abril Vermelho Santa Bárbara-Pará” pelos alunos do DAZ, realizado em 2015. Além da entrada institucional, outro fator que possibilita a escolha desse campo é a proximidade com a capital Belém, possibilitando uma viagem curta até sua localização.

O Projeto de Assentamento Abril Vermelho localiza-se no município de Santa Bárbara-PA, região metropolitana de Belém, localizado a 45 km da capital. Suas dimensões comportam 6.827 hectares, organizados e geridos pelos próprios assentados, que o dividiram em quatro polos de moradias (PIRES et. al., 2015).

IMAGEM 1: Área do assentamento Abril Vermelho.



Fonte: INCRA, adaptado por PIRES et. al. (2015).

1.3.2. Histórico da área:

A área do território do Projeto de Assentamento Abril Vermelho traz consigo um conjunto de importâncias, que são tanto produtivas e sociopolíticas, quanto acadêmicas. Em primeiro lugar ela foi utilizada pela empresa DENPASA S.A., produtora de óleo de palma do dendê, inaugurada em 1976, em meio às iniciativas

de modernização da agricultura pelo regime militar e pelas diversas tentativas de se estabelecer o cultivo do dendê na Amazônia.

Em seu histórico o dendê na Amazônia possui ao todo quatro fases: experimento da SUDAM em 1968; fase da DENPASA nas décadas de 70 e 80; fase da Agropalma na década de 90; e a expansão pelas políticas de produção de biodiesel no início do século XXI, que se encontra em fase reversão dada a atual crise econômica do país (HOMMA, 2016). No entanto, nos interessa compreender somente os contextos relevantes ao surgimento da DENPASA, bem como sua falência decretada em 2001.

O dendê chega à Amazônia no ano de 1940 com 30 mudas de Caiaué de 2 anos de idade, plantados no campo agrícola de Lira Castro, no km 18 da Estrada de Ferro Bragança. Nessa época foi estimada a produção de 20 kg de fruto/planta, com rendimento de 2,440 kg de óleo de polpa e 1,120 kg de óleo de amêndoa/planta, além de 855 kg de óleo/ha, de um total de 240 plantas por hectare (HOMMA, 2016).

Em 1964 e 65 se estabeleceu acordos de cooperação técnica entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux (IRHO), atualmente Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD), da França, para a implantação de um projeto piloto de dendê no Estado do Pará. O objetivo era plantar 1500 ha de dendê, uma usina para processamento, e mais 1500 ha de plantações satélites, próximas ao local do piloto, para os agricultores locais, com assistência técnica e suporte das instituições envolvidas (MÜLLER; FURLAN JUNIOR; CELESTINO FILHO, 2006).

Mas somente em 1968 se inicia esses cultivos de dendê, na região do Genipaúba, km 9 da rodovia PA-391 (Belém Mosqueiro), que na época ainda pertencia ao município de Benevides (e hoje faz parte de Santa Bárbara). Foram plantados os 3 mil hectares pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (antiga SPVEA), sendo 1,5 mil hectares do grupo que posteriormente tornou-se a DENPASA, e 1,5 mil hectares de pequenos produtores. Em 1972 o Ministério do Interior transfere o plantio da SUDAM para a iniciativa privada, sendo lançado em junho de 1973 o Projeto Dendê pela Secretaria de

Estado de Agricultura do Estado do Pará (HOMMA, 2016; MÜLLER; FURLAN JUNIOR; CELESTINO FILHO, 2006).

Em 1974 o Projeto de Dendê sai das mãos da Sudam e passa a ser gerido pelo consórcio holandês HVA International que possuía plantios no Suriname, a Cotia Trading e a Dendê do Pará Ltda (DENPAL), que mais tarde viria tornar-se a DENPASA. Neste ano, aconteceram os primeiros casos de Amarelecimento Fatal – AF nos plantios da DENPASA, com 25 palmeiras afetadas. Em 1976 a DENPASA inaugurou a sua fábrica de beneficiamento de óleo de Palma (HOMMA, 2016; MÜLLER; FURLAN JUNIOR; CELESTINO FILHO, 2006).

No início da década de 80, ainda sobre o regime militar, foi criado o Programa Nacional de Pesquisa do dendê, para propiciar um melhoramento genético e obter um plantio com alta produtividade. Em 1981 a DENPASA comprou a gleba de 27,5 mil hectares no Município de Acará, onde havia sido implantado o Projeto Companhia Agrícola do Acará – COACARÁ. Em 1984 se inicia a proliferação do Amarelecimento Fatal no plantio da DENPASA atingindo cerca de mil hectares de dendê. A Associação dos Produtores de Dendê do Pará e Amapá – APRODEN solicitou o empenho da Embrapa para pesquisar o Amarelecimento Fatal. Em 1987 o AF chegou a atingir 16% das palmas da DENPASA, cerca de 45.856 palmeiras plantadas entre 1968 e 1979 (HOMMAN, 2016; MÜLLER; FURLAN JUNIOR; CELESTINO FILHO, 2006).

A década de 90 iniciou mal para a DENPASA, 400 hectares de dendê estavam afetados com o AF em 1990, e em 1991 o governo brasileiro anunciou a redução a zero da alíquota de importação de óleo de Palma, prejudicando o setor agroindustrial nacional. A preocupação com o AF era constante nesse período. Em 1995 foi realizado em Belém o “Primeiro Encontro Técnico Nacional sobre o Amarelecimento Fatal do Dendzeiro” (HOMMA, 2016).

Se a década de 1990 não iniciou bem, a de 2000 foi muito pior. Em 20 de fevereiro de 2001 a crise dos dendezais da DENPASA era notícia na imprensa paraense. O AF estava se disseminando por toda plantação, e naquele mesmo mês foi encerrada a atividade da usina de processamento da empresa. Até que em 16 de Abril de 2004 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, realizaram a ocupação da fazenda da DENPASA (HOMMA, 2016).

A falência da DENPASA S.A. no início dos anos 2000 pode ter sido causada por um fator peculiar (o amarelecimento fatal). Porém, a atual fase de expansão da dendeicultura já se encontra afetada pela atual crise econômica do país, como oportunamente aponta Homma (2016), o que abre margem para novas consequências negativas para o campo, como desemprego da mão de obra contratada nas empresas, abandono de áreas com plantios e falta de apoio técnico aos agricultores que dependem diretamente do suporte que as empresas se encarregaram de oferecer para garantir a qualidade da produção.

Homma (2016) também aponta que para além da crise econômica, outros fatores também estão prejudicando a fase atual do dendê como: queda dos preços desta *commoditie*; problemas fundiários; escassez de mão de obra; a atuação de movimentos ambientais; resistências dos movimentos sociais como quilombolas¹⁶ e movimentos camponeses; inoperância de órgãos públicos dos setores agrícolas; problemas com legislação ambiental e trabalhista; transferências governamentais; e outros.

Portanto, nota-se que através do breve histórico da DENPASA e da atual fase do dendê no Pará, que este ciclo econômico tem dificuldades de se alinhar com a realidade do meio rural paraense, trazendo dificuldades para o campesinato envolvido nesta atividade. O que nos leva a ressaltar a importância da experiência dos assentados no Abril Vermelho que já veem lidando com as dificuldades de recuperar e sobreviver numa área onde se manteve o monocultivo de dendê por quase 30 anos, utilizando insumos químicos e maquinários na produção do Dendê.

1.3.3. Ocupação e resistência. O início do PA Abril Vermelho:

Desde suas origens o MST batiza seus acampamentos e assentamentos com nomes de pessoas falecidas, sejam estes pensadores intelectuais, ou lideranças populares em geral ou do próprio movimento. Por isso o MST usou a data de um dos fatos mais brutais de sua história que foi a chacina de El Dourado dos Carajás em

¹⁶Lembrando que o “Zoneamento Agroecológico, Produção e Manejo para a Cultura da Palma de Óleo na Amazônia” produzido pela Embrapa Solos em 2010 para fundamentar a expansão do dendê no Pará não incluíram as áreas de quilombos e reservas indígenas no seu mapeamento.

17 de Abril de 1996¹⁷, e ressignificou para si e para a sociedade através de atos, passeatas, marchas, ocupações, acampamentos e outras formas de manifestações, tornando o mês de Abril um mês de luta¹⁸ (ROMÃO, 2004).

O processo de conquista do PA Abril Vermelho não foi uma tarefa fácil para o MST. A dimensão extensa da área (quase 50 km²), o número elevado de famílias divididas entre três acampamentos distintos, e o embate com a DENPASA que ainda planejava replantar seus dendês, requereu um nível de organização e de estratégias bem traçados, além de comprometimento tanto dos militantes envolvidos na organização, quanto dos que depositaram nessa ocupação, a chance de conquistar uma terra para viverem.

Em 13 de Abril de 2004, cerca de 800 famílias oriundas da região metropolitana de Belém e dos acampamentos Roseli Nunes (Castanhal), Rosa Luxemburgo (São Francisco do Pará), e Isa Cunha (Santa Izabel do Pará), se juntaram aos integrantes do MST que vinham em marcha de Castanhal. Inicialmente o objetivo era chegar a Capital Belém, porém ao chegarem a Santa Izabel, resolveram (sem contar às autoridades que acompanhavam a marcha) acampar no ginásio do município para descansarem. No dia 15 houve a decisão de não prosseguir para Belém, e sim acampar no latifúndio improdutivo da DENPASA, o qual ficava a 18 km dali, em Santa Bárbara (LIMA; LOPES, 2015).

Os relatos dos primeiros anos de ocupação são de extremas dificuldades, mas de muito esforço coletivo. Tudo que era produzido no acampamento era de todos, bem como os salários de acampados que iam para as cidades prestarem serviços. Anália relembra este período:

Nós passamos dois anos acampados. Era barraco de lona. Trabalhando no coletivo. O legal de tudo era que a panela era uma só. A unidade era tão boa que a gente conseguia fazer comida só numa panela pra 60 pessoas num grupo, e a gente conseguia. Depois passamos de grupo para núcleo com 10 famílias, para a gente poder ter um controle pra ir pros lotes, por núcleo. (Trabalho de campo, 2017).

¹⁷Quando o Batalhão da Polícia Militar de Marabá-PA, composto por 151 policiais armados, assassinou 19 sem-terras, ferindo outros 69 que estavam acampados na “curva do S” na BR-155, município de El Dourado dos Carajás, Sul do Pará. O caso teve repercussão internacional.

¹⁸O resultado dessa valorização da memória no movimento é a fidelidade à luta que a transcende do particular para compor uma cadeia de simbologia sem fim, que existia antes e vai continuar existindo mesmo após a morte de cada militante (ROMÃO, 2004).

Foram dois anos acampados até o MST realizar a divisão dos lotes em 2006 (por sorteio para evitar favorecimentos). Após vários debates e reuniões entre as famílias, criou-se uma coordenação para representar os núcleos familiares, com 39 componentes/coordenadores, e cada núcleo representava 10 famílias. Os coordenadores definiram o tamanho dos lotes, sua identificação e a criação de quatro polos de moradia. Grupos de trabalho foram organizados para se realizar os “cortes de terra”, e a distribuição das famílias em suas respectivas áreas. A distribuição de terras teve início mesmo sem a desapropriação ter sido oficializada pelo INCRA (PIRES et. al., 2015).

Tio Chico afirma que a divisão por Polos ocorreu da seguinte maneira: o Polo 1 e o Polo 4 foram ocupados pelos acampados do Roseli Nunes e o Polo 3 pelo Isa Cunha. O Polo 2 foram acampados pelo Rosa Luxemburgo (e alguns remanescentes de outro acampamento chamado Regiane Guimarães, que na época se integraram ao Rosa Luxemburgo).

Após a ocupação iniciou-se a luta pela reivindicação da área para reforma agrária junto ao INCRA. De acordo com Lima e Lopes (2015) foram realizados cadastros das famílias de apenas 393 famílias que resistiram ao árduo período de acampamento que durou dois anos. Essas quase 400 famílias foram assentadas nos 6.668,1090 hectares de terra através de um mandato de emissão de posse concedida pelo Poder Judiciário Federal no dia 28 de novembro de 2008. A oficialização enquanto Projeto de Assentamento viria apenas em 2009, pelo INCRA¹⁹ (PIRES, et. al., 2015).

De acordo com Inaldo de Lima e Valéria Lopes (2015) a maioria das famílias assentadas são do nordeste paraense, com uma porcentagem menor sendo de outros estados do Brasil. Alguns já tinham experiência com agricultura, outros apenas eram filhos de agricultores, e alguns não tinham qualquer experiência de trabalho com a terra, o que torna ainda mais interessante compreendermos as estratégias produtivas utilizadas por seus assentados nessa área, sobretudo a forma como a proposta de reforma agrária popular de base tecnológica agroecológica do MST tem sido implementada. Sobre isso, Filho adianta:

¹⁹Com um perímetro de 49.916,80m² com sete Módulos Fiscais do Município, beneficiando aproximadamente 400 famílias. A fração Mínima de parcelamento – 2,00 ha e máxima de 20 ha (PIRES, et. al., 2015).

Projeto popular que a nossa cabeça tá bem firme. O nosso projeto popular pro campo é a agroecologia, é a reforma agrária agroecológica em contraposição a reforma agrária mercadológica, monocultivista, produtivista, enfim, esses “istas” que não presta! [...] Ainda é incipiente essas organizações que a gente tá criando por aqui? É! É meio incipiente. Ainda é amadora do ponto de vista prático? Acho que tá bastante ainda. Ainda é uma experiência pequena? Acho que ainda é pequeno. Mas diante do que a gente não tínhamos outra alternativa – aí que é a grandeza do negócio – a gente conseguiu dar um salto de qualidade! (Trabalho de campo, 2017).

Antes da chegada do movimento, nesta área havia uma grande concentração de vegetação de dendê, paricá, puerária e capoeirão. Onze anos após a ocupação, registrou-se uma grande diversidade vegetal, resultado da ação do MST, fazendo oposição ao modelo produtivista capitalista (PIRES, et. al., 2015).

1.3.4. Procedimento metodológico:

O procedimento metodológico é “uma forma de progredir em direção a um objetivo” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p. 22); suas definições dos procedimentos metodológicos são no geral a construção de uma estratégia de pesquisa que define todos os passos para sua execução e que objetiva responder o problema de pesquisa. Para tal, se definem algumas técnicas e instrumentos que mais se adequam ao propósito da investigação (BRUMER et. al., 2008).

Como esta pesquisa tem como objetivo analisar e refletir sobre as estratégias de produção em áreas com histórico de monocultivo, a partir da experiência de assentados do Abril Vermelho, incentivados por uma proposta agroecológica, foi necessário recorrer a uma abordagem metodológica que compreenda os aspectos sociais e agrários dessas estratégias de ocupação pelo MST, sendo a abordagem interdisciplinar a mais adequada para os propósitos dessa pesquisa.

As técnicas de pesquisa aqui apresentadas foram aplicadas durante os procedimentos metodológicos delimitados. Para que se alcance o êxito a que se propõe esta pesquisa, foram selecionadas as seguintes técnicas: documentação indireta (pesquisa documental); a observação participante (pesquisa de campo); passando pela análise histórica, caracterização das práticas produtivas, e algumas ferramentas geralmente utilizadas em Diagnósticos Rurais Participativos como: entrevistas semiestruturadas, caminhada transversal (nos lotes) e registros fotográficos.

A primeira etapa metodológica foi a pesquisa documental. Esta etapa foi privilegiada com os trabalhos realizados pelos discentes: Felipe Vieira de Oliveira Pires, Galtiane Pantoja de Freitas, Haydeé Marcia de Souza Marinho, Rafael Peniche Ferreira, Viviane Pereira Santa Brígida, do Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia – DAZ, no ano de 2015. Através destes alunos foi desenvolvido o “Diagnóstico Agrossocioambiental do Assentamento Abril Vermelho Santa Bárbara-Pará”.

Outro importante material levantado sobre este assentamento é Trabalho de Conclusão de Curso de Inaldo Gomes de Lima em co-autoria com Valéria da Silva Lopes (esta, residente do assentamento) apresentado no Curso de Graduação em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, no ano de 2015, intitulado: “Assentamento Abril Vermelho-Santa Bárbara/Pará: O caso do fechamento da Escola Paulo Freire”, que apesar de ser um estudo voltado para área da educação no campo, traz um importante histórico sobre o assentamento.

A segunda etapa teve em vista caracterizar como o MST pensa e organiza sua proposta agroecológica de produção em áreas que eram exploradas com monocultivo. Para sua realização, se estabeleceu a necessidade de realizar entrevistas com lideranças do MST responsáveis pelo setor de produção do movimento e que incentivam a adoção da produção de base agroecológica nas áreas de assentamentos rurais ou acampamentos do MST, fazendo um parâmetro com o que é proposto pelo movimento a nível nacional em sua proposta de “Reforma Agrária Popular”.

Nesta etapa foi feita uma visita ao Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO em junho de 2017, onde fizemos uma entrevista semiestruturada com dois militantes do setor de produção do MST, a chamada regional cabanos²⁰: Sebastião Lopes, conhecido como Seu Sabá e Raimundo Filho, que atende por Filho. Seu Sabá mora e tem a responsabilidade de manter o SAPO, enquanto Filho é residente e coordenador do Projeto de Assentamento Abril Vermelho, que se localiza no município de Santa Bárbara-PA.

²⁰Nomenclatura designada à região do Nordeste Paraense e em homenagem a cabanagem.

A entrevista foi composta de sete perguntas que orientaram o diálogo, e tinham como objetivo caracterizar como o MST pensa e organiza a produção das famílias em áreas que eram exploradas com monocultivo, para que se pudesse fazer um parâmetro com a proposta de reforma agrária popular do MST, e entender como esta proposta vem se dando na prática.

A terceira etapa desta pesquisa ocorreu também em Junho de 2017 e consistiu na primeira pesquisa de campo onde foram selecionadas 10 famílias que fizeram ou ainda fazem parte do MST e/ou que produzam com base na proposta produtiva do MST. Dois do Polo 1 (mais próximo dos centros urbanos de Santa Bárbara), três do Polo 2 e mais três do Polo 3 (as áreas mais afetadas pelo plantio do dendê e AF) e 2 do Polo 4 (que atualmente faz fronteira com os 2 mil hectares que a DENPASA ainda possui). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, caminhadas transversais em seus lotes, análise histórica, caracterização das práticas produtivas e registros fotográficos com as 10 famílias.

A amostragem desse trabalho precisou ser dirigida (foram escolhidos militantes que fazem ou fizeram parte do MST, ou possuem aproximação com o movimento) para compreendermos como esta proposta agroecológica, deste respectivo movimento, estava se desenvolvendo dentro de seu próprio núcleo de camponeses que residem no assentamento aqui analisado. Afinal de contas, se o MST quer difundir sua proposta agroecológica, resta-nos analisar como ele vem desenvolvendo-a com “os seus” primeiramente.

Este primeiro campo foi necessário para identificar as estratégias produtivas usadas para desenvolverem seus sistemas de produção, no PA Abril Vermelho e suas compreensões acerca da proposta agroecológica que o MST passou a incentivar com sua nova Reforma Agrária Popular. E a opção por uma análise dirigida reforça futuras análises desta realidade, onde podemos construir com este estudo, um primeiro parâmetro dos resultados dessa proposta, para ser posto em comparação a outras.

CAPÍTULO 2: A REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST E SUA MATRIZ AGROECOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA PARAENSE A PARTIR DO SAPO.

2.1. A REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST:

As propostas e medidas apresentadas na Reforma Agrária Popular do MST estão disponíveis como capítulo do livro “A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000” e trazem propostas e medidas que visam um amplo processo de mudanças sociais, alteração da atual estrutura de organização produtiva e da forma como o ser humano se relaciona com a natureza, para que o processo de desenvolvimento no campo possibilite a superação da exploração, dominação política, alienação ideológica e degradação da natureza (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013).

A primeira sessão da proposta chamada “objetivos” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 150) apresenta além das intenções mencionadas acima sete metas a serem alcançadas, sendo estas: o fim da pobreza no campo; combate a desigualdade, exploração e degradação da natureza enraizada na concentração de terras; garantia de trabalho, educação e distribuição de renda no campo; soberania alimentar; igualdade de gênero em todas as atividades campestres; preservação da biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do país; e melhorias nas condições de vida que estimule a permanência no campo, principalmente da sua juventude.

Na segunda sessão chamada “As mudanças necessárias” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 150) é a que mais detalha as medidas e ações que são propostas pela Reforma Agrária Popular do MST, com um total de dez temas abordados. O primeiro é sobre a terra vista acima de tudo como “um patrimônio dos povos que habitam cada território, e que deve estar a serviço do desenvolvimento da humanidade” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 150.). Foram estabelecidas cinco medidas fundamentais, oito complementares sobre essa temática, que vão desde a garantia de acesso a terra, estabelecimento do tamanho máximo da propriedade rural de um agricultor, desapropriação de propriedades rurais de empresas, indústrias, comércio, igrejas, etc. que não tem a agricultura como

atividade principal, ou que não cumpram com sua função social, até expropriação por trabalho escravo.

As medidas complementares ampliam para outros grupos a democratização da terra, como é o caso da demarcação de propriedade coletiva das terras indígenas e áreas de quilombos. Visam também garantir a concessão de uso sem poder vender a terra, e com direito à herança aos camponeses (desde que os herdeiros morem no lote), bem como, assegurar que as riquezas naturais sejam administradas pelo Estado. Do Estado também se cobra o cadastro das terras públicas estaduais e federais, a recuperação das que foram griladas, e um sistema de imposto territorial rural progressivo de acordo com o tamanho e a produtividade da área, visando coibir a concentração de terras.

O segundo tema diz respeito à água, como “um bem para todos” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 152), onde todos os reservatórios e barragens deverão ser domínio público, não podendo ser privatizada. Reforça-se a necessidade de se ampliar o acesso à água potável tanto nas comunidades rurais quanto nas cidades pelo Estado, que também deve garantir a proteção das fontes e mananciais, além de reflorestar com árvores nativas as margens de rios e córregos. Para esta proposta, é dever do estado também conscientizar através da educação ambiental e punir todos que poluam lençóis freáticos ou desperdicem.

No terceiro tema desta sessão, chamado “A organização da produção no campo brasileiro” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013), p. 153, temos quatro medidas fundamentais que buscam: a produção de alimentos saudáveis para todo país, organizar a produção com base em cooperação agrícola (mutirões, organizações comunitárias, associações, empresas públicas etc.) e organizar agroindústrias em forma de cooperativas, sobre o controle dos trabalhadores das agroindústrias. É nesta sessão que a agroecologia ganha seu espaço ao se “romper com a monocultura e promover uma agricultura diversificada, sustentada em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando alimentos saudáveis” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 153).

As medidas complementares visam organização e garantias de direitos aos trabalhadores rurais cooperados, proibição de empresas estrangeiras na produção de alimentos e comércio de sementes, biotecnologias para melhorar a produtividade, que preserve a saúde dos camponeses e do consumidor, e estímulo a feiras agroecológicas permanentes.

O quarto tema aprofunda a questão tecnológica brevemente apresentada acima, ao propor “Um novo modelo tecnológico” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 154). Este deve ser orientado por um enfoque ecológico e participativo, adequado à reforma agrária, às unidades de produção camponesas, ao aumento da produtividade e em estrito equilíbrio com o meio ambiente.

Para tal, são apresentadas sete medidas: programas massivos de formação em agroecologia em todos os níveis de ensino, com campos de experimentação e troca de experiências; disseminar a agroecologia ; não criar propriedade intelectual privada de variedades, sementes, recursos naturais, animais ou sistema de produção; pesquisas tecnológicas agroecológicas (sustentáveis cultural, social, econômica e ambientalmente); garantia de que todos os serviços de assessoria tecnológica e de educação no campo sejam públicos e garantidos pelo Estado e enfoquem na reforma agrária e soberania alimentar; maquinário adequado à produção e realidade camponesa; e programa de reflorestamento das áreas degradadas pelo agronegócio.

Em “Manejo sustentável da água e irrigação” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 156), quinto tema proposto, temos a volta da água como foco. Aqui é preciso combinar democratização da terra e a reorganização da produção agrícola com as o acesso e manejo sustentável da água. Esse objetivo se divide em três propostas: um amplo programa de manejo sustentado da água (com programas educativos para seu uso) que possibilite a conservação natural e infraestrutura de captação e uso sustentável; que essa captação seja distribuída a todos os agricultores e famílias do meio rural, através de recursos de investimentos coletivos, com foco principalmente nos projetos de irrigação destinados à produção de alimentos; e que os programas de irrigação

tenham custos de energia adequados à realidade campesina, e estimulem o uso de energias alternativas.

No sexto tema, “Política agrícola pública” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 157) são propostas quatro medidas para o Estado: que este deve usar de todos os instrumentos de política agrícola para garantir preços rentáveis para o agricultor (crédito rural, assistência, armazenagem, fomento a transição e produção agroecológica); garantir financiamentos para as comunidades rurais desenvolverem programas de autonomia energética; o Estado deve garantir condições para os agricultores terem acesso maquinários e equipamentos para a produção (sendo até previsto a criação de empresas estatais nos campos), e por fim crédito para fomento da reforma agrária de forma acessível e desburocratizada.

A educação sempre foi uma das principais bandeiras do MST, portanto, não é novidade que venha compor sua nova proposta de reforma agrária, sendo o sétimo tema abordado em “A educação no campo” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 158). O foco de suas propostas educativas são as próprias pessoas que vivem no campo, portanto suas medidas se voltam ao Estado para assegurar o direito à educação pública e de qualidade a todas as populações rurais, construindo escolas nas comunidades, agrovilas ou assentamentos (todas equipadas com laboratórios e bibliotecas etc.).

Cobra-se também do Estado campanhas de alfabetização da população camponesa, acesso a educação profissional de nível médio ou superior através de cursos que possibilitem a permanência no campo, e cursos de licenciatura nas universidades públicas para atuarem nas áreas de reforma agrária através de pedagogias de formação continuada e de alternância (média e superior) com materiais didáticos e projetos políticos pedagógicos adequados a realidade campesina.

O processo de industrialização não é visto pelo MST apenas como ferramenta do capital. O oitavo tema chamado “A industrialização” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 160) toma este processo como um instrumento de desenvolvimento equilibrado entre as regiões (ao que se entende: urbanas e rurais), para gerar mais emprego e renda para juventude e

mulheres no campo, eliminando as desigualdades sociais. Por isso, busca-se instalar agroindústrias nos municípios do interior (sobretudo os que estão em piores condições socioeconômicas) através de iniciativas do Estado, em parcerias com movimentos sociais e direcionar sua produção ao comércio das regiões onde foram instaladas. Instalar indústrias de insumos e maquinários vinculados à agricultura, adequar as legislações e normas de funcionamento dessas indústrias à realidade camponesa e padrões ecológicos.

O nono e penúltimo tema se chama “O desenvolvimento da infraestrutura social” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 161) e defende que esse novo projeto de reforma agrária popular seja acompanhado por um amplo programa social do Estado, garantindo que toda população do campo tenha as mesmas oportunidades de todas as pessoas do país. Suas medidas visam desenvolver um amplo programa de moradias no meio rural, com energia elétrica, fontes renováveis de energia, água potável, transporte público e acesso a informática, além de democratizar os meios de comunicação para que cada região tenha suas rádios e programas de TV comunitários, desenvolver programas de valorização cultural de cada povo e programas que gerem renda para as mulheres camponesas.

Outras medidas desse tema são voltadas para a saúde, como: implementar em todas as áreas rurais políticas de atenção e prevenção da saúde pelo SUS, reforçadas com políticas educativas (sanitária, epidemiológica, toxicológica etc.) e capacitação de agentes populares de saúde (escolhido nas comunidades); proibição de patenteamento de nossas plantas medicinais, ao mesmo tempo que se estimule o tratamento através dessas terapias tradicionais, combinando-as com fitoterápicos; e por fim, organizar sistemas de residência agrária remunerada a formandos das universidades públicas de várias áreas (agrárias, saúde, educação), para que estes obtenham seus diplomas.

A décima e última mudança necessária proposta pelo MST retorna ao Estado, sendo “A estrutura administrativa do Estado” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 163) o seu foco, principalmente ao que tange o funcionamento das instituições públicas atuantes na agricultura ou meio rural. As primeiras medidas visam à reestruturação do INCRA e da CONAB

para reorganizar a propriedade de terras no Brasil e garantir preços, abastecimento de mercadorias e venda dos produtos da agricultura camponesa, além de instalar agroindústrias em assentamentos e insumos para a reforma agrária.

Outra medida apontada aqui seria a criação de uma instituição pública para garantir assistência técnica, assessoria tecnológica, pública e gratuita e capacitação para agricultores. As últimas medidas visam a revisão e adequação das legislações nacionais para implementar esse projeto de reorganização da agricultura nacional, bem como capacitar servidores públicos dos órgãos responsáveis por esse setor (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013).

A terceira e última sessão da proposta de Reforma Agrária Popular do MST (2013) é intitulada de “Condições necessárias para implantação do programa popular de agricultura” e como tal, faz uma reflexão de todos os fatores necessários para se por em prática todos os objetivos e medidas anteriormente propostos.

O MST deixa bem claro que todas essas medidas só poderão ser efetivadas por duas vias: a primeira é a mobilização popular, onde “o povo deve ser o sujeito de todo o processo de mudanças no campo” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013, p. 164), sendo necessário ampliar a participação popular nas lutas e mobilizações para se conseguir as mudanças necessárias, principal diferença em relação a reforma agrária clássica, de acordo com Filho. A segunda via é a ação de um Estado democrático e popular, onde todos seus poderes sejam instrumentos fundamentais para a implementação dessas medidas.

O MST já vinha reestruturando sua organização para uma forma mais participativa e democrática desde os anos 2000, com a implementação de uma nova organicidade, onde todos os cargos seriam ocupados por um homem e uma mulher, desde a coordenação do movimento, secretaria, dois representantes para a equipe de finanças do núcleo, e outros representantes, caso sua região assim demandasse (BERNAT, 2012).

O primeiro nível da organização seriam os núcleos de base, que seria formado por aproximadamente 10 famílias. Bernat (2012) afirma que este nível é considerado o alicerce da organização, pois tudo se inicia a partir destes núcleos base. O agrupamento de 5 núcleos bases forma o próximo nível da organização, a

Brigada de 50, composta por 50 famílias. Nesse agrupamento são escolhidas 10 pessoas para dirigirem esta brigada, que também podem compor as coordenações estaduais do movimento, e um representante para cada um dos sete setores. 10 Brigadas de 50 de uma mesma região se juntam para formar a Brigada de 500.

Bernat (2012) afirma que cada Brigada tem sua direção que é composta por um dirigente que também compõe as instâncias estaduais, direção e coordenação. Um dirigente para cada Brigada de 50 e um representante de cada um dos setores que estão nas Brigadas. Os dirigentes estaduais junto dos dirigentes de cada uma das Brigadas de 50 famílias, tem como função organizar e coordenar a Brigada de 500 estruturada em Núcleos Base. As direções de Brigada constituem as coordenações da Brigada conjuntamente com todos que desenvolvem funções nos núcleos base e nos setores²¹.

A direção Estadual compõe-se por um dirigente de cada Brigada de 500 famílias, um coordenador Estadual por cada setor, e dois representantes do estado na Coordenação (um casal) e um na Direção Nacional. Cabe a Direção Estadual o dever de coordenar politicamente o MST no Estado, e assim construir e aperfeiçoar sua organicidade. E por fim, a Coordenação Estadual que existe na prática nos encontros realizados duas vezes por ano, reunindo os coordenadores das Brigadas, dois representantes dos Núcleos Base, e representantes das escolas de formação, secretaria estadual e equipes de trabalho (BERNAT, 2012).

Para isso o MST passou a organizar o seu grande potencial produtivo nos acampamentos e assentamentos, para que essa produção não supra apenas as necessidades econômicas e alimentares das famílias, mas do movimento como um todo.

Portanto, as mudanças necessárias e defendidas pelo MST em sua Reforma Agrária Popular visam garantir condições de emancipação humana, dignidade e igualdade a todos, e estabelecer relações harmônicas entre seres humanos e a natureza. Para isso, é necessário que haja ampliação da participação popular permanente no campo e nas cidades para imporem essas mudanças. Mudanças tais

²¹A coordenação da Brigada chega a ter 180 pessoas envolvidas: 70 pessoas dos setores, 100 coordenadores oriundos das Brigadas de 50, e os 10 dirigentes das dos 5 núcleos (não sendo os de base, e sim dos da Brigada de 50 famílias).

que não serão facilmente conquistadas, já que latifundiários e grandes empresas transnacionais jamais aceitariam abrir mão de seus mecanismos de exploração e acumulação (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013).

2.2. O SAPO COMO LABORATÓRIO DE IDEIAS E AÇÕES PRÁTICAS:

Podemos observar após esta revisão da proposta de Reforma Agrária Popular do MST que a agroecologia ocupa dois principais temas desse projeto de nova agricultura para o campo: a organização da produção e a nova matriz tecnológica, sendo de vital importância para a superação das próprias contradições internas do movimento, tanto produtivas, quanto organizacionais e ideológicas. Mas resta-nos levar essa discussão para uma realidade concreta, observando como esta proposta está chegando aos assentamentos e absorvidas por sua militância. E para isso, foi realizada uma visita no Projeto de Assentamento João Batista II no município de Castanhal-PA, mais precisamente no Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO, para um diálogo com membros do Setor de Produção do MST.

De acordo com Guilherme Junior e Nahum (2012) o Projeto de Assentamento João Batista II está localizado à margem direita do Rio Inhangapi, e da rodovia BR-316, ocupando uma área de 1.761,76 ha, com 1500 ha de pastagem, 119 ha de vegetação nativa, distribuídos entre capoeira e mata, além de 64 ha para a agrovila, área onde residem aproximadamente 157 famílias. Este assentamento foi o primeiro da mesorregião do nordeste paraense a ser conquistado pelo MST. A ocupação da área da fazenda Tanari ocorreu em 1998, com o MST tendo realizado um trabalho de base nos municípios de Castanhal, Santa Izabel, Santo Antônio do Tauá, Ananindeua e Belém, cadastrando famílias de regiões periféricas desses municípios. A criação do assentamento ocorreu em 2000.

O SAPO por sua vez, é um agroecossistema familiar que possui 8,5 ha e foi pensado a partir da necessidade do MST de criar Coletivos de Resistências Camponesas (as CRC) em 2007. E um dos objetivos deste coletivo, de iniciativa autônoma da organização local, era a construção de experiências agroecológicas ligadas a um projeto político de transformação social em sua totalidade (CRUZ et. al., 2016).

O SAPO teve como inspiração o Lote de Agroecológico de Produção Orgânica – LAPO, localizado no Assentamento Mártires de Abril, em Mosqueiro (distrito de Belém-PA), fruto igualmente de uma experiência dentro das discussões do MST. Apesar de essa área ter sido tomada por pasto, seu Sebastião e Dona Isabel (sua esposa), têm conseguido reverter os entraves deste monocultivo com Sistemas Agroflorestais, e produções diversificadas (CRUZ et. al., 2016).

FOTOGRAFIA 1: Entrada do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

O setor de produção no Pará existe desde a chegada do movimento no início da década de 90, e com ele vieram os debates sobre associação e cooperação, originados no sul e adaptados a nossa região. Tanto seu Sabá, quanto Filho chegaram ao movimento quando o mesmo começou a atuar nos municípios da região metropolitana de Belém, organizando a ocupação que deu origem ao João Batista II em 2000.

Questionados sobre a dinâmica da organização do setor de produção (reuniões, definições de pautas, demandas etc.), seu Sabá explicou que as demandas são pautadas de modo coletivo e podem ter origem tanto a nível nacional, como estadual e/ou regional, influenciando assim a periodicidade de suas reuniões, não sendo realizadas com datas fixas.

Seu Sabá afirma que a agroecologia foi ganhando espaço no setor de produção do movimento, a partir de experiências realizadas pela militância. Estas incentivaram uma discussão nacional, e posteriormente regional, sendo adaptada a realidade local. Para ele a agroecologia vai além de questões produtivas. Ela corresponde a questões educacionais, de luta contra a exploração de mão de obra, respeito à vida, e ao meio ambiente.

Para Filho, a agroecologia é um debate, um desafio a ser implementado de forma efetiva pelo MST, ele ainda afirma que:

Já existem experiências maravilhosas para se enaltecer e para se buscar implementar um sistema agroecológico completo. Inclusive essa é a expressão clássica do último congresso nacional que caracteriza bem o que é a reforma agrária popular: sendo essa de produção limpa, sem veneno, de matriz tecnológica palpável para o camponês, que não tá embasado na grande indústria química europeia, norte americana, mas na técnica cultural dos nossos ancestrais camponeses. A produção diversificada é da característica do camponês. É da sua natureza local, regional, cultural. É disso que devemos nos apropriar com firmeza e buscar melhoramento técnico para a produção (Trabalho de campo, 2017).

Filho também afirma que o MST sempre vive em disputa com o modelo econômico hegemônico, pois este tem recursos para pressionar os camponeses, mesmo os que já estão assentados, visto que ao ocuparem uma terra, o MST está questionando sua concentração, em primeiro momento, e depois o monocultivo realizado na mesma. Por isso que para Filho: a democratização da terra só pode ser garantida através de outro modelo econômico, e que: “a Agroecologia é a arma desse camponês de contra-produção ao modelo hegemônico” (Trabalho de campo, 2017). Portanto, para ele, não há mais nada popular que produzir alimentos de forma limpa para a sociedade brasileira, e o agronegócio, por sua natureza considerada perversa, não pode fazer isso.

No entanto, para Filho, este desafio está longe de ser consolidado. Existe dentro do MST a orientação política nacional, as regionais, e a forma como essas orientações são absorvidas, mas que acima disso é preciso construir na prática. Filho afirma que, tanto o SAPO no João Batista II, quanto o LAPO no Mártires de Abril, são experiências que precisam ser ampliadas e consolidadas, e isso sempre será um desafio devido as disputas com o modelo econômico hegemônico.

Filho também afirma que o próprio MST percebeu que não adiantava reproduzir os modelos de produção agrícolas convencionais, nem apenas

democratizar o acesso a terra. O processo de mudança no campo seria mais amplo que isso. Mas também percebeu que não se pode “romantizar” a agroecologia, ou fazer dela uma religião. Para Filho, o MST busca produzir comidas saudáveis e manter a terra na mão do camponês, produzindo de forma diversificada que é historicamente, segundo Filho, característica do saber camponês.

Ao questionarmos sobre estratégias produtivas específicas para garantir que famílias produzam em áreas com histórico de monocultivo, (dendê, soja etc.), seu Sabá afirmou que o tamanho e diversidade do território paraense não facilitam a definição de um modelo certo para se plantar algo. Primeiro deve-se estudar a cultura de cada região, como a área vinha sendo utilizada, já que recuperar uma área de um monocultivo é um processo demorado e trabalhoso para as famílias que a ocupam. Seu Sabá também chama atenção para outro processo de grande importância, a conscientização do indivíduo:

E outra coisa é a consciência dos proprietários (assentados), porque nós ainda temos uma cultura de continuar a reproduzir as práticas do monocultivo, através do agrotóxico, da aradação indevida etc. O MST, tanto a nível nacional, quanto regional, tem se preocupado com essa formação consciente. Mesmo assim leva tempo até se consolidar essa consciência voltada para os princípios agroecológicos de sustentabilidade. Cada caso é um caso e cada indivíduo também (Trabalho de campo, 2017).

FOTOGRAFIA 2: Seu Sabá numa área de roçado preparada para lavoura branca.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

A agroecologia é retomada nessa conversa no momento em que questionamos qual era a experiência produtiva dos entrevistados na linha agroecológica. Para Filho, apesar de geralmente culparem o crédito, sua experiência mostra que a maior dificuldade é reverter os prejuízos causados pelo modelo hegemônico de produção agrícola:

Tu reverter 40 anos de pasto, a destruição da terra (o capitalismo se importa com a planta, mas é a terra quem determina a boa produção). Nós pegamos terras deterioradas. Tanto no João Batista com a pecuária, quanto o Abril Vermelho com o Dendê. Teve e têm, e vai levar muito tempo até a gente reconstituir a terra, para manter um equilíbrio novamente. Portanto, esse custo ambiental acaba sendo nosso maior prejuízo. São terras extremamente deterioradas e temos a missão de recuperá-las. E em cima disso a missão de produzir para se alimentar e dar uma resposta pra sociedade, e fazer isso sem ser amparado por questões financeiras e de crédito, torna um grande desafio (Trabalho de campo, 2017).

Seu Sabá também descreve sua experiência na mesma linha que Filho, ao falar das dificuldades de se recuperar uma área como usada pelo latifúndio:

O latifúndio destruiu várias etapas históricas dessa área. Destruiu o que talvez tenha sido um habitat indígena; destruiu o que foi depois o habitat de quilombolas; e depois destruiu uma etapa de monocultivo de arroz, mandioca e feijão. Então o latifúndio da pecuária destruiu todas essas etapas históricas que aconteceram aqui. E quando você reconquista uma área dessas, você precisa reconstruir uma área que já teve 3, 4 etapas históricas, e é esse o grande trabalho que a gente tem (Trabalho de campo, 2017).

Para seu Sabá seria muito menos custoso se fosse necessário apenas plantar sementes e arborizar, mas a proposta agroecológica do MST vai para além disso. Consolidar novamente o ecossistema, o meio ambiente e conscientizar o assentado da importância disso, exige muito trabalho e dedicação. Mas ele afirma a importância de ver os primeiros passos: “Você sabe que em área de pastagem só se vê um triste bem-te-vi, e um vaqueiro gritando de calamidade, e hoje em dia a gente já vê uma sinfonia totalmente diferente. Você dá vida a aqueles que o latifúndio ignora e faz uma devastação” (Trabalho de campo, 2017).

O SAPO, de acordo com seu Sabá, foi pensado para ser um exemplo, mas que precisa somar-se a outras experiências agroecológicas e agregar parcerias para sua continuidade, como as universidades, institutos, pois o mesmo afirma que “a ciência possibilitou aos latifúndios desenvolverem suas estruturas, e agora precisam dar sua contrapartida auxiliando o camponês” (Trabalho de campo, 2017). Além das parcerias com as universidades, este espaço também funciona como local de reunião do Setor de Produção, debates e construção de luta.

Na última pergunta debatida, buscou-se compreender, para este setor de produção, o que seria uma produção agroecológica? Para responder a essa pergunta, Filho retoma a importância do SAPO, como sendo um espaço mais amplo que um simples lote, onde se pode realizar reuniões, trocas de experiências, aprendizagem, a distribuição de sementes. Um espaço de resistência camponesa onde os próprios agricultores podem enxergar a possibilidade de se trabalhar de forma ecológica, sem reproduzir a matriz tecnológica do agronegócio, afirmando que:

O SAPO é uma experiência clara, é possível modificar a técnica. Qual é a base da técnica? A base tradicional, um pouco da aprendizagem dos que já vivenciaram aqui uma matriz tecnologia palpável para os camponeses. A técnica é a dos camponeses, não precisamos seguir padronização de técnicas, nem da produção, a gente tá diversificando. E é essa matriz tecnológica diferenciada, que não é só depender dos maquinários (caros) das grandes indústrias, mas com as ferramentas que a gente tem, com o conhecimento que temos, os camponeses donos do conhecimento que tem, e aos poucos se apoderando e acumulando cada vez mais das sementes, que é o grande debate (Trabalho de campo, 2017).

Filho considera o controle e a troca das sementes o grande debate dessa proposta, pois é a partir desse domínio e circulação de sementes vivas, plantadas nas áreas dos assentados ou em ocupações, que possibilita a independência produtiva do camponês. E entende que:

É essa a forma agroecológica de produzir, que ela é basicamente fora do controle monocultivista, e anticapitalista, porque o capitalismo não quer saber disso, isso é pouco lucrativo. Tu não consegues colocar tudo isso num pacote e vender. Mas tu consegues resistir, sobreviver e superar modelos. Mostrando aqui no João Batista que é possível viver sem a “pata do boi”, mostrando no Abril Vermelho que é possível viver sem o dendê, é a expressão máxima do modelo camponês, o que não tá consolidado porque vivemos em disputa, com o capitalismo, pobre x rico. Uma hora vamos progredir e outra regredir. Uma hora o capitalismo rejeita o camponês, outra hora o camponês rejeita o capitalismo ao produzir diferentemente (Trabalho de campo, 2017).

Seu Sabá complementa a fala de Filho, chamando atenção para a necessidade não só de controlar as sementes, mas também de avançar sobre a consciência do indivíduo:

Sem essas duas concepções dificilmente você avança. Até porque o agronegócio quer que a gente se desfaça desse bem sublime ao camponês, que é justamente o controle das sementes, para ficar mais inviabilizado de se progredir nessa transição da agricultura. Por isso que pra nós é imprescindível você olhar essa questão prática do lote. Porque se não, você não consegue fazer com que essa compreensão chegue (ao camponês) (Trabalho de campo, 2017).

Para seu Sabá, o agronegócio tem poder de impacto muito maior na consciência do indivíduo, por isso há a necessidade de se mostrar na prática, através do debate da agroecologia, que não se utiliza de insumos externos, reaproveita aquilo que se tem no lote, valoriza o saber camponês, etc. E Filho por sua vez, descreve as estratégias para superação dos modelos convencionais:

Primeiro a gente garante aquelas culturas de subsistências, que é muito do camponês: a questão da diversidade com as sementes de feijão, a mandioca, as macaxeira, que são os pratos alimentares básicos. Depois se implementam as culturas de nível médio, e posteriormente as de longo prazo, e assim segue consolidando. Geralmente é assim que ocorre nos assentamentos, com produções coletivas, diversificadas a curto-prazo (Trabalho de campo, 2017).

Filho diz que o MST tem muitas propostas de modelos de produção, e que a agroecologia não pode ser concebida como um único modelo e que se têm modelos e modelos agroecológicos de produção²². Filho afirma que no Abril Vermelho, assentamento onde reside, já se avançou bastante nessa transição de agriculturas, e que se pode até dizer que o projeto de dendê foi derrotado no mesmo, mas sempre estando em alerta para a capacidade do capitalismo de reinventar suas estratégias de ação no campo. Por isso não se basta apenas produzir, é necessário realizar as formações para que se compreenda todo esse processo, ou seja, entender o significado político disso.

Seu Sabá e Filho denunciam a disparidade no embate com o agronegócio. Primeiro que as empresas prestadoras de assistência técnica incentivam apenas o modelo de produção convencional, e os militantes com formação só podem atuar em seus locais de modo formal (ou legal) se forem concursados ou contratados pelo Estado.

Afirmam que o Estado está a mercê dos grandes projetos fornecendo financiamentos, assessoria técnica, formações em universidades e em institutos federais, para aplicarem a agricultura convencional do agronegócio, além de suporte jurídico e midiático, enquanto que do outro lado, existem poucas organizações que desafiam esse modelo hegemônico sem, no entanto, terem o mesmo suporte.

A produção de *commodities* do agronegócio tem também prejudicado a soberania alimentar nacional, o meio ambiente através do uso de venenos,

²²Quer dizer com esta fala, que há várias composições de sistemas produtivos agroecológicos. Não são modelos fechados, mas princípios que devem ser seguidos na implantação da produção em cada lote.

agrotóxicos, destruindo os solos, contaminando lençóis freáticos e alimentos produzidos nessa lógica, e expulsando a população camponesa do campo, quando não, assalariando a mesma no processo de territorialização do capital, e monopolização do território. Para fazer frente a esse avanço, as populações tradicionais do campo estão se reorganizando para lutarem contra essas atuais agroestratégias do capital.

É neste contexto que vimos o MST buscando na agroecologia, ciência esta que tem desenvolvido um novo paradigma na construção de uma agricultura sustentável, um caminho para superar suas próprias contradições internas, e as geradas pelo agronegócio. As suas experiências agroecológicas ganharam espaço no movimento, e se consolidaram em sua nova proposta de reforma agrária, qualificada como popular. E a partir da experiência no SAPO, podemos identificar como essas propostas estão sendo concebidas pela militância do MST.

Pela conversa com o Setor de Produção do MST da Regional Cabanos, compreendemos que em nível local, a proposta agroecológica de produção tem sido compreendida como sendo:

1. Ecológica, pois busca o reequilíbrio biológico do agroecossistemas e não utiliza insumos que agredem o ambiente, como agrotóxicos que contaminam solo e lençol freático;
2. Diversificada, por essa ser uma característica produtiva do campesinato;
3. Política, já que contrapõe um modelo hegemônico de produção e a superação de um modo de produção (capitalista);
4. Coletiva, onde a troca de experiências no cotidiano, e o controle das sementes, possibilitam sua independência produtiva;
5. Ideológica, uma vez que precisa trabalhar a consciência do indivíduo para não reproduzir mais os modelos produtivos hegemônicos.

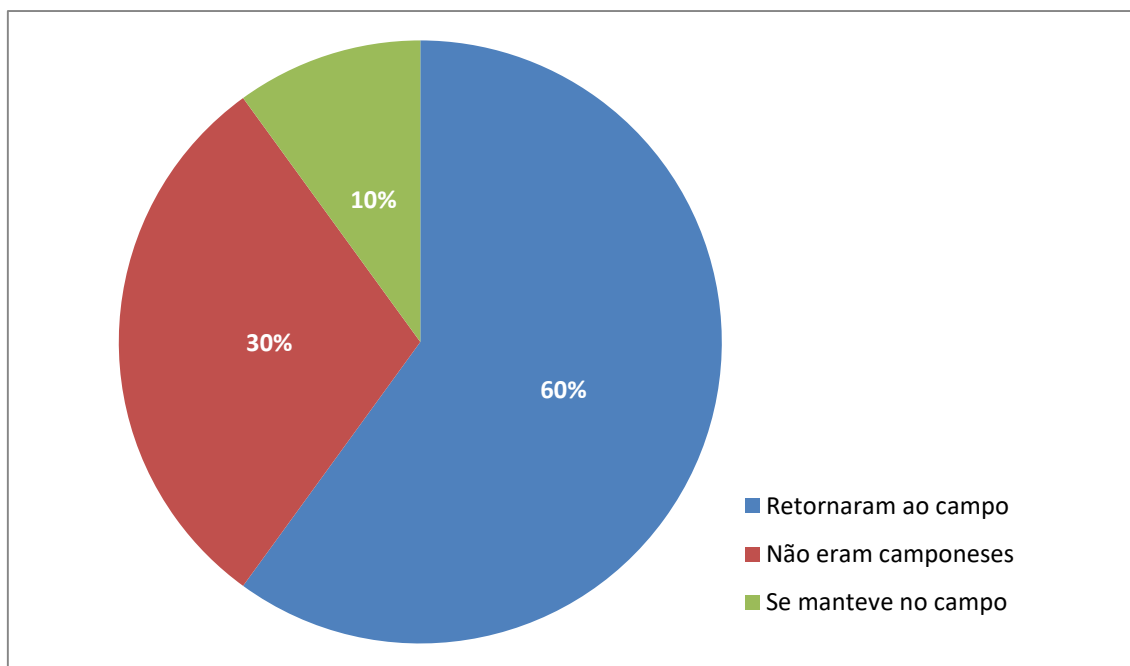
A agroecologia tem dado suporte tanto ao MST enquanto movimento campesino contra-hegemônico para enfrentar os avanços do agronegócio, tornando terras degradadas pelo monocultivos novamente produtivas, quanto aos camponeses para poderem produzir dentro de uma matriz tecnológica mais próxima de sua realidade.

A reforma agrária popular do MST tem se constituído na prática como um processo político-ideológico de conscientização do camponês, e produtivo de controle e circulação de sementes nos lotes, possibilitando uma real superação dos modelos monocultivistas, construindo propostas condizentes com a realidade camponesa dos assentamentos João Batista II e Abril Vermelho, a partir das atividades desenvolvidas e testadas no SAPO.

CAPÍTULO 3: PRODUÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA: AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DO MST NO PA ABRIL VERMELHO EM SANTA BÁRBARA-PA.

3.1. OS CAMPONESES DO ABRIL VERMELHO E SUA RELAÇÃO COM O MST:

GRÁFICO 1 – A origem campesina dos assentados entrevistados.



Fonte: Vilhena (2018)

Dos 10 entrevistados, apenas Coronel não tinha qualquer relação com a vida campesina. Os irmãos Mizelias e Eciléa Chermont, que apesar de crescerem na cidade, eram filhos de agricultores, no entanto, ainda sim foram consideradas aqui como pessoas que foram ao campo pela primeira vez, via MST, tal qual é o caso de seu Coronel. Foi verificado que 60% dos entrevistados têm origem camponesa, mas acabaram deixando o campo para morar nos grandes centros urbanos, principalmente nas cidades da região metropolitana de Belém. Apenas Tio Chico não precisou deixar a vida no campo para viver nas cidades.

Wilson Ferreira de Almeida de 63 anos (apresentado na fotografia 3 abaixo em sua área consorciada de açaí e cupuaçu e adubada com material orgânico), mais conhecido como Coronel, morador do Polo 2, nasceu em Minas Gerais, mas foi criado no Espírito Santo sem qualquer vínculo com a atividade campesina. Ao sair do Espírito Santo, foi para Rondônia trabalhar em fazenda com o seu pai. Quando saiu de Rondônia, foi para Itaituba-PA trabalhar com garimpo até ser fechado pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, indo para Belém para trabalhar como entregador de açaí em áreas de feira e supermercados.

FOTOGRAFIA 3: Seu Coronel em área consorciada de açaí com cupuaçu.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

O envolvimento com o MST iniciou há mais ou menos 16 ou 17 anos atrás (ele não precisou o período) quando uma amiga lhe avisou das ocupações dos sem terra, e aconselhou seu Coronel a incentivar seu filho a conseguir uma terra pelo MST. Seu falecido filho participou do processo de luta pelo assentamento, incentivado pelo pai para conseguir uma terra para trabalhar. Ambos tinham um acordo para plantarem açaí no lote. Porém, quando houve a divisão dos lotes, o seu filho não quis ficar na terra, levando o Coronel a assumi-la. Portanto, Coronel cresceu realizando outras atividades, mas tornou-se agricultor graças à conquista do MST e a participação de seu filho.

Mizelias Chermont Gonçalves, de 43 anos, residente do Polo 2, conhecido por Mizelias, e sua irmã Ecilêa Chermont Gonçalves, de 39 anos, que vive no Polo 4,

nasceram e cresceram em bairro de periferia de Belém (Guamá). Filhos de agricultores, a mãe era do Acará e o pai de Tomé-Açu. A família veio para a capital devido às dificuldades da vida no campo. Porém, sua mãe nunca se adaptou a vida na cidade. Então, quando o MST realizou o trabalho de base na região metropolitana no final da década de 90, a mãe de Mizelias e Eciléa entrou para o movimento e conseguiu uma terra no Assentamento João Batista II em Castanhal.

A mãe de Mizelias sempre incentivou o filho a participar do movimento, porém o mesmo permaneceu na cidade para completar seus estudos. Chegou a se formar como agente de saúde, profissão que, de acordo com ele, lhe ajudou a compreender os malefícios do uso dos agrotóxicos, e conscientizar os seus companheiros de militância posteriormente.

FOTOGRAFIA 4: Seu Mizelias em frente do seu lote.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Ele decidiu entrar para o MST quando separou de sua ex-mulher, participando do acampamento Quintino Lira e no Roseli Nunes (este era próximo do João Batista II em Castanhal), mas resolveu sair desse acampamento devido a conflitos com pistoleiros. Foi para Mãe do Rio, onde acampou por 2 anos no Quintino Lira 2, até resolver tentar a sorte no Abril Vermelho:

Quando cheguei aqui o acampamento já tinha 7 meses mais ou menos. E como a área era muito grande, ela conseguia agregar muitas famílias. E quem tivesse em algum acampamento perto e quisesse se mudar pra cá,

poderia vim. Porque esse assentamento é numa área metropolitana. E aí a militância se reuniu e permitiu a entrada. E aí eu vim pra cá (Trabalho de campo, 2017).

Eciléa por sua vez, não teve acesso à educação escolar, precisando trabalhar para garantir sua sobrevivência. Ela trabalhou como feirante no CEASA, e possuía duas bancas de feira no Guamá. Quando sua mãe participou de uma ocupação urbana no Distrito Industrial (bairro de Ananindeua), também abriu uma banca de feira lá. Sua mãe possuía uma casa no Distrito e no Guamá, fazendo com que Eciléa crescesse nesses dois bairros periféricos.

Depois de deixar o trabalho como feirante, Eciléa trabalhou como zeladora no cemitério de Santa Izabel (bairro do Guamá, Belém), onde ajudou a organizar a Associação Autônoma das Zeladoras, compondo a diretoria. Seu engajamento chamou a atenção do MST que a convidou a fazer trabalho de base no Guamá, Jurunas, Terra Firma e Distrito Industrial.

No início relutou. Ela afirma que não gostou da proposta desse movimento em virtude da visão que tinha sobre o MST na época. Ela diz que a mídia a influenciava a achar que eram apenas “vagabundos”, “baderneiros”. Mas quando houve uma segunda reunião, ela concordou e ajudou a construir a Regional Cabanos:

Então eu entrei no MST nessa época. Foi em 1998 que eu entrei no MST. Nós fizemos uma ocupação no INCRA²³ que foi a maior de todas. Nós ficamos 45 dias lá dentro. Primeiro a gente passou 28 dias dentro. Aí fizeram um acordo. Aí ocuparam também o INCRA de Marabá, aí ficou os 2 INCRA's ocupados pra ver se tocava o processo como sempre. Como a gente não conseguiu, eles fizeram uma negociação: só sentavam com a comissão se a gente liberasse o INCRA. E nós ficamos lá fora. E na época ninguém tinha essa experiência. Como não tinha família do sul do Pará. Era só gente inexperiente, em qualquer luta nesse aspecto (Trabalho de campo, 2017).

²³O Setor Regional 01 de Belém - SR01.

FOTOGRAFIA 5: Eciléa em frente de sua casa no lote.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Mãe de uma criança de apenas 2 meses de idade, participou da primeira ocupação da Regional Cabanos, conhecida como Assentamento João Batista II, lá em Castanhal, como já vimos anteriormente. Participou do trabalho de base, da vistoria do local a ser ocupado e permaneceu por um bom tempo nessa área. Com dificuldades, e duas crianças pequenas pra cuidar, saiu do MST em 1999, voltando à atividade de zeladora no cemitério de Santa Izabel, no Guamá:

E aí foi que eu desisti. Passei mais de ano fora do MST. Mas é aquela questão, quando tu conhece uma realidade, tu já se sente diferente. O que é a primeira coisa que eu senti dificuldade? Quando tu vive de forma coletiva, uma pessoa se preocupa com a outra. Então a tua dor é a minha dor. A tua necessidade é a minha necessidade. E dentro da cidade a gente não vê isso. É muito estranho teu vizinho da esquerda, da direita e bem na frente da tua casa, saí de lá e não te dá um bom dia, enquanto que dentro de um

acampamento é diferente. O vizinho tá ali dentro de um barraco vivendo várias famílias, onde um se preocupa com o outro, e se eu passar do teu lado e não te dar um bom dia, o vizinho quer saber o que é que eu te fiz (Trabalho de campo, 2017).

A falta da coletividade, a violência urbana, e a falta de emprego pesaram na decisão de retornar ao MST. Ao retornar, chegou ao João Batista após a desapropriação, tendo que ficar agregada na casa da mãe que conseguiu um lote. Mas ao surgir uma nova oportunidade de trabalho de base para a criação de um novo acampamento, Eciléia aproveitou a chance. Foi quando passou 3 anos acampada no Roseli Nunes, que se localizava ao lado do João Batista e a agregava os sem terra do acampamento Regiane Guimarães, que tiveram que desapropriar a fazenda Chão de Estrelas.

Hoje ela reconhece o valor de ter a própria terra e poder prover uma vida melhor para filhos e netos. Ela relata que a chegada da energia no assentamento também foi muito importante para aumentar a qualidade de vida dos agricultores, já que com uma geladeira no lote não há a necessidade de salgar a comida para conservá-la, além de aliviar o serviço no roçado, já que mesmo debaixo de sol, há uma água gelada para refrescar durante o serviço.

Eciléia ressalta que possui familiares morando no mesmo local em que cresceu no Guamá que não possuem a mesma qualidade de vida que ela. A violência urbana também é um dos principais fatores para não querer retornar a cidade. Ela afirma que seu sobrinho foi assassinado no Guamá ao sair de casa para comprar açai.

Raimundo Nonato Pereira dos Santos Filho, conhecido como Filho²⁴, residente do Polo 3 migrou com seus pais e toda sua família do Maranhão na década de 90, para a periferia da região metropolitana de Belém, no bairro do Aurá em Ananindeua-PA. Sua família possui um histórico ligado aos movimentos sociais camponeses que vem desde a década de 80. Seu pai era sindicalista e envolvido com os movimentos eclesiais de base ligados a teologia da libertação, o qual ajudou os movimentos camponeses na luta pela terra no final da década de 80, e início da década de 90. A família de Filho também participou da fundação do Partido dos Trabalhadores.

²⁴Que recebeu em sua residência o mestrando deste trabalho durante os dias de campo realizado no PA Abril Vermelho.

FOTOGRAFIA 6: Filho na área de açazal mais antiga do seu lote.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

A família de Filho manteve sua relação política com o Partido dos Trabalhadores e com a igreja Católica, porém, integraram os movimentos de luta por moradia urbana, que na época ficou conhecido como “Movimento de Ocupação de Ananindeua”. Em 1998 sua família decide retornar ao campo, dessa vez via MST, e na luta pela reforma agrária na Amazônia.

O pessoal fizeram parte do primeiro acampamento, na primeira vez que o MST vem para essa região nordeste do Estado, no final de 97 pro início de 98, formaram um acampamento em Castanhal e Ananindeua, depois unificaram os dois acampamentos e ocuparam no dia 15 de Novembro 1998 uma terra no município de Castanhal que hoje é o Assentamento João Batista (Trabalho de campo, 2017).

Filho foi bastante atuante no processo de conquista do São João Batista II de Castanhal. Tendo conseguido uma terra neste assentamento, eles passaram a dar continuidade à construção do MST na região metropolitana, atuando diretamente em ocupações de outras terras, participando de processos de formações teóricos e práticos. Até que chegou o momento em que Filho viu a necessidade de se estabelecer em algum lugar e consolidar uma estrutura para sua família, até mesmo para dar continuidade a sua luta de forma mais segura.

A atuação de Filho e sua família pelo MST ajudaram a consolidar o movimento sem terra, a expandi-lo no Estado, principalmente na região metropolitana. Desde a conquista no João Batista II o MST pôde reaver para os

camponeses, diversas outras terras como o Mártires de Abril, Paulo Fontelles, e o próprio Abril Vermelho, além de outros acampamentos, formações e manifestações em prol da melhoria de vida do camponês:

Nós participamos nesse período, de 2004 até os dias de hoje, nós participamos basicamente de todos os eventos de luta que se possa imaginar, que houve na região metropolitana de Belém. Desde ocupação de estrada em repúdio ao assassinato da Dorothy Stang, a todos os anos a gente participa de processos intensos de luta, de jornadas dos movimento sem terra, lutas de solidariedade aos massacres que vem ocorrendo nesse período de tempo, participamos intensamente em apoio a movimentos sociais urbanos, conquista pela moradia. Destacamos vários militantes para levar um pouco da experiência organizativa que a gente acumulou aqui pra contribuir na Augusto Montenegro, no movimento em Ananindeua, destacamos militantes daqui pra contribuir com acampamentos em outras regiões: Irituia, Santa Luzia. E a gente conseguiu montar aqui um pouco, uma fortaleza (Trabalho de campo, 2017).

Filho se orgulha da trajetória de luta construída pela sua família e acredita que a reforma agrária é uma luta extremamente atual e necessária. Para ele, a realidade do campo não sofreu as alterações que necessitava. Sua leitura é de que a concentração de terras ainda continua enorme, gerando grandes escalas de miséria:

Nível profundo de disparidade entre quem tem a concentração da terra e a riqueza e o nível profundo de quem não tem terra, não tem riqueza. As periferias tão entupidas de camponeses sem qualificação técnica para o trabalho, sem espaço de trabalho, na informalidade, na marginalidade, na periferia, grandes espaços de terra vazios, seja para a especulação, seja para meia dúzia de gado, seja voltado pra atender demanda internacional de produção como é o caso do dendê hoje aqui, que nos ameaça diretamente (Trabalho de campo, 2017).

Assim como Filho, o senhor Manoel de Jesus Rosendo da Silva, conhecido por Manoel, tem seu lote no Polo 1, também retornou a campo via MST. Oriundo de Bragança e filho de agricultores, Manoel trabalhou na roça até os 16 anos de idade, quando, em 1986, foi para o município de Ananindeua trabalhar como assalariado rural. Deixou esse emprego para trabalhar de eletricista de rede em Rio Maria, município paraense situado no extremo sul do Estado. Teve uma formação técnica na área, mas depois passou a trabalhar como vigilante até 2002, quando passou a trabalhar como caseiro por 2 anos.

FOTOGRAFIA 7: Seu Manoel em área consorciada de açaí com maniva.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Manoel morava no município de Marituba e entrou no MST em 2004, na época da ocupação da fazenda da DENPASA, a convite do irmão que havia sido assentado no João Batista em Castanhal. Com o problema de coluna, e baixa escolaridade²⁵, passou a ter dificuldades para encontrar emprego na cidade, vendo no retorno ao campo, uma alternativa para garantir sua sobrevivência:

Foi meu irmão que a partir de um assentamento lá em Castanhal, no São João Batista, sempre me fazia proposta pra mim vim, mas aí eu tava empregado, aí não tinha como largar o emprego pra vim pra um assentamento. Aí quando não consegui mais emprego, aí foi quando surgiu a oportunidade, e eu achei que eu tinha que voltar pro campo porque na cidade tava difícil. Aí a gente teve esses 4 anos de luta. Graças a Deus a gente conseguiu liberação da área, e a gente tá lutando aqui, 13 anos agora (Trabalho de campo, 2017).

O caso de Davi Oliveira de Lima de 44 anos, conhecido por Seu Davi, morador do Polo 3, é semelhante ao de Manoel. Nascido no município de Capitão Poço-PA, e filho de agricultores, seu Davi veio para a região metropolitana atrás de outras oportunidades. Trabalhou como encanador e na construção civil em Marituba-PA, enquanto sua esposa trabalhava como doméstica.

²⁵Apesar de ter feito um curso de eletricista, seu Manoel estudou até a 4ª série do ensino fundamental.

FOTOGRAFIA 8: Seu Davi em sua área com tarefa de maniva e dendês mortos.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Sua entrada no MST ocorreu quando soube da ocupação da DENPASA, através da sua tia chamada Antônia que incentivou o sobrinho a participar.

Aí eu trabalhava como empregado, e trabalhar como empregado é você ter hoje e amanhã não tem. Aí quando apareceu essa chance pra cá, não pensei duas vezes. Como sou filho de agricultor, já tava acostumado. [...] Eu soube da ocupação através de uma tia minha que tava no movimento. Através da minha tia Antônia que me chamou pra cá, aí eu vim (Trabalho de campo, 2017).

Além dos citados temos, retornando ao grupo Maria Baixinha, Anália do e Neuza. O único entrevistado a não ter deixado o campo se chama Edvaldo Rodrigues Ramos de 36 anos, que atende pelo apelido de Tio Chico. Oriundo do interior de Aurora do Pará trabalhava com sua família na agricultura, mas com o precário acesso a bens e serviços como transporte público, escola próxima, energia elétrica, sempre sonhou com uma terra onde pudesse desfrutar desses bens e serviços:

A luta pela terra me levou a participar de tudo isso. Porque eu tinha um sonho de ter uma terra próximo da cidade, onde eu pudesse pegar uma bicicleta e ir rapidinho na cidade comprar uma carne, um frango um negócio aí. E eu pudesse fazer uma viagem rápida sem demorar muito, como onde eu morava. Onde eu saía meio dia e chegava 4 horas da tarde em casa, indo de carro. Então foi isso, lutar pela terra pra ter uma melhoria de vida não só pra mim, mas pra toda minha parentela (Trabalho de campo, 2017).

FOTOGRAFIA 9: Tio Chico no lote em frente a um urucum plantado sem queima.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Tio Chico realizou trabalhos de base pelo MST para reforçarem o contingente de acampados no Abril Vermelho e garantir a posse da terra. Mas ele relata que desde a época da ocupação até os dias atuais há uma rejeição pelos órgãos públicos, e boa parte dos moradores do município de Santa Bárbara:

Graças a Deus através do movimento aqui é de luta, eu consegui isso aqui (seu lote), mas antes a gente passou uma dificuldade grande porque o município não aceitava a gente, e a gente não começou aqui, a gente vem já da chão de estrela (Fazenda do Jader Barbalho) com 8 famílias, uma outra fazenda próximo de castanhal, do lado João Batista, com 12 famílias. Aí no total, fomos juntando e fizemos esse acampamento. E até hoje o município de Santa Bárbara não aceita a gente. Exclui a gente. E aí a gente foi trabalhando na força do braço (Trabalho de campo, 2017).

As dificuldades com a falta de apoio dos órgãos públicos também são expressas por Tio Chico, quando o mesmo relata a ineficiência na hora de implementarem as políticas de reforma agrária. Após a desapropriação da área que hoje configura o assentamento, o INCRA designou a EMATER como responsável pelo laudo técnico do assentamento, e como prestadora de assistência técnica:

E a EMATER só atrapalhou o agricultor. Ela atrapalhou em 3 anos, e o laudo técnico que era pra eles fazerem, não conseguiram fazer nem a metade, aí atrasou o processo do assentamento, e as famílias tão aí da forma que Deus pode ajudar pra poder dar uma melhorada, na força do braço planto. E hoje continuamos nessa mesmice, nessa área que é trabalhando na força do braço (Trabalho de campo, 2017).

Tio Chico atualmente é coordenador Estadual do MST-Pará, e da Regional Cabanos, que é a área em que o MST atua e que abarca os municípios desde a margem do Moju até a última quadra de Paragominas. Ele explica como funciona a organização do movimento:

A “Regional Cabanos” funciona assim: cada assentamento e acampamento nosso a gente tira uma coordenação. Eu faço parte da coordenação Estadual pelo Abril Vermelho. Nós somos a regional e eu fico na área junto com o Filho e a Anália no Abril Vermelho. Lá em Irituia há o Luis Carlos Prestes e tem uma coordenação como tem no Abril Vermelho, e lá eles discutem a área do assentamento de lá. Cada assentamento tem uma coordenação, um dirigente e um coordenador estadual (Trabalho de campo, 2017).

Essa organização é importante auxiliar na manutenção dos acampamentos e assentamentos, impedindo que se desfaça por conflitos internos ou por ameaças externas como políticos, empresários e outros que ao adentrarem nos espaços do movimento, tentem desacreditar seus indivíduos sobre a luta pela reforma agrária. Por isso, cada área de assentamento tem: um coordenador e uma coordenadora estadual; um dirigente e uma dirigente estadual; e um nacional para organizar as demandas, e manter cada região informada.

Militante ativa do MST, Anália Alves da Silva Magalhães, de 42 anos, tem uma trajetória de vida interessante. Filha de agricultores, saiu de casa no município de Peixe-Boi-PA aos 15 anos, e foi morar em Tucuruí-PA, onde realizou a atividade da pesca por 10 anos. Em 1995 veio morar em Belém, onde começou a trabalhar como doméstica²⁶, até o ano de 2003, quando conheceu o MST:

E aí em 2003 quando eu entrei pro movimento eu vi que a minha história era diferente, minha história mudou. Eu já fui aprender que eu tinha direitos, que eu era cidadã. Que eu tinha direito a escola, a saúde, eu era analfabeta até então. Até 2003 eu não tinha nenhum documento que comprovasse que eu tinha alguma leitura, então eu era analfabeta. E esse movimento me proporcionou estudar. Estudei, concluí meu ensino médio. Eu estou fazendo um curso técnico já. E dentro do acampamento eu aprendi que a gente é a unidade, companheirismo. As outras pessoas já te olhavam com mais carinho, como ser humano e um ajudando o outro. E isso foi me incentivando a ficar (Trabalho de campo, 2017).

²⁶Ela relata que nesse período seu maior salário era de 50 reais por mês como trabalhadora doméstica, já tendo um filho.

FOTOGRAFIA 10: Anália e pés de pimenta de cheiro.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Anália era do acampamento Rosa Luxemburgo e participou do processo de conquista do Abril Vermelho. Ela relata que apesar de todas as dificuldades, valeu a pena integrar a luta pela terra no Abril Vermelho, porque hoje ela olha para seu passado e lembra que não tinha moradia, ela e seus filhos permaneciam na casa dos patrões, ou corriam risco de morar na rua, e a conquista de seu espaço foi sempre um sonho para ela e seu filho. E conquistou:

Apesar de tudo, de todas as dificuldades, valeu a pena. Porque hoje eu tenho um lote, eu olho pra trás olho pro presente, e vejo o meu passado no meu presente, porque o que eu passei, e o que eu to vivendo e pro que eu com certeza vou conquistar ainda, isso pra mim é tudo. É tudo porque antes eu não tinha onde ficar, ou permanecia na casa dos outros onde eu trabalhava, pra dormir, comer, tomar banho eu e um filho ou eu ia morar na rua. Longe de família, que aqui eu não tenho. Pai, mãe e irmão não são daqui. Ou voltava pro meu lugar que é Tucuruí. E eu sempre tive um sonho. Sempre sonhei e o meu sonho era alto, que era de conquistar um espaço pra eu e pro meu filho. E conquistei. Através do movimento eu conquistei (Trabalho de campo, 2017).

E isso lhe motiva a continuar na luta para que outras pessoas também conquistem seus espaços e realizem seus sonhos: “E hoje eu luto pra que outras pessoas venham a ter a mesma conquista. Porque eu também faço parte, eu contribuo com o movimento. Enquanto eu tiver vida e coragem.” (Trabalho de campo, 2017). Além de Anália, Filho, Tio Chico, Manoel, Mizelias e Eciléa são militantes ativos do movimento.

Nelzina Santos Sales de 46 anos, moradora do Polo 1, é conhecida como Neuza e nasceu em Capanema, mas morou com mãe na região metropolitana de Belém, no antigo bairro do Che-Guevara (atual Almir Gabriel), localizado no município de Marituba-PA, e na cidade do Acará. Ela participou de ocupações urbanas pelo MSTU, até se envolver com o MST em 2005, estando até os dias de hoje.

Fez parte de outras ocupações pelo movimento, chegando a ser coordenadora de lazer. Hoje em dia se afirma apenas como militante, pois se dedica somente as tarefas do lote, sendo assumido por ela após o divórcio. Apesar de não assumir nenhum cargo dentro do movimento, Neuza faz questão de ressaltar a importância do MST na sua trajetória de vida:

Mas meu movimento social eu não abandono porque nele eu aprendi muitas coisas boas e espero, se Deus quiser, aprender mais. Principalmente a viver melhor, porque antes eu vivia na cidade comendo as coisas sem saber o que tinha dentro, nem lia as vezes os rótulos. Hoje em dia eu já leio tudinho os rótulos, tudo que eu pego eu tenho que ler pra poder comer (Trabalho de campo, 2017).

A ida para o Abril Vermelho se deu pela busca de melhoria de vida, tendo pela sua aproximação de grandes centros urbanos, um melhor acesso a bens e serviços como escola, energia elétrica etc.:

Lá onde eu morava no Acará, meus filhos estudavam e tinham que andar 12 km a pé pra chegar na escola, e aqui não, o ônibus passa na porta. Tem a melhoria. Lá também não tinha energia e você não entra de carro até lá. Hoje em dia já, mas antes não entrava. Lá tudo você tem que ir pra cidade. Aqui você diminuiu a metade. E também aqui passa carro. Você só fica ilhado se não conhecer ninguém. Pra entrar carro só tem uma estrada que foi a prefeita que fez de lá do Acará (Trabalho de campo, 2017).

FOTOGRAFIA 11: Neuza e suas hortaliças.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Sobre fazer parte do MST e residir no assentamento Neuza afirma:

E também aqui, o movimento social do MST é assim: a gente procura viver uma vida melhor. Não é ser diferente de ninguém, mas procurar ser umas pessoas melhores, procurar viver melhor. Se a gente mora na cidade, tudo é tóxico, se você mora num bairro, aí tem aqueles esgotos e aquilo tudo é ruim pra você. Aqui pelo menos não né? Aqui não tem esgoto. A gente procura viver de um jeito, sem tá poluindo nosso meio ambiente. Porque o que acaba mesmo o nosso mundo é tá poluindo o meio ambiente (Trabalho de campo, 2017).

Assim como Neuza, seu Davi também é militante do MST, porém pouco participa das ações, e não ocupa qualquer cargo no movimento.

Dona Maria do Livramento de Oliveira de 59 anos, mais conhecida por Maria Baixinha, é assentada do Polo 2. Nascida no Maranhão, sua família veio para o Pará para morar no bairro do Icuí, no município de Ananindeua. Foi convidada para participar do MST pelo Seu Nonato (pai do Raimundo Filho). Maria Baixinha está no Abril Vermelho desde o início de sua ocupação

FOTOGRAFIA 12: Dona Maria Baixinha em frente do seu lote.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Assim como Coronel, ela afirma não fazer parte do MST, no entanto, possui um histórico de luta dentro do movimento, e no processo de conquista do Abril Vermelho, e atualmente anseia por uma reaproximação:

Agora a gente quer participar sabe por quê? Porque o MST foi uma coisa que gravou no meu coração. E eu nunca abandonei o MST. Foi o movimento que eu abracei com perna, dente e unha. Nós participávamos de alguns cursos do MST quando tinha (Trabalho de campo, 2017).

Seu Manoel afirma que apesar de todas as dificuldades, a criação do Projeto de assentamento Abril Vermelho ajudou a desenvolver a região, principalmente a localidade do Pau D'arco em Santa Bárbara. Seu Mizelias afirma ainda fazer parte do MST, mesmo tendo se afastado um pouco da militância por causa das tarefas no lote. Ele também lamenta uma redução nas mobilizações da militância no assentamento. Seu vínculo com o MST pode ser dito como sendo de amizade com os integrantes do movimento. Além de seu outro filho (adolescente) participar do MST.

Eciléa compõe o quadro de militantes do MST no assentamento, mas que não possui mais uma atuação como antes e também não ocupa nenhum cargo. Mas ela compreende que a atuação é necessária, não pelo movimento se si, mas pelas pessoas beneficiadas por ele:

Com todo entendimento que a gente tem, a gente sabe que eles precisam da gente né? Que não é o MST que precisa, e sim pessoas que como eu, estavam na periferia, não tinha nenhuma perspectiva de vida, que tão precisando, a gente tem ciência disso, então, o dia que eles precisarem com certeza a gente vai contribuir porque a gente sabe que isso é importante. Porque o que eu consegui eu tenho certeza de que muitos podem conseguir (Trabalho de campo, 2017).

Eciléa fala com propriedade sobre isso, pois antes de entrar para o MST era praticamente semianalfabeta e hoje é Bacharel em Administração. Ela afirma também que: “Hoje eu tenho uma vida que eu não tinha antes, em dois sentidos: tanto pela qualidade de vida, quanto pelo conhecimento. E o MST me proporcionou isso, né? Essa qualidade de vida e também o conhecimento.” (Trabalho de campo, 2017).

Com a exceção de Coronel e Maria Baixinha, os outros oito assentados aqui entrevistados são militantes do MST. O reconhecimento da importância do movimento para estes assentados se faz presente em fortes relatos sobre como os mesmos adquiriram uma melhora de vida significativa, e uma qualidade de vida que não dispuseram anteriormente, enquanto residiam nos grandes centros urbanos. Contudo, se faz necessário avançar na compreensão não apenas de sua relação política com o movimento, mas também em como este influenciou no desenvolvimento de seus sistemas produtivos.

3.2. AS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS:

Podemos observar nas entrevistas e nas visitas aos lotes, que ao iniciarem o seu plantio, todos os assentados recorreram à lavoura branca como primeiro plantio, para garantir sua alimentação de forma mais rápida, sempre com plantios próximos a casa (para ter um cuidado maior e por desconhecerem a área como um todo), e, a partir do momento que foram colhendo esse plantio, foi sendo introduzindo culturas permanentes, como açaí, pupunha, cupuaçu, e outras. O plantio consorciado passou a ser uma estratégia predominante entre os assentados, que com o passar dos anos, puderam contar com uma grande variedade de culturas em seus lotes.

Mizelias explica que como chegou ao lote na época do inverno de 2006, não tinha como plantar, se mantendo com a roça que havia feito ainda no acampamento. Na oportunidade em que o tempo abriu, ele aproveitou para fazer a 1ª roça do lote. Um roçado pequeno que o mesmo afirma não chegar nem a uma tarefa, contendo: feijão, milho, mandioca, macaxeira, abóbora e maxixe.

Em 2007 ele continuou plantando lavoura branca e introduziu culturas permanentes, reduzindo também a quantidade de dendês no lote. Ele classifica que o plantio desse segundo ano já foi melhor, por ter sido bem planejado e feito no tempo certo. Nos anos seguintes foi ampliando e diversificando sua produção com lavoura branca e culturas permanentes, também realizando a transição do primeiro para o segundo tipo de plantio.

FOTOGRAFIA 13: Mizelias em área de maniva (último ano de plantio).



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Outra estratégia produtiva interessante utilizada por seu Mizelias diz respeito ao momento de queda da produtividade. Quando uma área do seu lote começa a reduzir a produtividade, seu Mizelias introduz culturas permanentes (açaí, pupunha, cupuaçu). No ano atual da análise (2017), podemos observar que para além dos plantios de lavoura branca e permanentes, Mizelias começou o processo de introdução do seu SAF's via projeto do Ideflor-Bio, com um primeiro plantio de bananas.

Seu Coronel relata como foram seus primeiros anos no lote:

Eu tinha uma caçamba, trabalhava com uma caçamba caminhão também, aí eu digo “e então vamos investir logo”. Aí derrubei logo, comecei a fazer roça. Aí fiquei pensando: “como é que eu vou sobreviver?”. Aí plantei macaxeira. E dentro da macaxeira, comecei a plantar açaí e uns pés cupuaçu no meio. Aí eu vendia a macaxeira, levava pra Santa Izabel de bicicleta. Botava num saco e ia pra Santa Izabel, gastava uma hora e meia daqui pra levar a macaxeira pra vender. Tinha umas mulheres que faziam lanche de bolo de macaxeira, faziam coxinha aí eu vendia pra elas, e elas faziam bolo de macaxeira e a coxinha (Trabalho de campo, 2017).

A lavoura branca consorciada com outras culturas, e a venda da macaxeira foram as principais estratégias usadas pelo seu Coronel para garantir seu sustento, e a permanência no lote nos primeiros anos, enquanto o açaí ainda não dava frutos. Ele foi aconselhado a plantar maracujá, e o fez em consórcio com o açaí:

Aí depois me falaram do maracujá, e eu disse “mas rapaz, vou já me meter com Maracujá”. Me meti com maracujá também. Enquanto o açaí “não fecha”, você pode plantar maracujá, mas depois que ele “fecha” que ele sombreia o maracujá, o maracujá não dá produção. O Maracujá gosta de sol e não de sombra. Aí o que é que eu fazia? Quando “fechava” um lado, eu tirava as estacas, tirava os arames e ia pro outro lado. Plantava maracujá e macaxeira. Eu tirava uma macaxeira e ia plantando outra, até quando deu 4 anos começou a produzir o açaí (Trabalho de campo, 2017).

De acordo com seu Coronel, a primeira safra do açaí não foi muito produtiva, mas como tinha maracujá e macaxeira consorciados, conseguiu se manter. Sua condição melhorou quando o açaí e o cupuaçu começaram a dar bastantes frutos.

Outra estratégia muito usada pelos assentados, e também apontada por Filho e Seu Sabá, como fundamental, para implementação da proposta agroecológica via reforma agrária popular é a posse e circulação de sementes, que também pôde ser atestado como estratégia de todos os analisados aqui.

FOTOGRAFIA 14: Mudas de cupuaçu de Anália, que não são afetadas por vassoura de bruxa.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Anália é um exemplo claro da importância de se circular sementes pelo lote. Ela possui sementes de cupuaçu que não são afetados por vassoura de bruxa, contribuindo para a consolidação desse fruto no assentamento, ao disponibilizar suas mudas para os demais assentados.

As formas como os assentados têm acesso as sementes podem variar. Neuza precisou inicialmente do apoio dos moradores para conseguir mudas e sementes, em troca, por muitas vezes os ajudava trabalhando em seus lotes. Com isso, na medida em que foi conseguindo as sementes, foi realizando os plantios em seus lotes, com tempos diferenciados:

Não que as sementes, desde 2013 que as sementes eu já tiro daqui do meu sítio mesmo. Não pego mais de ninguém. Biribá eu tiro daqui, açaí, cupuaçu, as bananeiras já tem eu mesmo que já tenho daqui de casa. Agora já tem tantas espécies pra ali porque eu não tinha, dessas aí eu já fui pegar, banana prata, branca, tem 300 daquelas bananas boas que não tinha e eu já peguei dos vizinhos (Trabalho de campo, 2017).

Além de conseguir sementes com os assentados, ela também as obteve através de sítios próximos ao assentamento, ou com órgãos públicos que foram prestar cursos para os assentados, como foi o caso da sua horta, onde ela aprendeu a cultivar via PROJOVEM, recebendo também assistência técnica. Ela também

guardava as sementes de todas as frutas que comia, para encanteirar e plantar posteriormente.

Ela adota uma estratégia de que ao conseguir as sementes, procura guardá-las para plantar no ano seguinte, ou em qualquer outra ocasião em que decida ser mais apropriada. Procura também fornecer sementes para vizinhos que estão precisando, o que sugere que há uma circulação de sementes no lote, onde você apenas não recebe, mas também fornece.

Seu Mizelias também relata que havia muita dificuldade para se conseguir sementes no início das produções. Como ele e outros assentados não tinham recursos para comprar sementes, tinha que conseguir por outras vias:

Aí foi um Deus nos acuda, na época pra plantar maniva cara, eu ia pro final dessa estrada, atravessava uma mata como daqui pra casa do Filho mais ou menos, dentro de um gapó com a água no meu pescoço pra buscar semente de maniva pra poder plantar aqui (Trabalho de campo, 2017).

O MST chegou a providenciar para seus acampados, sementes e mudas, além de também organizar espaços no acampamento para que todos pudessem plantar. Isso foi essencial para a permanência, não só de Mizelias, mas dos acampados em geral, nos seus lotes nos primeiros anos. Além do apoio do MST, Mizelias teve acesso a sementes de diversas formas. Ele conseguiu andiroba, açaí e pupunha durante a ocupação da fábrica da DENPASA, ainda no período de acampamento e trouxe sementes de antigos acampamentos que participou²⁷. Conseguiu também com vizinhos, em colônias ao redor do assentamento, fez a compra quando tinha condições financeiras, e adquiriu em projetos de produção²⁸.

Assim como Neuza, ao conseguir sementes, seu Mizelias começou a organizar seu próprio estoque, encanteirando mudas de espécies que já possuía em seu lote, para plantios futuros. Ele também fomenta a circulação de sementes no assentamento, através da venda, ou doação para assentados que não têm condições de comprar, por estarem passando por alguma situação difícil em relação a sua produção, como ele mesmo afirma:

²⁷Mizelias afirma que trouxe sementes de feijão em garrafas, dos outros acampamentos em que chegou a morar. Ele havia prometido a si mesmo que só as plantaria quando conseguisse sua terra, e assim o fez.

²⁸Como o de plantio de cacau pela CEPLAC em 2009 e o atual projeto do Ideflor-Bio, que irá disponibilizar mudas encanteiradas do viveiro que construíram recentemente, para implementação de SAFS no Abril Vermelho.

Eu até dou pros outros, eu dou semente de feijão, eu vendo, se eu entendo que o cara tá numa situação pior do que a minha, eu arrumo 2L de feijão pra ele, 1 litro e meio, eu dou a semente, eu dou milho, eu dou maniva de macaxeira, dou maniva de mandioca, de vez em quando vem gente do polo 4 pegar semente aqui comigo. Em relação a semente, olha o tanto de feijão que tem aí engarrafado, eu tenho muito feijão da colônia aí, eu tenho 4 tipos de feijão (Trabalho de campo, 2017).

Mesmo possuindo um controle seguro de sementes, ele não descarta continuar adquirindo novas espécies para ampliar sua diversidade produtiva, e ao mesmo tempo dar continuidade a circulação das mesmas pelo assentamento.

Eciléa também afirma a fala de seu irmão e relata que não fez uma roça maior porque não tinham mais sementes para plantar, e que essa realmente era uma grande problemática no início das produções no assentamento:

Porque quando todo mundo foi pro lote, era uma corrida pela semente. Se tu lá no acampamento onde as famílias moravam anteriormente, se tu deixasse uma muda de qualquer coisa, tu deixava de manhã e tu entrava, quando tu voltava já não tava mais, por que todo mundo queria pra plantar nos seus lotes. Porque quando mais cedo você plantava, mais cedo você colheria né? Então nós começamos a plantar (Trabalho de campo, 2017).

Filho, por sua vez, aponta que conseguiu suas sementes com os vizinhos do polo 3, que já estavam com uma produção bem adiantada e com estoques de sementes para plantios quando ele chegou ao lote. De 2013 adiante ele afirmou que já possuía um bom estoque de sementes no lote. No entanto, ele continuou adquirindo novas sementes vias compras ou mesmo por projetos como é o caso do projeto do Ideflor-Bio, onde também participam: Mizelias, Tio Chico, Eciléa e outros assentados participam.

Outra estratégia extremamente importante é o uso da puerária para recuperação do solo e adubação orgânica. Seu uso é predominante nos lotes aqui analisados. A puerária é uma das heranças do plantio dendê da DENPASA S.A., e acabou sendo incorporada pelos assentados.

Apesar de ser muito importante no processo de recuperação do solo e adubação verde, a puerária dificulta a vida daqueles que têm pouca mão de obra e disposição física para fazer sua manutenção, como é o caso de Dona Maria Baixinha, que conta apenas com a ajuda de um filho, nos finais de semana, e tem tido problemas com essa leguminosa:

Mas a mandioca não foi muito eficiente pra gente aqui dentro porque apodrecia muito, e era muito mato por causa das coisas que botaram na terra

(agrotóxico) e apodrecia demais a mandioca, nós não venciamos, porque a puerária é danada, cobre rapidinho, porque a gente não usa veneno aqui dentro, porque tem um igarapé aqui atrás e pode afetar o igarapé, e a terra não fica uma terra boa, porque acho que mata o solo da terra, porque fica seco. Depois no verão aquela terra ficava seca, tudo embolada. Então nós compramos uma roçadeira e a gente tá roçando, mas a gente não aguenta, porque é mato demais (Trabalho de campo, 2017).

FOTOGRAFIA 15: Neuza em área de puerária roçada para servir de adubação orgânica.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Além dessas estratégias apresentadas via quadro e relatos dos assentados, temos a criação como grande aliada do poder de consumo e venda dos assentados. Manoel é uma das principais referências na criação. Ele possui um sistema de captação da água para seu tanque de criação de peixe, onde atualmente conta com dois tanques implementados, e com um terceiro em fase de construção. Além dos plantios em consórcio, possui criação de várias aves.

FOTOGRAFIA 16: Tanques do seu Manoel para criação de tilápia.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Filho começou sua criação em 2012 apenas com galinhas, ampliando para peixes em 2013, criando Tambaqui e Tilápia em tanque artificial. No entanto, com o estudo na UFPA, sua esposa Valéria trabalhando, e seus filhos ainda muito novos, acabou não dando continuidade na criação de peixes a partir de 2015. Tentou sem sucesso retomar essa criação em 2016. Eles precisaram reduzir também a criação de galinhas. O lote de filho é privilegiado com duas nascentes e um igarapé, por isso procura preservar as áreas ao redor destes, para que possa sempre ter água para seu consumo. Sua produção basicamente é para consumo, procurando vender os excedentes.

FOTOGRAFIA 17: Tanque desativado por Filho.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Atualmente Filho conta também com 3 apiários para produção de mel. E para atrair as abelhas, ele planta Urucum perto dos apiários, pois este serve de alimento para elas, sendo essa uma estratégia importante eficaz para esta criação, somando essa a diversificação da produção, que de acordo com ele é uma estratégia de fortalecimento da biodiversidade de seu lote, reduzindo a incidência de doenças e pragas.

Neuza também chegou a criar peixes, porém, atualmente seus 3 tanques encontram-se desativados, apesar de que está tentando reformá-los para recomeçar sua criação de tambaqui e tilápia. Além de peixes, Neuza tem criação de galinhas e patos, e chegou a criar porcos todos para consumo e venda.

Seu Davi chegou a construir um tanque pra peixes, onde sua criação durou 3 anos. Atualmente seu tanque também está desativado. Já seu Mizelias pretende iniciar a criação de peixes. Ele está esperando o cumprimento da promessa da prefeitura da Santa Bárbara sobre a instalação de um viveiro de peixes, bem como a criação de um coletivo de piscicultura no assentamento. Atualmente cria galinhas e patos.

Seu Coronel por outro lado, possui criação de porcos. Ele afirma que investiu a primeira safra do açaí na criação do Caipirão, porém teve prejuízos, pois o custo

da ração para alimentá-lo era muito alto. Ele também tentou criar bovinos, mas não conseguiu manter. Ele ainda pensa em retomar esta atividade. Após desistir das criações citadas, Coronel conseguiu ter sucesso com a criação de porcos:

Então achei melhor mexer com porco. Hoje, na safra do açai, o que eu ganho, eu invisto no porco. Aí quando acaba o açai, eu tenho o porco pra sobreviver, eu sobrevivo dele. Aí vou vender meu porco pra ir comendo e trabalhando. (Trabalho de campo, 2017).

FOTOGRAFIA 18: Criação de porcos do seu Coronel.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Contudo, a criação predominante entre os assentados é a de aves, seja galinha, pato e derivados. Além dos já citados, Maria Baixinha, Tio Chico e Anália também criam. Anália possui um grande destaque na criação de galinhas. Ao todo cria galinha caipira, caipirão e codorna, comercializando seus ovos. Para fazer sua venda, o marido e ela elaboraram um matadouro de frango artesanal, como está exposto abaixo na fotografia de número 19:

FOTOGRAFIA 19: Matadouro artesanal de frango de Anália.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Da criação das galinhas também consegue produzir adubo orgânico proveniente do esterco das aves que cria. Quando produz em grandes quantidades chega a botar para a venda.

Já Eciléa e seu marido Anderson, foram beneficiados – em 2012 – pelo Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS²⁹, que forneceu infraestrutura como: caixa d'água, galinheiro, para criação de galinhas do tipo caipirã, e preparo da terra para cultivo de horta. Essas duas atividades garantiram o sustento do lote de 2012 a 2015 com suas vendas. Atualmente ainda conta com galinheiro, mas estão sem as galinhas:

Atualmente nós não temos a criação de galinha porque ela sempre foi rotativa né? A gente tinha que comprar os pintos e quando crescesse a gente vendia após adulto né? E atualmente no galinheiro a gente não temos galinha pra venda, né? E, mas nós permanecemos com a infraestrutura do projeto né? (Trabalho de campo, 2017).

O cultivo de hortaliças foi interrompido quando a caixa d'água que usavam para irrigar a roça caiu de sua estrutura, sendo ainda necessária a compra de uma nova para voltarem a cultivar hortaliças. No entanto, esse cultivo vem sendo estruturado. No momento a área de hortaliças já foi preparada com roço, sem

²⁹O projeto PAIS foi um projeto do BNDES em conjunto com a prefeitura de Santa Bárbara, o SEBRAE e Fundação Banco do Brasil, lhes proporcionando um recurso de 7 mil e 200 reais para produção das galinhas e hortaliças.

queima e está no processo de destocagem³⁰ para completar a limpeza da área. Depois desse processo, serão feitas as leiras e a estrutura para cobrir as hortas, que não havia sido feita com a roça anterior, como explica Anderson:

Porque as deficiências da horta foi essa questão aqui, que ela era redonda, então nós tivemos as dificuldades de fazer a cobertura dela, e você sabe que esse projeto aqui, ele foi copiado do antigo projeto Mandala, que foi plantado na África. E esse projeto lá ele deu certo porque lá não é uma região que chove muito. Mas aqui nós tivemos essa dificuldade. [...] e não pensando na região do Pará. No estado do Pará que é uma situação diferenciada com o clima. E aí hoje, nós tivemos assim, muitas percas de hortaliças devido a gente não conseguir fazer a cobertura (Trabalho de campo, 2017).

Portanto, eles querem fazer a estrutura coberta, para que não seja interrompida a produção de hortaliças nos períodos de inverno, tendo produtividade independentemente da época do ano ou do clima. A área da horta que está sendo preparada tem 50 por 100 metros, com cada leira contendo 20 metros de comprimento, por 1m e 20 cm de largura, com espaçamento entre elas de 50 cm. Eciléa também explica que:

E aqui qual é a ideia dele? [Anderson] Ele vai cobrir as leiras. E em cada cobertura dessas de 20m vai pegar 4 leiras. Cada um ele vai fazer assim. Então, pelo tamanho da área lá, ele vai construir 5 ou 6 barracões. Galpões né? De leiras, porque essas leiras aqui ele vai cobrir todinha elas. Porque, como é com lona transparente, aí vai pegar o raio de sol, mas não vai pegar a chuva. Porque uma das maiores dificuldades das hortaliças é essa, porque tu produz elas no verão todo, mas quando chega no inverno tu não consegue produzir porque aqui na nossa região chove demais. Aí não presta a hortaliça (Trabalho de campo, 2017).

O objetivo deles é de recuperar as produções mais lucrativas de seu lote (horta e criação). Eciléa separou a área da roça 3 que não deu certo e que ficou mais de 8 anos em recuperação pela capoeira, para ser o local do novo plantio de horta ainda em 2018. Ela também cria abelhas tal qual Filho, objetivando ampliar suas opções de consumo e venda, além de enriquecer a biodiversidade de seu sistema de produção.

QUADRO 1 – CONJUNTO DE ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS IDENTIFICADAS COM AS 10 FAMÍLIAS PESQUISADAS NO ABRIL VERMELHO:

1. Produção coletiva na época de acampamento e autônoma nos lotes;
--

³⁰A destocagem nada mais é do que a retirada de tocos de árvores cortadas, ou mortas.

QUADRO 1 – CONJUNTO DE ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS IDENTIFICADAS COM AS 10 FAMÍLIAS PESQUISADAS NO ABRIL VERMELHO:

2. Plantio de lavoura branca próximo da casa no primeiro ano;
3. Plantios consorciados e transição de lavoura branca para culturas permanentes;
4. Adubação orgânica com esterco de galinha ou gado;
5. Uso da puerária e capoeira fina para adubação e recuperação do solo;
6. Adubação química apenas em casos urgentes ou limitações físicas;
7. Estoque e circulação de sementes no assentamento;
8. Criação de animais como abelhas para fortalecimento da biodiversidade dos plantios, aves (principal criação no assentamento), peixes e porcos.

Fonte: Vilhena (2018).

Podemos afirmar que o processo de identificação das estratégias produtivas é essencial para compreendermos como estes sistemas produtivos se desenvolveram e a influência da agroecologia em sua consolidação. E com base nas estratégias produtivas aqui apresentadas, podemos apontar que há um desenvolvimento de sistemas produtivos na linha do que se espera em uma produção agroecológica.

Mesmo que possa ser considerado incipiente, encontramos, em 80% dos entrevistados produções com adubação orgânica, sem a utilização de fertilizantes químicos, além de uma grande preocupação com o agroecossistema como um todo, com a preservação de nascentes e a busca por um enriquecimento da biodiversidade com a criação de abelhas em áreas diversificadas. E ainda que haja uma pequena parcela que ainda tenha reproduzido práticas que vão a desacordo com o que o MST propõe em sua matriz tecnológica e produtiva, podemos identificar que no geral o fizeram dadas limitações físicas ou para evitar prejuízos inesperados.

O domínio das sementes, que foi apresentada no discurso do setor de produção do MST no SAPO, foi fundamental para a consolidação dessas famílias

em seus lotes, pois permitiram ampliação de suas produções bem como de outros assentados, fortalecendo a autonomia camponesa no PA Abril Vermelho.

3.3. A PROPOSTA AGROECOLÓGICA DO MST E SEUS RESULTADOS:

No Polo 1, Neuza ao ser questionada sobre plantar de acordo com a proposta agroecológica do MST, afirmou que todo plantio em seu lote é adubado com esterco de galinha ou de gado (fornecidos por vizinho que criam bovinos no assentamento). Para ela, consumir produtos onde foram utilizados agrotóxicos e afins, é prejudicar a própria saúde:

Porque a gente trabalha sem tá com tóxico, porque se você coloca adubo químico numa planta, você sabe que no futuro você vai colher o que? Vai colher o fruto, mas vai colher uma doença, tudo junto. É mais fácil hoje em dia pra você adquirir um câncer. E usando o orgânico você tá diminuindo as possibilidades de adoecer mais rápido. [Plantar de forma agroecológica] É questão de saúde e de meio ambiente também. Se tu planta numa terra, e joga o veneno hoje, a tua produção não vai ser igual a orgânica de jeito nenhum, as pessoas dizem “ah plantar com químico é melhor porque rende mais”, pode render mais, mas a tua saúde também é afetada demais (Trabalho de campo, 2017).

Ela afirma ter adquirido essa consciência dentro do movimento, e através de cursos que pôde fazer por instituições públicas como o IFPA, UFPA e UFRA, quase sempre conseguido via MST. Isso fez com que ela usasse preferencialmente adubos orgânicos desde quando chegou ao lote. Neuza chegou a utilizar o corte e queima para preparo da terra, porém, atualmente faz apenas o corte da puerária.

No entanto, apesar de ter a consciência de que deve fazer uma produção limpa, ela precisou recorrer aos insumos químicos em 2012 quando teve perda de produção por causa de uma queimada acidental que ocorreu no seu lote, e em 2013 quando sua roça apodreceu. Ambos os casos lhe induziram a adubar com químicos para poder obter produtividade fora do tempo de plantio.

Neuza afirma que em seu lote havia pouco dendê, tanto vivo quanto morto. E para matar alguns dos que ainda estavam vivos, seu filho precisou gastar dois litros de gasolina para queima-lo até a morte. Como pode-se ver na fotografia abaixo:

FOTOGRAFIA 20: Dendê morto pelo filho da Neuza.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Atualmente seu lote encontra-se bastante diversificado com 3 áreas de sítio contendo diversas culturas como açaí, banana, cupuaçu, caju, biribá, acerola, abacaxi, laranja e limão (1º sítio); jaca, laranja, cupuaçu, limão, maracujá, abacaxi, piquiá, biribá, manga e rambutan (2º sítio); e bananas, abacaxi, açaí, limão, café, pupunha, acerola, murici e abacate (3º sítio). Neuza não obteve sucesso com a plantação de bananas, e tem aproveitado as madeiras do lote para fazer lenha. Neuza também já desmanchou um galinheiro por causa de gato do mato e raposas que atacavam suas criações.

Percebemos que no caso de Neuza, ela consegue estabelecer um sistema produtivo, o qual vai mantendo e incrementando nos anos seguintes. Isto equivale dizer que apesar das terras desgastadas com o monocultivo do dendê, dona Neuza conseguiu implementar desde o primeiro ano, cultivos que possibilitaram manter a família e ainda dar sequência e expandir a produção nos anos seguintes. Neste

caso, o antecedente dendê não foi limitante para produção camponesa, e não exigiu um investimento maior na terra para produzir um outro cultivo.

Pela expressão de dona Neuza ao se referir ao MST e refletindo sobre a forma que conduz e avança em seu sistema de produção, percebemos que a mesma procura seguir a proposta do setor de produção do MST, reafirmando a importância da formação que o SAPO e as discussões/formações têm sobre as decisões das famílias na reconstrução de seu agroecossistema.

Manoel, apesar de também fazer parte do MST e seguir sua proposta agroecológica, ainda utiliza agrotóxicos em parte de sua plantação. Ele afirma que geralmente tenta aplicar a proposta agroecológica do movimento, mas explica que:

Geralmente a maior parte é feita dessa forma. Mas tem hora que a gente não consegue. Tem hora que a gente usa um pouco do agrotóxico porque, como eu tava te falando, na enxada eu não tenho mais condição, mas a gente usa pouco. Tem vez que a gente faz uma colheita de roça todinha sem usar e depois que planta o açaí vai só na roçadeira mesmo, ninguém usa mais veneno pra limpar, é só na roçadeira. É muito difícil a gente usar o veneno (Trabalho de campo, 2017).

O problema de coluna o limita fisicamente, somado ao fato de ser apenas ele quem trabalha em praticamente todo lote (sua esposa o ajuda também), acaba tendo que recorrer ao agrotóxico para manter sua produção. Mas como o mesmo explicou, não utiliza em todo lote. Nas demais áreas adota outras estratégias:

A adubação que fica, principalmente no açaí, é a adubação verde, a gente roça e deixa no meio. Aí vai apodrecendo e vai recuperando, é o modo que eu trabalho. Porque eu não tenho como comprar esterco, que é o orgânico, né? Não tenho como fazer. Então o orgânico vai formando da matéria que a gente roça, do mato que a gente roça e vai ficando no meio do açazal, das outras plantas. A mandioca a gente capina, o mato fica no meio também. É dessa forma que a gente faz. [...] A puerária a gente roça e ela fica aí, destrói e aí ela cresce outro mato, novamente por cima, então nós vai roçar e aí vai ficando. E a gente sente que onde forma ela, vamos deixando ela e depois vai melhorando o plantio né? (Trabalho de campo, 2017).

Além da limitação física, falta de mão de obra para ajudar efetivamente no roçado, Seu Manoel aponta que possui muitos problemas com capim que nasce em sua terra e teve bastantes dificuldades para implementar sua criação de peixes. Ele aponta que o assentamento precisa de uma análise de solo para compreender seus defeitos, no entanto, não enxerga interesse dos órgãos públicos para realizar tal atividade.

FOTOGRAFIA 21: Área consorciada de maniva com cupuaçu.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Portanto, apesar de precisar usar agrotóxicos em seu lote, seu Manoel faz a chamada adubação verde, roçando e deixando matéria orgânica adubar a área, usando também a puerária para recuperar o solo. Sua produção tende a ser para consumo próprio, mas em safra vende açaí e farinha. Manoel possui áreas consorciadas de açaí com mandioca; mandioca com cupuaçu; de pupunha com açaí que funcionou apenas para o açaí; área só com o açaí que não resistiu ao inverno, lhe causando um grande prejuízo, o que lhe levou a sempre produzir em consórcio.

Diferentemente de dona Neuza que demonstra dominar todo o discurso de uma produção orgânica defendida pelo movimento, e que procura participar e implantar tudo que aprende com as oportunidades de formação ofertadas pelo MST, seu Manoel parece mais distante. Segue plantando conforme pensa e consegue fazer. Apesar de se constituir como um exemplo da recampesinação, ou seja, veio da cidade, não estava trabalhando a terra, seu Manoel não se apoia completamente nas orientações do movimento para seguir na construção de seu sistema produtivo. Até mesmo a estratégia produtiva adotada de se plantar em consórcio não foi algo implementado pelas orientações do setor de produção do MST, e sim consequência de suas experiências negativas com plantios solteiros.

No Polo 2 seu Mizelias fez questão de ressaltar que produz na linha dos princípios agroecológicos do MST desde a época do acampamento. Ele sabe que

pode produzir várias tarefas de roça usando veneno, mas sua formação pelo movimento foi fundamental em decidir não produzir dessa forma:

Então hoje em dia quem trabalha dentro das orientações do MST consegue fazer um trabalho bom, e consegue preservar as nascentes, os igarapés, a própria natureza. Só que infeliz tem essas pessoas que tem a visão diferente. [...] O que me motivou eu tenho certeza que foi em primeiro lugar a questão da minha saúde e da minha família. Porque esse consumo de alimento contaminado com o agrotóxico se tu vai durar 40 anos, tu só dura 30. Porque tu vai consumindo aquele veneno no teu organismo tu não vai sentindo. Daqui a pouco tu tá com câncer e um monte de problema que tu tem no teu organismo tu não sabe do que é. E um dos motivos maior pra eu não trabalhar com veneno foi a formação que eu tive no MST (Trabalho de campo, 2017).

Mizelias considera a formação do MST importante, pois passou a diferenciar os alimentos orgânicos dos que foram produzidos com agrotóxicos. Apesar de compreender que sua produção ser menor do que seria se usasse insumos químicos, ele prefere continuar a produzir sob os princípios agroecológicos: “a produção é menor, mas não adianta tu ter uma produção grande, muito dinheiro, com muitas coisas e tá todo ‘bronqueado’ aí, devido a tua alimentação,” (Trabalho de campo, 2017).

Ele pretende deixar pra seus filhos e netos uma terra boa para continuar sendo plantada, por isso compreende que se usar agrotóxico na sua terra, eles vão ter dificuldades para plantar mais tarde. Ele preserva as áreas de dois igarapés que estão em seus limites, fazendo dessas áreas de reserva.

Mizelias afirma que gosta de produzir na linha agroecológica do MST e que muita gente também segue essa linha dentro do assentamento, produzindo e vendendo nas praças e feiras da capital. No seu lote já conseguiu produzir pupunha, açaí, manga, abacate, tudo organizado:

Pra trabalhar com açaí e cupuaçu, tu planta 8 metros de um pé de açaí pro outro e aí no meio tu mete um pé de cupuaçu. Ou então tu mete uma linha de cupu aqui, uma distância de 4 metros tu mete uma de açaí e mais 4 metros outra de cupuaçu. Então isso é um meio de preservar a terra, o meio ambiente (Trabalho de campo, 2017).

Ele afirma que o Abril Vermelho só não presta para dendê por causa do Amarelecimento Fatal:

Houve um tempo que tentaram plantar dendê aqui dentro, mas graças a Deus não foi pra frente. Devido até mesmo a esses caras que querem um projeto desses, sempre querem uma garantia em troca, como o título da terra. O poder público não te ajuda de forma nenhuma. As vezes o cara não dá conta

de trabalhar [com o dendê] e o cara acaba vendendo a terra (Trabalho de campo, 2017).

No lote de Seu Mizelias não havia muito dendê e a maioria já estava morto. Ele agradece o fato de não ter tido que lidar com tanto dendê vivo no seu lote. De acordo com ele, os assentados que pegaram um lote cheio de dendê tiveram dificuldades para plantar outras culturas:

Tinha lote aí que o cara chegou e era só dendê. E teve que derrubar pra fazer roça, porque o dendê faz sombra e debaixo de sombra tu não vai conseguir plantar maniva, milho, feijão, porque na sombra não vai dar. Mas aqui não. Graças a Deus tinha pouco mesmo. Aqui ficou bom pra trabalhar. Eu acho que quem pegou esses dendês e quis trabalhar com lavoura branca e criação, pegou uma desvantagem. Porque teria que derrubar o dendê (Trabalho de campo, 2017).

FOTOGRAFIA 22: Dendês mortos no lote do seu Mizelias.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Seu Mizelias já está há quase 10 anos no seu lote, mas que assim como seu Manoel do Polo 1, começa a sentir o desgaste físico do trabalho no roçado:

Com o passar do tempo o cara que trabalha na roça vai sentindo. Teu organismo, teu corpo. Já vai quebrando, a tua produção já não é como antigamente e isso chega a levar muitas vezes as pessoas a venderem seus terrenos. Vender não, eles passam (Trabalho de campo, 2017).

Ele também afirma que “Pra ti conseguir uma tarefa de maniva plantada, uma mandioca boa tem que dar no mínimo 3 capinas de enxada, e se jogar veneno já viu né?” (Trabalho de campo, 2017). Além da produção consorciada, seu Mizelias usa a puerária como estratégia de recuperação do seu solo, que de acordo com ele tem o

potencial de recuperar uma área desgastada em 2 a 3 anos. Mas também utiliza o corte queima. Ele nos explicou que está produzindo em uma parte apenas do lote, a outra ele deixou descansando, crescendo a puerária para recuperar o solo, até ficar pronta para o plantio novamente.

Seu Mizelias afirma que desde a época do acampamento o MST instruiu os acampados a não poluírem, não degradarem a natureza, mas que infelizmente muitas pessoas pensam apenas no lucro da terra. Ele avalia que a terra no Abril Vermelho é muito boa, pois é fértil para várias culturas e dá muito mato (talvez se referindo a puerária que recupera o solo), e que o maior trabalho mesmo é limpá-la para o cultivo.

Em seu lote encontramos: pupunha, açaí, mangueira, abacateiro, lavoura branca (feijão da colônia, milho e mandioca), cupuaçu, tudo em consórcio e organizado. Considera sua terra boa para plantar arroz, mas não o faz, pois requer muito trabalho. Possui também uma casa de farinha, e nunca mais precisou comprar este alimento. Além da farinha, também produz carvão pra si e para venda. É de suas vendas que tiram seu sustento e pagam as contas daquilo que não produzem.

Seu Mizelias, a exemplo da dona Neuza, também pegou uma área com poucos dendês. Isto pode ter facilitado a implantação de sua estratégia produtiva desde o primeiro ano no lote. Ao contrário dos outros, ele já iniciou tudo que queria fazer no primeiro ano de instalado no abril vermelho. Talvez sua permanência e produção em outros acampamentos/assentamentos por onde passou, tenha tido uma forte influência no desenrolar deste início em seu lote.

Notamos que a falta de mão de obra para ajudar Mizelias em seu lote é também uma de suas maiores dificuldades, mas ao contrário de seu Manoel, Mizelias mantém-se coerente com as orientações do MST, de seguir uma produção sem o uso de agrotóxicos e/ou outros insumos químicos.

No caso de seu Coronel, ele corta o mato e deixa sobre o solo para adubar, ele afirma que o mato não roçado protege o açaí. Além dos restos de outras plantas, Coronel usa esterco das galinhas que ainda cria para fazer adubo orgânico. Além da convivência com outros assentados, ele foi incentivado por um cunhado que é agrônomo, a não usar agrotóxicos e venenos no seu lote. Seu Coronel afirma que no

Abril Vermelho muitas pessoas pegaram lotes com bastantes dendês vivos, mas que em seu terreno nunca tirou um caroço de dendê:

Teve muitas pessoas aqui que pegaram o dendê produtivo. Dendê produzindo. Mas o meu aqui, nessa minha área aqui nunca tirei um caroço de dendê, porque não tinha. Tinha morrido tudo. Só dendê morto, não tinha nada de dendê vivo aqui. Aqui eu fui derrubando e tacando fogo. Aí os dendê já tavam morto, só tinha o sabugo mesmo, e o sabugo foi ficando pra adubo na terra (Trabalho de campo, 2017).

Assim como acontece com o seu Manoel e Mizelias, sua principal dificuldade é a falta de mão de obra para lhe auxiliar nas tarefas do lote. Possui um filho que lhe ajuda, mas o seu filho que participou do processo de conquista do MST, morreu em um acidente de moto na estrada do Genipaúba. O peso da idade tem dificultado a manutenção e ampliação de sua produção:

Só que, eu já me sinto cansado né, Coronel? Um cara com 63 anos, eu já não to mais com toda essa “coca-cola” que nem quando eu cheguei aqui. Aí eu to vendo se me aposento. Não to conseguindo me aposentar. E com essa reforma da previdência agora que eu não vou conseguir mesmo, pelo que eu to vendo eles querem matar os velhos tudinho. Nós vamos voltar pra macaxeira pra sobreviver, porque as coisas só tão apertando, apertando, cada vez mais apertando, e eu sou sozinho pra trabalhar, e o negócio pesa pra caramba (Trabalho de campo, 2017).

Sua produção é para consumo e venda. Nas primeiras safras ele mesmo tirava o açaí e vendia, só que a quantidade de sua produção foi crescendo e ele precisou pagar outras pessoas para tirarem. Nessa atividade, muitas crianças subiam nas palmeiras para descer os cachos. No entanto, o medo de uma criança cair e se machucar fez com que seu Coronel passasse a vender o açaí para o próprio comprador retirar, e evitar essa responsabilidade com algum acidente:

Então eu passei a achar melhor vender mais barato e não ter minha responsabilidade no meio. Então eu vendo o açaí pra eles tirarem. E a produção de cupuaçu a gente faz, a Adriana corta e a gente vende a polpa. O porco eu antigamente usava muito a porca parideira, só que começou a morrer demais, muito leitão. E eu achei melhor comprar o porco desmamado, que se eu comprar 20, eu vendo os 20, não tem perda. No máximo 4, 5 meses eu to vendendo pra minha sobrevivência. Aqui vou lá faço um churrasco de um, pra consumir, e nós levamos (Trabalho de campo, 2017).

A última assentada do Polo 2, Dona Maria Baixinha demonstra que a formação pelo MST a ajudou a optar por uma produção livre de agrotóxicos, tanto pela questão ambiental quanto para própria saúde e qualidade dos alimentos que produz. Quando questionada sobre a implementação da proposta do MST, dona Maria afirma que já faz há 5 anos:

Eu faço (plantio agroecológico). Já faz uns 4 a 5 anos. Nós participamos de um curso de peixes, foi falado sobre isso, o adubo orgânico. E nós fomos fazer lá e deu certo. E cada pessoa começou a fazer em seu lote. O curso foi lá no polo 4, organizado pelo MST. E nós participamos de um curso lá em Castanhal. [...] Nos cursos que nós fizemos foi falada essa questão dos venenos, dessas coisas na terra. Porque a terra não fica segura para as plantações e faz mal pra gente mesmo. Comer aquela fruta daquela terra que foi botado veneno. A gente corre o risco de intoxicação. Sempre pra gente quanto pros bichos também (Trabalho de campo, 2017).

Ela tem um filho que trabalha em uma empresa de produção de insumos químicos no município de Barcarena, e lhe ajuda no lote nos fins de semana. Mas ela afirma que mesmo ele não recomenda a utilização desse tipo de adubação. Seu solo é adubado a partir do corte da puerária.

Dona Maria Baixinha relata muitas dificuldades atribuídas ao desgaste do plantio do dendê. Suas plantações de coco e açaí foram afetados por besouros (não especificou qual) e formigas. Ao tentar matar as formigas, usou um veneno que acabou afetando seus cocos. Restando apenas suas plantações de mandioca e feijão. No lote da Dona Maria Baixinha havia poucos dendês, mas a maioria morta pelo AF.

Em seu lote Maria Baixinha produz: açaí, cupuaçu, muruci, pupunha. Teve dificuldades com sua plantação de bananas (baixa produtividade), e com a mandioca que não tem resistido ao inverno. Ela relata que de vez em quando o açaí também morre, mas outras produções como o feijão e o arroz, têm tido resultados positivos. Ela adota também o consórcio entre suas espécies como estratégia produtiva: tem área consorciada de açaí com andiroba; de mandioca com andiroba e cupuaçu.

Com dona Maria baixinha, percebemos uma atribuição de fracasso dos plantios devido ao dendê, sem que, no entanto, seu lote tivesse tantos dendês vivos, sendo a maioria toda morta, de acordo com ela mesma. Podemos então especular duas situações: primeiro a hipótese de que sua fala venha do discurso encampado pelo MST na luta contra o agronegócio, aqui representado pelo plantio de dendê, sendo difícil determinar se seu relato vem da experiência, ou se está reproduzindo um discurso.

A segunda hipótese é que realmente os dendês, mesmo afetados pelo AF tenham desgastado a sua terra, ocasionando dificuldades para o plantio. No entanto,

há de se fazer uma análise mais técnica, principalmente sobre seu solo, o que não é o foco desse estudo. Em relatos anteriores, Maria Baixinha expressou a dificuldade com a puerária, nos levando a perceber que esta leguminosa pode ser vista como excelente para fertilidade do solo, para adubação orgânica, e também como mato difícil de combater.

Outro ponto não menos importante de se frisar, é que dona Maria Baixinha, assim como Manoel e Mizelias, também aponta a falta de mão de obra como um problema grave em seu lote, que prejudica a manutenção de seus plantios, principalmente na hora de lidar com o roço da puerária. Esse fator também pode ser determinante para a efetividade de suas produções.

No polo 3, vimos com Filho no capítulo anterior que a função do Setor de produção é “discutir algumas referências organizativas, alguns horizontes, criar elementos, criar, articular, produzir elementos que venha a contribuir, a somar nesse projeto de enfrentamento com o agronegócio.” (Trabalho de campo, 2017). Ele afirma que dentro dessa nova proposta de reforma agrária popular há a intenção de integrar o máximo possível de militantes nas funções organizacionais do movimento, nos seus setores, coordenações etc.

No entanto, ele compreende que na prática isso é bem mais difícil de ser consolidado. Principalmente em um assentamento como o Abril Vermelho com grande extensão de terra que dificulta uma organicidade mais profunda. Além das dificuldades geográficas, têm-se também “os contras” de manter um assentamento na região metropolitana:

Aqui na região metropolitana o nível de dispersão, seja pelo nível maior de disputa com outras correntes de pensamento, seja de esquerda e de direita, influenciada pelos meios de comunicação, por diversos partidos que se tem, pela difusão de informação que se tem, pelo próprio mercado que é muito próximo, então existe um grupo de atravessadores muito mais disputando. As disputas são mais profundas e mais cotidianas. São muito mais fortes e mais rápidos, a gente mora na vitrine da capital, daqui pra Belém provavelmente dá uns 50 km no máximo, centro da maior cidade da Amazônia, então óbvio que o assentamento sofre interferência e as complicações urbanitárias acabam sendo fortes, muito fortes, marcantes dentro do assentamento (Trabalho de campo, 2017).

Para Filho, o MST compreendeu, principalmente nos últimos 10 anos, que não dá para discutir reforma agrária reproduzindo técnicas e estratégias de produção do agronegócio. Não dá para desapropriar uma fazenda de pecuária e

continuar tentando criar gado, assim como não dá para desapropriar uma terra da dendeicultura e querer continuar plantando dendê. Ele compreende que essas atividades fomentam o sistema econômico capitalista, que em sua natureza é desigual e produtor de misérias, portanto, há a necessidade de se fazer uma ruptura total com esse sistema.

Ele avalia essa compreensão como “um salto de qualidade” no engajamento do movimento sem-terra. A ruptura aqui pregada por ele é necessária por dois elementos: o primeiro porque o capitalismo no campo é entendido como nefasto. Expulsa os camponeses, expropria e reconcentra a terra, assim como sua renda, portanto a sobrevivência camponesa só pode ocorrer se romper com esse modelo. O que nos leva ao segundo elemento: a autonomia de produção: “Então a principal ideia é a gente ter autonomia de produção. Todo processo produtivo, desde a produção direta através do trabalho, intermediada pelo trabalho à independência até o comércio.” (Trabalho de campo, 2017).

E é na agroecologia que tanto Filho quanto o MST vão buscar elementos para fortalecer e consolidar sua autonomia. Ele afirma que o movimento já vinha “arranhando” esse debate desde a época da luta pelo assentamento João Batista, e que o MST já vinha ensaiando algumas experiências agroecológicas.

Chegamos coletivamente num processo maduro de compreensão e foi bonito isso porque foi um processo nacional, foi um processo estadual que o MST consegue entender de que o nosso principal aliado, o principal aliado dos camponeses era romper com o modelo do agronegócio, sendo vindo pelo próprio capital financeiro, ou sendo vindo pelo Estado. Ainda estamos discutindo como é que faz isso, por isso é tão difícil colocar na prática né? Como é que se introduz isso? E decidimos no último congresso nacional, agora em 2014, que no programa da reforma agrária popular (Trabalho de campo, 2017).

FOTOGRAFIA 23: Área de roçado de lavoura branca, sendo adubada com material orgânico.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

E assim como vimos no capítulo anterior, ele esclarece que a reforma agrária popular tem em sua centralidade a produção limpa, de base ecológica, recorrendo a agroecologia como referência para uma produção de alimentos saudáveis que traz consigo a possibilidade de consolidar a autonomia produtiva do camponês, para que esse não dependa mais dos grandes capitalistas concentradores de riqueza. Ele reforça a necessidade da posse das sementes na mão dos agricultores e a necessidade da distribuição de terras:

Na nossa cabeça, o nosso programa popular tem que ter: a expropriação dos latifúndios, devolução da terra para quem nela trabalha, pros camponeses, que têm que ser o principal guardião da biodiversidade; o nosso projeto de semente não é a semente morta, é a semente viva, não é a semente congelada, é a semente se reproduzindo, enfim, o debate da semente, o controle biológico das sementes nas mãos dos camponeses e das camponesas é claro; a diversidade produtiva (Trabalho de campo, 2017).

Filho resume que não trata apenas de produzir de forma ecológica, mas também fomentar processos de resistência mais amplos que isso, é também fazer o morador dos grandes centros urbanos compreender a importância de uma produção limpa, pois um morador citadino tende a comer muitos alimentos carregados de venenos e agrotóxicos e isso prejudica a sua saúde. Portanto, deve-se expandir a necessidade da reforma agrária popular para que não seja apenas responsabilidade de uma minoria campesina.

Sobre a produção em seu lote, Filho avalia que toda sua família está engajada nessa produção, mas que devido aos compromissos acadêmicos, não pode avançar mais nas suas produções, inclusive na época desta entrevista ele estava desativando uma área de hortaliças³¹. Seu lote possuía muitos dendês mortos e poucos vivos.

No lote do Filho encontramos área com plantios diversificados e consorciados com: açaí, murici, bacuri, milho, mandioca, urucum, macaxeira, adubada somente com matéria orgânica, além de possuir 3 apiários. Há também pés de castanheira e um bananal que ele pretende transferir de local no lote.

Podemos inferir que a situação de Filho é completamente adequada ao modelo produtivo defendido pelo MST. Aqui podemos afirmar que o discurso ideológico está sendo realizado na prática, e que a conscientização defendida pelo movimento não é algo apenas político, mas sim concreto para realização em nível das famílias.

Ainda no Polo 3, seu Davi afirma não utilizar insumos químicos, somente orgânicos. Mesmo não participando de nenhum curso dentro do movimento, ele possui a consciência de que deve cultivar sem utilizar venenos para preservar a saúde e produzir alimentos limpos. Ele conta que adubou sua laranja enxertada com casca de mandioca, e que seu bananal foi adubado com casca de mandioca e esterco de galinha, sendo essas as principais formas de adubação do solo de seu lote.

O plantio que eu tenho e faço aqui é o açaí, a pupunha, o cupuaçu, a banana. Aqui tudo eu não uso adubo químico não. Quando coloco é o orgânico. [...] Nunca participei de nenhum curso do movimento. [...] A saúde foi a motivação, porque o alimento sem adubo químico dá mais saúde pra gente né? É produzir um alimento limpo (Trabalho de campo, 2017).

³¹Devido a um curso de Geografia pelo PRONERA na UFPA, Filho não tem tempo para dedicar-se à área de hortaliças.

FOTOGRAFIA 24: Bananal de seu Davi adubado com casca de mandioca e esterco de galinha.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Das tentativas que não deram certo, seu Davi relembra que tentou plantar cupuaçu entre os açaís, mas não funcionou. Outra tentativa foi o coco que também foi afetado pelo amarelecimento fatal. Seu Davi reclamou da falta de assistência técnica de órgãos públicos como a EMATER por exemplo. Por fim, seu Davi faz parte do Abril Vermelho desde a sua origem e afirma ainda ser do movimento, mesmo que não ocupe cargo algum.

Seu Davi relembra que ao chegar ao lote, já pegou uma quadra com dendês mortos, o que lhe permitiu trabalhar roçado:

Não, tudo morto Já! Peguei uma quadra morta. Alguns pés que ainda tavam vivos são esses aqui perto de casa, e aí na hora que a gente vai botando o roçado já tá morto, e o fogo vai queimando tudo e queima o resto, precisa derrubar nada não. Se tivesse uns 20 dendês vivos quando cheguei era muito (Trabalho de campo, 2017).

Seu Davi possui um lote bem diversificado. Ele produz em consórcio: banana, cupuaçu e café. Tem também pupunha, pimenta malagueta, área com maniva, com casa de farinha para beneficiar a produção, outra área com muruci, laranja enxertada, bacaba, andiroba. Recentemente plantou 600 pés de acapu, além de ter criação de galinhas. Possui 12 tarefas de açaí e 5 pés de bacaba. Tudo para consumo como para venda que realiza através de um atravessador.

Seu Davi aqui demonstra mais uma vez que o Dendê acabou não sendo um entrave à produção, e que assim como Manoel do Polo 1 se orienta tanto pelo movimento, quanto pelas próprias experiências que realiza em seu lote, sendo este um dos mais produtivos e diversificados deste assentamento.

Tio Chico, último entrevistado do Polo 3, relata que sua forma de produzir é diretamente influenciada pela proposta do MST e pelos cursos que conseguiu fazer através do movimento, como o de Agroecologia no IFPA sob a tutela do Professor Dr. Romier da Paixão Sousa, do Núcleo de Educação em Agroecologia do IFPA, Campus Castanhal. Além desses, frequentou outros cursos com a temática agroecológica em Irituia e Quatro Bocas, auxiliando na disseminação dessa proposta agroecológica no assentamento. No entanto, Tio Chico produz na linha agroecológica desde 2014:

Um período eu cheguei a usar veneno. Eu trabalhava de uma forma que não conhecia essa forma de trabalhar (agroecológica), só a forma química. Eu usava o químico de matar o mato. Mas na hora de matar a formiga e usava o tucupi, mas ali juntar a fórmula do tucupi com a do (veneno) de matar o mato “torrava o chão”, aí não pode tá misturando os dois. Aí em 2014 eu fiz o curso de agroecologia no IFPA Castanhal/MST por 4 meses. E aí que fui entender como era (Trabalho de campo, 2017).

Hoje em dia Tio Chico compreende que não deve produzir um alimento com venenos, seja para consumo próprio quanto para venda, produzindo de forma agroecológica para ter um fruto de qualidade, sem estar contaminados com agrotóxicos.

Ele preparou uma área ao redor da sua casa onde chama de área agroecológica. Nela possui diversas áreas consorciadas com: açaí, cupuaçu, uxi, andiroba, biribá, coco de praia, coco babaçu, banana, limão galego e do Haiti (modificado, não contém sementes), laranja e lima. No seu lote pode-se encontrar também: abacaxi, um pé de laranja que tio Chico afirma ser agroecológico, cupuaçu plantado e adubado com compostagem, bananas e açaí. Há um pé de Urucum plantado sem queima.

FOTOGRAFIA 25: Área consorciada com coco de praia e abacaxi.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Em seu histórico, Tio Chico afirma que teve dois grandes problemas. Um já resolvido e o outro ainda por solucionar. O primeiro foi na parte de seu lote que cedeu a sua irmã. Eles plantaram 4 mil pés de açaí numa experiência com apoio técnico, mas que não resistiu ao verão, perdendo todo esse investimento. Esse problema ele resolveu quando começou a plantar sobre os princípios agroecológicos. Como ele explica:

Aí resolvemos plantar a roça. Quando o mato começar a desenvolver a gente entra e planta. Faz a agroecológica. Colhe a roça, deixa o mato desenvolver e planta o açaí no meio. E aí vai só controlando a puerária no terçado e na foice (Trabalho de campo, 2017).

Atualmente conta com 540 pés de açaí plantados e produzidos desde 2014. Ele acredita que se tivesse feito os cursos antes, não teria perdido o investimento que fez na parte de sua irmã. O outro problema que vem tendo é com a plantação de mandioca. Sua maniva tem apodrecido e a princípio a causa provável apontada por ele é a herança do dendê nesse local do plantio.

FOTOGRAFIA 26: Tio Chico com a maniva virada (mandioca apodrecida).



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Tio Chico relembra que quando chegou ao lote que lhe foi sorteado, havia pelo menos 440 palmeiras de dendê vivas. Ele afirma ter derrubado todos no machado. Para ele a maior felicidade de um agricultor do Abril Vermelho é quando morre um pé de dendê e considera loucura um agricultor replantá-lo em sua terra:

Nunca mais ele vai ter a terra dele normal que nem ela era. O grau de acidez é 89,9 de acidez na terra. E o resto que sobra é a formiga, é a cobra, é o fungo, o pulgão, que dá na planta, que acaba a planta. Se o pulgão pegar no açaí acaba com ele. Tem que cortar a que dá, antes de passar pros outros. E quem planta o dendê está cometendo um crime ambiental legitimado pelo Estado (Trabalho de campo, 2017).

As críticas de Tio Chico sobre o Dendê não param. Ele aponta que onde tem dendê vivo nada desenvolve no seu entorno “Onde tem o dendê em 10 metros ele domina. Nem um pé de macaxeira desenvolve, nem um pé de mandioca, de açaí, de feijão desenvolve em volta dele.” (Trabalho de campo, 2017). E ao derrubar o dendê

ainda produtivo, e com isso, conseguir aumentar sua produtividade fez com que os demais agricultores também realizassem a derrubada dos seus dendês vivos.

Tio Chico diz que uma das consequências do plantio do dendê se dá sobre o solo que fica rochoso. Para recuperar esse solo ele precisou jogar 2 mil quilos de calcário por hectare, e não é todo o agricultor que possui esse recurso, e esses que não dispõe acabam abandonando a terra por não conseguirem plantar na mesma. Além do calcário, outra estratégia para conseguir produzir neste solo desgastado foi o crescimento do mato, no caso capoeira e puerária:

Plantei açáí e cupuaçu, mas plantava e morria e não sabia o porquê. Limpei todinha, rocei, queimei, lasquei o calcário em cima. Numa área 100 por 100. Aí deixei desenvolver. Aí veio uma capoeira limpa, um mato limpo, sem aquele impacto na terra. Onde fui ver a merda de minhoca, a minhoca trabalhando na terra, e aí vi a hora que chegou o momento de plantar. [...] Uma das matas que deixo crescer é a puerária, que é uma praga mais que ajuda o solo. O que levaria para recuperar o solo em 4 anos, ela faz em 6 meses. E por outro lado ela não deixa nenhuma árvore se desenvolver do lado dela. Ela amarra e derruba a planta (Trabalho de campo, 2017).

Sua produção é usada mais para venda que para consumo devido ao fato de não dispor de um freezer para armazenar seus frutos. Apesar de possuir uma grande quantidade de pés de açáí, seu “carro-chefe” é o cupuaçu, onde possui 640 pés e vende sua poupa nas feiras e na escola do assentamento.

Tio Chico assim como Maria Baixinha, tece críticas ao monocultivo do dendê, contudo, diferentemente dela, detalha suas dificuldades com a referida palmeira a partir de experiências concretas, sendo também o assentado que mais teve trabalho para plantar suas culturas, necessitando fazer um forte investimento para recuperar o seu solo. E assim como vimos com Filho, a proposta agroecológica do movimento está bem consolidada e se reflete nas decisões produtivas deste assentado. Outro ponto importante a ser mencionado, é que apesar de produzir a partir das orientações do MST, ele também realiza experiências por si mesmo, tal qual vimos com seu Manoel e seu Davi.

No Polo 4 Eciléia afirma que seu lote é totalmente agroecológico e que nunca produziu utilizando agrotóxicos. Ela acredita que há uma porcentagem pequena de agricultores plantando com insumos químicos no assentamento.

Eciléia faz uma propaganda de sua produção, afirmando: “Mas se tu come uma banana hoje da minha propriedade, e come uma da feira, tu sente o sabor! O

cheiro da fruta, na casca da fruta tu sente o sabor.” (Trabalho de campo, 2017). Ela ainda diz que:

Na realidade a gente não conhecia essa proposta de produção agroecológica. A gente conseguiu um projeto [PAIS] e foi estudar mais afundo isso. Porque tu precisa conhecer pra saber que tu faz, porque é: dizer assim “Eu tenho meu lote agroecológico”. No meu lote a gente trabalha muito com a compostagem pra fazer fertilização do solo, e nós pouco utilizamos a queimada dos materiais orgânicos, a gente mais amontoa ou então puxa pros pés das árvores, justamente pra manter (Trabalho de campo, 2017).

Ela diz que o trabalho pela linha agroecológica tende a ser bem mais lento e dificultoso, mas em compensação o resultado é melhor tanto na produção quanto na qualidade do fruto. Ela chama atenção para o fato de que ao ingerir alimentos saudáveis você está indiretamente economizando com a própria saúde, gastando menos com medicação, com idas a cidade para consultas, pois ao ter uma alimentação mais saudável você tem menos probabilidade de adoecer. A maioria da sua produção é para consumo, vendendo um pouco de sua produção para comprar o que não produz.

Eciléa e seu marido Anderson, ao chegarem ao lote se depararam com uma área com poucos dendês vivos. Eles iniciaram seus plantios em 2006 com lavoura branca, e assim como Neuza, Mizelias e Filho, foram introduzindo culturas permanentes na medida em que colhiam o roçado no seguinte. No entanto, admite que realmente não foi fácil trabalhar nessa terra:

Mas esse plantio também não foi fácil. Porque essa terra é cansada. Cheia de veneno. Foram mais de 40 anos que a DENPASA jogou veneno, e continua jogando na área que ela pertence. Mas nessa área que a gente mora, é mais de 40 anos. As primeiras culturas não tinham muito êxito. Mas aos poucos a gente tá conseguindo recuperar (Trabalho de campo, 2017).

Atualmente encontramos em seu lote: açazal adubado com material orgânico, área consorciada de cupuaçu com açaí, açaí com andiroba e uma área de cupuaçu carimbó cedido pela Embrapa. Teve uma área com bananal que não deu certo e foi trocada por plantação de cupuaçu. Atualmente, Eciléa está investindo em um apiário. Ela também afirma ter uma responsabilidade sobre seu lote devido ao mesmo possuir 3 nascentes.

Podemos avaliar que o lote de Eciléa também é um claro exemplo de concretude da proposta agroecológica do MST, mas é necessário também apontar que para além da influência política-ideológica e produtiva do movimento, ter

conseguido o Projeto PAIS foi essencial para desenvolverem suas produções, não só as exigidas pelo projeto (granja e hortaliças), mas também de reforçarem a sua concepção de uma produção limpa e sem veneno. Por outro lado, podemos afirmar que apesar das críticas, o dendê também não foi uma dificuldade no lote de Ecilêa.

Em seu lote, Anália procura realizar a produção na linha agroecológica do MST. Essa influência vem desde a época do acampamento, quando aprendeu a não fazer a agricultura com agrotóxicos e venenos. Ela relembra as orientações para não usarem o corte e queima, e sim a adubação com matéria orgânica. De acordo com ela, as informações eram disseminadas entre os assentamentos e acampamentos:

A gente estudava muito. Tinha muito material pra gente estudar. Porque assim, eles traziam material de outros assentamentos, fotos pra gente ver. Por exemplo, a Palmares foi um dos assentamentos modelo pro nosso, pra minha formação. A gente viajava com eles. O movimento bancava nossas passagens pra gente visitar os assentamentos, a gente via lá que tudo era orgânico, era horta. Os animais comiam milho da própria roça, do assentamento. Então até hoje a gente faz essas visitas (Trabalho de campo, 2017).

Anália não chegou a fazer um estudo prolongado a respeito da agroecologia. Ela diz ter feito cursos de pequena duração pelo movimento. Ela relata que de vez em quando tem o acompanhamento das universidades, que em algumas ocasiões vão ao assentamento fazer a discussão ou pesquisa sobre agroecologia, ou o assentamento em si, e levam material para eles estudarem. Esses cursos, estudos e visitas a outras áreas do MST que Anália realizou a ajudou melhorar sua produtividade no lote.

De acordo com Anália, alguns funcionários da DENPASA, que circulam por entre as fronteiras do assentamento e da empresa, contaram que a mesma não foi autorizada pela SEMA e pelo IBAMA a realizar queimadas para plantar dendê nessa parte devido à presença de muitas nascentes e igarapés. E essa área era também usada como lixão.

Sobre seu lote, Anália conta que essa área acabou virando uma espécie de lixão da DENPASA antes da falência. Ainda são encontrados alguns pés de dendê vivo. Anália crê que alguns pássaros ao se alimentarem do fruto do dendê, podem ter transportado consigo as sementes para este local, sendo, portanto, um nascimento semi-espontâneo.

FOTOGRAFIA 27: Dendês vivos no lote de Anália.



Fonte: Vilhena (Trabalho de campo, 2017).

Ela avalia sua terra como muito ácida e que isso dificulta a produção de lavoura branca, mas ainda sim possui área com açazal, que plantou estrategicamente entre 5 e 5 metros, mudas de cupuaçu que não são afetadas pela vassoura de bruxa, mudas de açaí branco, pimenta de cheiro, um pé de Jiló adubado com carvão.

Assim como Eciléa, Anália tem a formação do MST muito presente na sua concepção política-ideológica e que se traduz produtivamente. Podemos afirmar que o fato da área de seu lote não ter recebido o plantio da DENPASA também foi fundamental para seu desenvolvimento, no entanto, precisa lidar com dendês vivos, crescidos semi-espontaneamente, mas que no final das contas acabou não sendo uma dificuldade relevante para seu plantio.

CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Podemos concluir que a Reforma Agrária Popular de base agroecológica do MST, tem sido fundamental no processo de conscientização dos seus assentados que dela se orientam, para consolidar agroecossistemas de bases ecológicas e sustentáveis. Mesmo que ocorram casos de perdas, plantios que não deram certo, e façam alguns destes recorrerem a insumos químicos, este modelo, ao menos, nessa escala local de análise deste trabalho, tem se mostrado um eficiente modelo contra

hegemônico de produção, enriquecendo suas autonomias produtivas, valorizando seus conhecimentos tradicionais.

A efetividade do processo de conscientização já havia sido apontada por seu Sabá, durante a entrevista no SAPO, quando o mesmo relata a necessidade de se produzir agroecologicamente de modo eficiente para que os outros camponeses possam ser convencidos de que esta é uma realidade palpável a ele, e benéfica para a sociedade como um todo. Podemos afirmar a partir da análise das dez famílias do PA Abril Vermelho, que estas estão conseguindo expandir a prática desenvolvida no SAPO, assim como concretizar o discurso propagado na conscientização.

Com base nos princípios da agroecologia, percebemos que o MST no Pará, mais precisamente a Regional Cabanos, tem orientado esse processo de reformulação não apenas produtiva, mas também política de compreensão e consenso do que se procura alcançar enquanto modelo de desenvolvimento para o campo, trazendo elementos que façam não só o próprio camponês compreender as razões e a urgência de se produzir de modo sustentável, mas também a sociedade que precisa cada vez mais abrir os olhos para sua alimentação.

Nesse assentamento, podemos observar que mesmo em uma área extremamente desgastada por uma produção em escala industrial, no caso, monocultivo de dendê, o qual exige muitos nutrientes do solo, água, e insumos químicos, os camponeses, aqui pesquisados, puderam desenvolver não apenas a sua produção, mas também a constituição de seus espaços como locais de reprodução e resistência campesina, ocorrendo ao mesmo tempo a um processo de criação ou recriação do campesinato, tal qual Shanin (2008) aponta, ou mesmo recampesinização nas propostas de Van der Ploeg (2009) e Marques (2008).

Estratégias como produção coletiva visando alimentação do grupo no período do acampamento; a busca, doação e troca de mudas e sementes para garantir a autonomia produtiva dos assentados, como foi apontado no SAPO, e visto no Abril vermelho; produção de lavoura branca nos primeiros anos no lote, garantindo a alimentação imediata; plantio de culturas permanentes para diversificar e ampliar o poder de compra e venda do lote; criação de animais, etc., todas essas ações foram realizadas com quase nenhum investimento externo, apenas com esforço e

organização dos próprios assentados. E através deles, o Abril Vermelho pôde completar nesse ano de 2018, 14 anos de existência e resistência.

Com os 10 entrevistados, observamos que a proposta agroecológica do MST tem consolidado os sistemas de produção no PA Abril Vermelho, mesmo com a falta de apoio de técnico, financeiro, ou estrutural, para estes realizarem sua produção. Na prática, vimos agricultores que estão conseguindo garantir uma produção limpa, sem veneno, recorrendo apenas em poucos casos, à produção com químicos, contudo, tendo consciência dos malefícios desse tipo de produção.

Concluimos que realmente não há um único modelo de produção, ou único modelo agroecológico. Cada um dos entrevistados desenvolve sua produção conforme as suas necessidades básicas, conforme a realidade do seu polo. Por exemplo: os Polos 2 e 3 apresentam mais indicações de desgastes da terra, que os Polos 1 e 4, dada a forte concentração da produção de dendê e proliferação do AF nesses polos, ao mesmo tempo que os moradores destes dois últimos, enfrentem mais dificuldades com violência e influência da vida urbana, dada a proximidade com o centro de Santa Bárbara.

Podemos afirmar a eficiência da proposta agroecológica do MST com base trajetória dos assentados analisados, já que nos remetemos metodologicamente aos indivíduos que fazem parte do MST, ou são/foram influenciados pelos mesmos no cotidiano (como é o caso do seu Coronel), e que direta ou indiretamente têm produzido dentro da orientação do movimento. No caso, dos 10 entrevistados, todos produzem na linha orgânica, sustentável, e foram de alguma forma, orientados pelo movimento, através de cursos, formações, ou cotidiano no assentamento.

No entanto, ainda que dois assentados tenham usado adubação química para manter a sua produtividade, isso não significa que esse modelo em si, proposto pelo MST, tenha sido ineficiente para garantir a consolidação destes camponeses assentados. Apenas serve para demonstrar que ainda há o que se avançar no processo de amadurecimento dessa proposta agroecológica dentro do próprio assentamento, para que se fortaleçam os agroecossistemas através do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar e outros organismos, como apontou Altieri (2008), evitando prejuízos com produções que não deram certo. Ou seja, no universo aqui pesquisado, as exceções apenas qualificam a regra.

Felizmente, não chegamos apenas à conclusão de que a proposta agroecológica do MST é eficiente no desenvolvimento de sistemas de produção. Ao identificarmos as estratégias produtivas e seus resultados, nós podemos também refletir sobre a natureza do próprio campesinato que se consolidou ao longo dos 14 anos nesse assentamento.

O trabalho de base realizado pelo MST no final da década de 90 e início da década de 2000, e a permanência dos assentados no Abril Vermelho, possibilitou dois processos que vimos no referencial teórico de campesinato: a criação de novos camponeses (SHANIN, 2008), com os que não tinham experiência com agricultura, e a recampesinização (PLOEG, 2009; MARQUES, 2008), daqueles que haviam perdido seus laços com os campos. Podemos subsidiar essa afirmação mesmo considerando apenas os 10 assentados aqui pesquisados, onde temos seu Coronel como exemplo claro de indivíduo que não possuía um histórico campesino, mas que, ao aproveitar o lote de seu filho (já falecido), tornou-se camponês.

Afinal de contas, quem tem qualquer tipo de autoridade para afirmar que este senhor, estando desde 2006 em seu lote, não é atualmente um camponês consolidado em sua terra? O mesmo que plantou seu açaí, sua macaxeira, diversificou seu lote, vive com sua família do consumo e venda sua produção. Não há elementos teóricos ou burocráticos que possam contestar a identidade campesina desse senhor. O mesmo vale para seu Mizelias e sua Irmã Ecilêa, que mesmo sendo filhos de camponeses que foram para Belém, nasceram e cresceram na cidade, sem ter desenvolvido qualquer vínculo com a agricultura, até entrarem para o MST.

Com os outros 6 assentados podemos observar que estes realizaram um retorno ao campo. Filho, Seu Davi, Neuza, Manoel, Maria Baixinha e Anália, são todos filhos de agricultores que precisaram buscar na cidade, oportunidades melhores, e, não suportando as condições de vida nas periferias dos grandes centros urbanos, e seus problemas (violência, desemprego, pobreza), conquistaram via luta no movimento campesino, o retorno ao campo e construção da própria dignidade, como bem vimos no relato de Ecilêa.

Portanto, dentro de um período histórico (década de 2000 e 2010), onde houve forte investimento público na produção de *commodities* (soja, dendê pelo

PNPB e PPSOP, e outras oleaginosas), difundindo o modelo de desenvolvimento do agronegócio para o campo, que resultou em consequências negativas as populações tradicionais, o MST se mostrou, no Abril Vermelho, capaz de ir à contramão do modelo de agricultura convencional, demonstrando que é possível produzir de forma limpa, saudável, diversificada, mesmo dispondo de pouco, ou nenhum investimento externo.

O MST, a nível regional, com a Regional Cabanos, ao absorver e compreender as próprias diretrizes da sua “Reforma Agrária Popular”, adaptando-as a realidade local, tem resgatado e valorizado os saberes tradicionais, colocando em suas pautas à necessidade de preservação do meio ambiente, a responsabilidade social que o próprio camponês precisa ter com o que produz, ou seja, possibilitar um alimento saudável a sociedade, e o fortalecimento político-ideológico sobre a sua própria realidade, para que, este não venha a reproduzir as práticas produtivas convencionais, permitindo o recuo das próprias conquistas.

E a agroecologia tem sido uma importante ferramenta na consolidação do modelo de produção do MST, garantindo a resistência dos agricultores no Abril Vermelho (e em outros assentamentos, como o Mártires de Abril, Paulo Fontelles, etc.), mesmo que o poder público não lhes prestem o devido apoio, mesmo que grupos econômicos tentem até hoje adentrar este assentamento com propostas “inovadoras” para o campo, ainda que, por falta de renda, seja difícil garantir ferramentas necessárias ao trabalho na terra, ou seja, com todas essas e outras dificuldades, foi possível, por meio de uma produção orgânica, de viés sustentável e crítico ao modelo convencional, permanecer e se perpetuar nesta área.

Por isso, é difícil encontrar adjetivos que façam justiça à importância que o Abril Vermelho tem para a realidade campesina e seu contexto de luta frente à atual ofensiva do capital sobre o campo no Pará, e na Amazônia. Ainda mais quando nos lembramos dos avanços e consequências que o dendê no Pará resultou, principalmente no nordeste paraense, expulsando camponeses de suas terras, explorando sua mão de obra por assalariamento ou contratos de integração, etc.

Na contramão dos avanços do agronegócio, temos no Pará, com o Abril Vermelho, um assentamento rural, onde se conseguiu, através das orientações do

MST, derrotar o famigerado Dendê³², através de seu modelo de produção que busca, não somente uma produção limpa, saudável, mas também a conscientização político-ideológico do camponês, na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.

Naturalmente, há ainda, muito que se amadurecer enquanto modelo de produção, enquanto processo de conscientização dos demais assentados, sobretudo aqueles que chegaram ao Abril Vermelho depois de todo o processo de luta, conquista e regulamentação do assentamento, não tendo um vínculo histórico, ou mesmo um compromisso político com o modelo de produção do MST. Isso pode ser dito até mesmo pela obviedade de que em um assentamento onde residem 600 famílias (ou mais), é natural encontrar aqueles que reproduzem as práticas convencionais de produção.

No entanto, se o MST pretende fazer da agroecologia sua arma para consolidar um novo modelo de desenvolvimento rural, é preciso avançar na conscientização não apenas dos militantes que residem no Abril Vermelho, mas de todos os assentados que nele residem, levando em consideração é claro, as dimensões geográficas e culturais desse assentamento, que engloba mais de 3 mil pessoas residindo.

Retornando ao viés academicista das conclusões, não podemos de modo algum tomar as resoluções aqui encontradas como algo finito. A ciência sempre segue seu curso, prossegue com seus passos e aprofundamentos, extremamente necessários para a compreensão da realidade campesina, sobretudo a do Abril Vermelho.

Este assentamento necessita urgentemente de novos artigos, dissertações, teses. Pois está localizado em uma região metropolitana que possui diversas peculiaridades. Há um universo de possibilidades de pesquisas a serem realizadas ali. O que os agricultores do MST e os que não fazem parte do movimento estão realizando nessa área, precisa ser cada vez mais estudado e aprofundado.

Dentro da agenda de pesquisa que podemos apontar aqui temos:

³²Pois ainda havia diversas quadras com dendês vivos, além de tentativas da própria DENPASA e grupos políticos de fazer os assentados produzirem dendê novamente.

- A necessidade de se compreender a trajetória dos assentados que estão desde 2004 nessa área, mas que não produzem na linha do MST.
- Há uma forte presença das mulheres camponesas nas organizações políticas do assentamento, como associações, grupos de plantios, nos processos de realização das feiras, elementos esses que cabem a um estudo de gênero e política.
- Pode-se estudar também com mais profundidade as práticas produtivas de cada assentado.
- Há uma presença neopentecostal fortíssima no assentamento, que tem influenciado os aspectos eleitorais do município.
- Pode-se estudar como a violência dos grandes centros urbanos tem afetado os assentados.

Além dessas temáticas, há outras questões que podem e precisam ser aprofundadas neste assentamento. Por hora, ficamos felizes de sermos pioneiros em um estudo mais aprofundado dessa área, ainda que, por limitações físicas (sendo apenas um mestrando, percorrendo com ajuda dos assentados, um assentamento rural de quase 50km², que faz fronteira com 4 municípios) nos limitamos apenas a 10 famílias, que produziam na linha do MST.

Concluimos com nossas observações que houve um processo de recampesinização muito forte, consolidando um campesinato numa área onde havia um forte grupo econômico, de nível internacional, que não abriria mão de uma área tão facilmente. Identificamos que, mesmo que ainda haja o que melhorar, o MST tem consolidado sua proposta de produção agroecológica, e que esta tem auxiliado na consolidação dos sistemas produtivos. E, além disso, a sociedade está sendo chamada para o debate, através das feiras da reforma agrária.

Todos esses processos são novos, são historicamente muito recentes e tem muito que melhorar. O que podemos afirmar aqui, é que: o modelo de reforma agrária popular do MST não é apenas um documento a ser lido em sua biblioteca virtual, ele está acontecendo. É uma realidade. E o que é melhor. É uma realidade que pode ser saboreada.

REFERÊNCIAS:

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>> Acesso em: 20.fev.2018.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

BARCELLOS, S. B. **A formação do discurso da Agroecologia no MST**. – 2010, 139f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

BERNAT, G. I. **Um novo jeito de organizar. A nova Organicidade em/do Movimento; Luta pela terra, Luta na Terra e Identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil)**. 2012. 292f. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Universitat de Lleida, Lleida. 2012.

BORGES, J. L. **MST: do produtivismo a Agroecologia**. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 1º, 2009. Curitiba: UFPR, 2009.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. **A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 645-660, Out/Dez 2013.

BRUMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S.. **A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais**. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B.. Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2008.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (org.). **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Paraná: IFPA-PR/EaD. 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília-DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

_____. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, 2004a.

CARVALHO, A. C. **O Período do Dendê no Estado do Pará**. Belém, 2013, 74p. (Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Federal do Pará, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel e licenciado em Geografia).

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Graziano da Silva, José e Stolcke, Verena. **A Questão Agrária**. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizolla; José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 477-502.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. **Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil?**. Ecología Política.

Naturaleza, sociedad y utopía, 2002. Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/sustentabilidade-em-assentamentos-rurais-o-mst-rumo-%C3%A0-%E2%80%9Creforma-agr%C3%A1ria-ag>> Acesso em: 26.mar.2017

CRUZ, B. L.; SILVA, L. M. S.; ASSIS, W. S.; PANTOJA, G. F.; SILVEIRA, G. S.; RODRIGUES, C. M. **Construindo conhecimento agroecológico: experiência do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (SAPO), no Projeto de Assentamento PA João Batista II, no Município de Castanhal**. Belém: UFPA/NCADR e Núcleo de Estudos Agroecológicos AJURI - 2016.

DELGAGO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L; (org); DA SILVA, F. B.; DELGADO, G. C.; CASTRO, J. A.; CARDOSO JUNIOR, J. C.; M. THEODORO, M.; BEGHIN, N. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IEPA. 2005. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf> Acesso em: 29.mar.2017.

ESTEVAM, D. STÉDILE, J. P. Introdução: A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (A questão agrária, v.7).

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GUILHERME JUNIOR, J. A.; NAHUM, J. **Reprodução social e permanência no campo-Um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal - Pará**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária; Umuarama - MG, 2012.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HOMMA, A. K. O. **O desenvolvimento da Agroindústria no Pará**. Saber. Ciências exatas e tecnologia. Belém, v. 3, Edição Especial. p. 49-76, jan/dez. 2001.

_____. **Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia**. – Belém, PA : Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

LIMA, I. G.; LOPES, V. S.. **Assentamento Abril Vermelho-Santa Bárbara/Pará: O caso do fechamento da Escola Paulo Freire**. Santa Barbara, 2015, 85p. (Monografia apresentada ao Curso de Educação no Campo do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, como requisito para a obtenção de título de Graduação em Educação no Campo.).

MARQUES, M. **A atualidade do conceito de camponês**. Revista NERA, Ano 11, nº.12, pp. 57-67. Jan.-jun./2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399/1381>>. Acesso em: 03.jan.2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. A proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. 1ª ed. Expressão Popular, 2013. (A questão agrária, v.8).

MÜLLER, A. A.; FURLAN JUNIOR, J.; CELESTINO FILHO, P. **A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará**. - Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. S. **Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628>> Acesso em: 17.dez.2017.

NUNES, C. **O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até a atualidade**. SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 75, 2014, pp. 131-147. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/spp/1596>> Acesso em: 11.fev.2018).

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. (coleção Caminhos da Geografia).

_____. Barbaridade e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (A questão agrária, v.7).

PIRES, F. V. O. ; FREITAS, G. P.; MARINHO, H. M. S.; FERREIRA, R. P.; BRÍGIDA, V. P. S. **Diagnóstico Agrossocioambiental do Assentamento Abril Vermelho Santa Bárbara, Pará**. Relatório de Pesquisa. Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia – DAZ (Especialização). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR/UFPA. Belém, 2015.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 13-54. Disponível em: <http://www.jandouwewanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_modo_de_prod.pdf> Acesso em: 25.fev.2018.

PONTES, B. M. S. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov de Marx.** Revista NERA Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 35-47 Jul./Dez. 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1455/1431>> Acesso em: 23.fev.2018.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais.** 5ª ed. Tradução: João Moutinho Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa: Gradativa: 2008.

ROMÃO, L. M. S. **No Abril Vermelho, sentidos de resistência e silenciamento.** Graphos. João Pessoa, Ano VI. N. 2/1, Jun./Dez., 2004.

SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê em Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar.** - 2014, 205P. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

_____. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista.** Revista NERA Presidente Prudente, Ano 8, nº. 7, pp. 1-21. Jul/Dez. 2005.

SILVA, E. P. **Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense.** - 2015 211 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2015.

STÉDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (A questão agrária, v.7).

VELHO, Otávio G. (1969). O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: WELCH, C. A. et. al. (org.). **Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações Clássicas.** São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009. p. 89-96.